

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC

MAÍRA OLIVEIRA DOURADO SILVA

**O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO DO INSTITUTO
FEDERAL BAIANO**

Salvador/BA
2022

MAÍRA OLIVEIRA DOURADO SILVA

**O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO DO INSTITUTO
FEDERAL BAIANO**

Trabalho de Conclusão Final de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação. Área de concentração: Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Tanajura Machado

Salvador/BA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S586t

Silva, Maíra Oliveira Dourado

O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO DO INSTITUTO FEDERAL
BAIANO / Maíra Oliveira Dourado Silva. - Salvador, 2023.

150 fls : il.

Orientador(a): Profa. Dra. Célia Tanajura Machado.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Campus I.
2023.

1.Educação Profissional e Tecnológica. 2.Instituto Federal.
3.Profissionalização do Pedagogo. 4.Trabalho Pedagógico.

CDD: 371

MAÍRA OLIVEIRA DOURADO SILVA

**O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO DO INSTITUTO
FEDERAL BAIANO**

Trabalho de Conclusão Final de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 30 de novembro de 2022, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente

gov.br

CELIA TANAJURA MACHADO
Data: 21/01/2023 21:47:28-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Célia Tanajura Machado – Orientadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



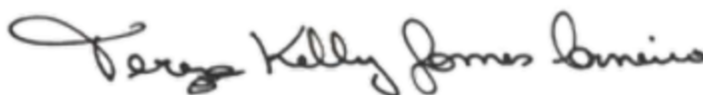
Profª Drª Patrícia Lessa Santos Costa
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente

gov.br

LILIANA SOARES FERREIRA
Data: 26/01/2023 20:31:04-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª Drª Liliana Soares Ferreira
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS



Profª Drª Tereza Kelly Gomes Carneiro
Instituto Federal da Bahia - IFBA

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a virtude das almas nobres. (Esopo)

Primeiramente a Deus, por ter concedido a graça desta formação profissional e pelo conforto nos momentos difíceis.

À minha família, minha mãe Regina e meu pai Carlos, meu companheiro Fábio, minha filha Camille e meu filho Thiago, pela paciência e compreensão ao ausentar-me de seu convívio durante a realização do presente curso.

Às professoras e aos professores do Gestec, em especial a Professora Dra Célia Tanajura Machado, que orientou este trabalho, meu eterno agradecimento pelo carinho, compreensão e dedicação prestada nos momentos formais e informais de orientação.

Às Professoras Liliana Ferreira, Patrícia Lessa, Rosângela Matos e Tereza Kelly que participaram da Banca Examinadora de Qualificação e da Banca Examinadora de Defesa e muito colaboraram com valiosas considerações.

Às minhas colegas e aos meus colegas de turma, pela união, solidariedade e compromisso ao longo desta formação.

Às minhas colegas e aos meus colegas do Trabalho - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação, pelos momentos enriquecedores de partilha e aprendizagem.

Ao IF Baiano por propiciar a realização desta pesquisa.

Às minhas colegas e aos meus colegas da Pró-Reitoria de Extensão do IF Baiano, por me permitirem usufruir de momentos dedicados exclusivamente para a realização desta pesquisa.

Às minhas queridas amigas e aos meus queridos amigos, quero agradecer pelo apoio e disponibilidade.

E a todas e todos, que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Acredito que a pedagogia como prática social precisa constantemente ser alimentada pela perspectiva do novo, do pressentido, da transgressão, de forma a não se aprisionar a modelos que engessam e limitam seu necessário poder de profetizar mudanças, e organizar ações transformadoras, dando espaços para que seja uma ciência crítico reflexiva, praticoteórica, impregnada de reflexão filosófica, sobre ideais e valores educativos, confirmando a impossibilidade de uma ciência da educação neutra ou desinteressada. (Maria Amélia Franco)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de profissionalização e o trabalho pedagógico do pedagogo do IF Baiano. Trata-se de uma pesquisa aplicada com base na abordagem qualitativa, sob uma perspectiva dialética. Em consonância com seus objetivos, classifica-se como uma pesquisa exploratória. Como escolha teórico-metodológica de matriz dialética, a pesquisa privilegiou as categorias totalidade, historicidade, práxis, contradição e mediação com base na obra de Marx. A partir desta escolha, houve uma busca pela produção, análise e sistematização das diferentes determinações que caracterizam o fenômeno estudado, realizando o exercício de ir e vir, comparando os elementos presentes nos documentos e textos teóricos estudados com a realidade concreta dos sujeitos pesquisados. Para a produção dos dados, foi utilizada a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo com a aplicação dos seguintes instrumentos: questionário, entrevistas semiestruturadas e grupo de interlocução. A análise dos dados foi favorecida pela Análise de Conteúdo, técnica utilizada à luz da teoria elaborada por Bardin (2011). Os resultados indicaram que os movimentos dos pedagogos no âmbito das Instituições Federais vêm se consolidando em forma de reivindicações por melhores condições de trabalho, pela formação contextualizada e em convergência com as demandas sociais e específicas do lócus e da profissão.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal. Profissionalização do Pedagogo. Trabalho Pedagógico.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the process of professionalization and the pedagogical work of the pedagogue at IF Baiano and to propose strategies that contribute to the organization and development of these actions. It is applied research based on a qualitative approach from a dialectical perspective. In line with its objectives, it is classified as exploratory research. As a theoretical-methodological choice of dialectical matrix, the research privileged the categories totality, historicity, contradiction, and mediation present in the studies of historical-dialectical materialism. From this choice, there was a search for the production, analysis, and systematization of the different determinations that characterize the phenomenon studied, carrying out the exercise of coming and going and comparing the elements present in the documents and theoretical texts examined with the concrete reality of the researched subjects. For the production of data, using a systematic literature review, documental research, and field research with the application of the following instruments: questionnaire, semi-structured interviews, and interlocution group. Content Analysis favored data analysis; a technique used to consider the theory developed by Bardin (2011). The results indicated that the movements of pedagogues within the scope of Federal Institutions have been consolidating in the form of claims for better working conditions, contextualized training, and in convergence with the social and specific demands of the locus and the profession.

Keywords: Professional and Technological Education. Federal Institute. Professionalization of the Pedagogue. Pedagogical Work.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa da Bahia e Territórios de Identidade onde o IF Baiano está presente. 36
- Figura 2 – Categorias analíticas e eixos do roteiro de entrevista 48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Pedagogos e sua vinculação anterior em outras instituições da Rede Federal que se tornaram campi do IF Baiano.....	57
Gráfico 2 – Número de Pedagogos do IF Baiano por ano de ingresso.....	58
Gráfico 3 – Pedagogos participantes da pesquisa, por faixa etária	81
Gráfico 4 – Instituição de ensino superior, em que os Pedagogos do IF Baiano se graduaram.....	83
Gráfico 5 – Curso/habilitação concluído pelos Pedagogos do IF Baiano na graduação	84
Gráfico 6 – Ano de conclusão do curso de graduação realizado pelos Pedagogos do IF Baiano.....	85
Gráfico 7 – Tempo de experiência como pedagogo antes do ingresso no IF Baiano.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais fontes bibliográficas que contribuíram para construir a historicidade dos Institutos Federais por título, autoria, ano e tipo de publicação (continua).....	31
Quadro 1 – Principais fontes bibliográficas que contribuíram para construir a historicidade dos Institutos Federais por título, autoria, ano e tipo de publicação (conclusão).....	32
Quadro 2 – Principais fontes bibliográficas que contribuíram para a compreensão da categoria profissionalização do Pedagogo por título, autoria, ano e tipo de publicação (continua).....	32
Quadro 2 – Principais fontes bibliográficas que contribuíram para a compreensão da categoria profissionalização do Pedagogo por título, autoria, ano e tipo de publicação (conclusão).....	33
Quadro 3 – Principais fontes bibliográficas que contribuíram para a compreensão da categoria trabalho pedagógico por título, autoria, ano e tipo de publicação	34
Quadro 4 – Forma de ingresso das entrevistadas no IF Baiano (continua)	59
Quadro 4 – Forma de ingresso das entrevistadas no IF Baiano (conclusão).....	60
Quadro 5 – dificuldades e limitações enfrentadas pelos pedagogos do IF Baiano em suas ações cotidianas (continua).....	70
Quadro 5 – dificuldades e limitações enfrentadas pelos pedagogos do IF Baiano em suas ações cotidianas (conclusão)	71
Quadro 6 – Motivo para a escolha do curso de Pedagogia.....	86
Quadro 7 – Relação entre a formação de pedagogo e o trabalho que realiza no IF Baiano (continua).....	87
Quadro 7 – Relação entre a formação de pedagogo e o trabalho que realiza no IF Baiano (conclusão).....	88
Quadro 8 – experiência(s) de trabalho como pedagogo(a) antes de ingressar no IF Baiano	90
Quadro 9 - Como se sentem as entrevistadas trabalhando no IF Baiano	100
Quadro 10 – Sobre a importância de investir em formação continuada para atuar na Educação Profissional e Tecnológica (continua).....	101
Quadro 10 – Sobre a importância de investir em formação continuada para atuar na Educação Profissional e Tecnológica (conclusão)	102

Quadro 11– Atividades que realiza no IF Baiano atualmente (continua).....	104
Quadro 11 – Atividades que realiza no IF Baiano atualmente (conclusão)	105
Quadro 12 – Principais atribuições do Pedagogo do IF Baiano, na concepção das entrevistadas	106
Quadro 13 – Compreensão da comunidade acadêmica sobre o papel do Pedagogo para os processos didático-pedagógico-formativos	108
Quadro 14 – Avaliação das entrevistadas sobre as relações do Pedagogo com o corpo discente, com o corpo docente e com os coordenadores dos Cursos no IF Baiano (continua).....	109
Quadro 14 – Avaliação das entrevistadas sobre as relações do Pedagogo com o corpo discente, com o corpo docente e com os coordenadores dos Cursos no IF Baiano (continua).....	110
Quadro 14 – Avaliação das entrevistadas sobre as relações do Pedagogo com o corpo discente, com o corpo docente e com os coordenadores dos Cursos no IF Baiano (conclusão).....	111
Quadro 15 – Opinião das entrevistadas sobre a construção de um Documento Orientador contendo estratégias para a organização do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano (continua).....	112
Quadro 15 – Opinião das entrevistadas sobre a construção de um Documento Orientador contendo estratégias para a organização do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano (conclusão)	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de cursos ofertados no IF Baiano por campus, níveis e formas de oferta.....	37
Tabela 2 – Número de Técnicos Administrativos do IF Baiano por campus e nível, em 2019	40
Tabela 3 – Quantidade de Técnicos Administrativos (Pedagogos) do IF Baiano: lotação por <i>campus</i> e setor em 2021	41
Tabela 4 – Quantitativo de servidores que participaram das três etapas da pesquisa por sexo.....	80
Tabela 5 – Percentuais para a concessão do Incentivo à Qualificação.....	93
Tabela 6 – Titulação Acadêmica dos Pedagogos participantes da pesquisa	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
Ceplac	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Coagri	Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário
Emarc	Escolas Média Agropecuária
ETF	Escola Técnica Federal
GAB	Gabinete
Gestec	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IF Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Kairós	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas
Lavoro	Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão, Trabalho e Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
Nuape	Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RET	Reitoria
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SciELO	Biblioteca Eletrônica Científica Online
Sieja	Seminário Interinstitucional Proeja: (Re) existência e identidade nos IFs da Bahia
SNET	Sistema Nacional de Educação Tecnológica

SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: O PERCURSO TRILHADO NA PESQUISA	24
2.1	O LÓCUS DA PESQUISA.....	34
2.2	OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	39
2.3	INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS.....	42
2.4	ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	46
3	ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E ORGANIZATIVOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA NO ÂMBITO DA REDE FEDERAL DE ENSINO	50
4	ASPECTOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE BASEADA NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO	66
4.1	A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO.....	68
4.2	A PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO.....	72
4.3	O PERFIL DO PROFISSIONAL PEDAGOGO.....	78
4.4	A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PEDAGOGOS – TAE NOS INSTITUTOS FEDERAIS	82
5	TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	95
6	ESTRATÉGIAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO E DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO	114
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

**APÊNDICE D – TRECHOS SELECIONADOS DAS TRANSCRIÇÕES DAS
ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

**APÊNDICE E – PEQUENA BIOGRAFIA DAS EDUCADORAS
HOMENAGEADAS**

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu da inquietação em compreender o trabalho do pedagogo¹ do IF Baiano, como ser pensante e atuante nesta realidade. Tudo começou durante um almoço com as colegas do trabalho em que uma delas, discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec), sugeriu que refletíssemos sobre alguma questão profissional que nos inquietava e tentássemos submeter um pré-projeto de pesquisa à seleção de Mestrado que estava por vir. Após identificarmos o tema da pesquisa, descrito no início deste parágrafo, fizemos uma busca por material teórico que embasasse a nossa proposta. Em poucas semanas, realizamos uma rápida pesquisa bibliográfica no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e elaboramos o texto que seria disponibilizado para avaliação da banca cujo problema central resultou na seguinte pergunta: Qual o papel do Pedagogo no IF Baiano?

Após o cumprimento das etapas de seleção, logramos êxito e, com muita satisfação, realizamos a matrícula no Programa. Tivemos, eu, a turma de mestrandos e o grupo de docentes, apenas dois encontros presenciais: uma aula inaugural e uma aula na disciplina Gestão da Educação, Tecnologias e Redes Sociais. Devido à Pandemia da Covid-19², que assolou o mundo e inseriu o isolamento social na rotina acadêmica dos estudantes, passamos a ter encontros remotos via plataforma Microsoft Teams a partir de agosto de 2020. A acolhida e o compromisso dos colegas e dos professores foram essenciais para o desenvolvimento das aulas. A participação nos encontros do Trabalho - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação - Trabalho tem sido um diferencial em nossa trajetória acadêmica, intermediando leituras e discussões pertinentes à temática Trabalho e Educação e nos possibilitando compreender melhor os aspectos políticos, históricos, econômicos e sociais que envolveram e envolvem o processo educativo em suas perspectivas global e nacional.

1 Optou-se pelo uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano, abrangendo homens e/ou mulheres.

2 Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia. A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca.

Diante de tantas agruras relacionadas com a pandemia: populações adoecidas física e emocionalmente, pessoas apreensivas com o aumento gradativo e ameaçador de contaminação pelo vírus, famílias enlutadas e uma enxurrada de informações (sejam falsas ou verdadeiras) sobre o tema, podemos citar, ao menos, uma situação benéfica frente à realidade caótica que vivenciamos no ano de 2020, conseguimos, enfim, concretizar cinco reuniões com alguns membros do grupo de pedagogos lotados em diferentes unidades do Instituto e que participaram desta pesquisa. Este foi o escopo decidido ainda em encontro presencial, com mais quatro pedagogas do IF Baiano no Seminário Interinstitucional “Proeja: (Re) Existência e Identidade nos IFs da Bahia (Sieja), ocorrido nos dias 18 e 19 de outubro de 2017, no Instituto Federal da Bahia. A partir deste momento, tivemos o número do contato telefônico incluído em um grupo de WhatsApp que existia desde o ano de 2016. Este grupo foi criado pelos candidatos recém-empossados no IF Baiano com o objetivo de trocar informações, uma vez que cada vaga do concurso estava direcionada para uma unidade diferente do Instituto. Este espaço virtual foi e tem sido uma importante ferramenta, talvez a principal, para troca de informações, levantamento de questões e soluções sobre o fazer diário do nosso trabalho. Decidimos que cada membro deveria solicitar junto aos gestores uma reunião coletiva que pudesse aproximar e discutir o trabalho pedagógico até então desenvolvido pelos pedagogos. Percebíamos que outras categorias estavam realizando reuniões similares que fortaleciam o grupo e suas práticas, todavia, para os pedagogos, sempre era solicitado aguardar o momento oportuno porque os recursos gastos com diárias e passagens estavam cada vez mais reduzidos.

Após diversas tentativas frustradas, no ano de 2020, mais precisamente em 29 de maio, conseguimos realizar a I Reunião virtual de Pedagogos e Pedagogas do IF Baiano, pela plataforma ConferênciaWeb-RNP, com os membros do grupo de WhatsApp. A partir de então, realizamos mais quatro reuniões bastante proveitosas. No mês de junho, formalizamos um processo e encaminhamos para a Pró-Reitoria de Ensino, pleiteando uma reunião virtual com representantes deste setor, a fim de discutirmos questões relacionadas às atribuições dos pedagogos neste Instituto. A Pró-Reitoria de Ensino solicitou que agendássemos uma reunião, convidando os técnicos em assuntos educacionais, pois esta categoria desenvolve ações próximas e complementares dentro do setor pedagógico de cada unidade. Fizemos uma reunião preliminar com o grupo que acatou a sugestão mencionada e criamos um grupo na rede social WhatsApp, adicionando os técnicos em assuntos educacionais. Após reunião prévia entre as duas categorias,

realizamos a reunião com os representantes da gestão, no dia 27 de outubro de 2020, em que ficou deliberada a criação de uma comissão para elaboração das atribuições das equipes pedagógicas do IF Baiano. A comissão, da qual participamos como presidente, iniciou seus trabalhos após emissão da Portaria 10/2021 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 28 de janeiro de 2021, e teve seu prazo de vigência prorrogado por mais sessenta dias com o advento da Portaria 63/2021 – RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 16 de março de 2021. O documento com as atribuições das equipes pedagógicas, concebido e entregue aos gestores, encontra-se tramitando como processo administrativo.

Toda a articulação realizada no âmbito do IF Baiano tornou-se muito importante para a nossa trajetória profissional e de formação. Isto porque, ao ingressar como servidor de uma instituição pública, observa-se, muitas vezes, que somente o fato de ter sido aprovado em uma avaliação teórica e reunir condições físicas e psicológicas para desempenhar as funções que o cargo requer não é suficiente para o alcance dos objetivos propostos pela Administração Pública, quando opta pela contratação de um profissional qualificado. Mediante tal realidade, esta pesquisa se justifica pela necessidade de reflexão e discussão sobre o trabalho dos pedagogos numa instituição de educação profissional, cuja descrição das atividades a serem desenvolvidas vão além das que estão descritas no Edital do concurso, tendo em vista que aquelas descritas são atribuições genéricas e pouco esclarecedoras. Assim, faz-se necessária, além das atividades listadas no Edital, uma normatização mais específica sobre as atribuições do cargo e, se possível, um curso de preparação para o trabalho, a fim de esclarecer os objetivos da Instituição e o que se espera do ocupante do cargo recém-empossado.

Entretanto, inúmeras vezes, essas questões são tratadas de forma aleatória, durante a vida funcional do trabalhador, à medida que ele vai se adaptando à rotina de trabalho dos setores no qual é inserido, com ou sem função gratificada. É através da colaboração de colegas e/ou da chefia imediata que o novo servidor recebe ordens, sana dúvidas e aprende a fazer seu trabalho. Esse mecanismo se repete com outros recém-empossados, o que pode gerar incertezas, descompromisso e decepção por parte dos servidores. Estima-se que, em parte, essa situação pode levar a uma prestação de serviço de pouca qualidade, com informações desconstruídas, visto que cada pessoa age de uma determinada maneira, de acordo com o poder discricionário que lhe é atribuído, gerando descrédito e descontentamento nos usuários deste serviço.

Após encontros de orientação, aprofundamos as discussões e percepções em relação ao tema, problema e objetivos originais da proposta de trabalho apresentada para

o ingresso no Mestrado e algumas alterações foram feitas na formatação da proposta. No âmbito dessas preocupações, duas novas categorias teóricas foram adicionadas, no sentido de melhor interpretar aquilo que durante os debates originais foi denominado como “papel” (ou como é realizado o trabalho do pedagogo) e ampliar o escopo da análise. São elas: trabalho pedagógico e profissionalização do pedagogo. Destarte, o trabalho pedagógico e o processo de profissionalização do pedagogo dos Institutos Federais é o tema deste estudo.

Para fins de investigação algumas questões foram suscitadas: o pedagogo, servidor do IF Baiano está preparado para realizar o trabalho pedagógico na educação básica e superior, nos cursos presenciais e a distância? De que forma vem se construindo o processo de profissionalização do pedagogo lotado no IF Baiano? Como se caracteriza o trabalho pedagógico realizado pelo pedagogo do IF Baiano? Considerando tais indagações, elaboramos a questão problema que se apresenta assim delineada: Como se caracteriza o trabalho pedagógico e o processo de profissionalização do pedagogo do IF Baiano?

O objetivo geral, por sua vez, ficou assim definido: analisar o processo de profissionalização e o trabalho pedagógico do pedagogo do IF Baiano. À luz deste contexto, é primordial determinar os objetivos específicos que direcionarão esta pesquisa, a saber:

- Historicizar a criação do IF Baiano no contexto da oferta da Educação Profissional no Brasil.
- Descrever o processo de profissionalização do pedagogo do IF Baiano.
- Identificar as características do trabalho pedagógico realizado pelos pedagogos do IF Baiano.
- Propor estratégias que contribuam com a organização do processo de profissionalização e com o desenvolvimento do trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano.

Assim, para cumprir com os objetivos propostos, a presente pesquisa se caracteriza como aplicada com base na abordagem qualitativa sob uma perspectiva dialética. Em consonância com seus objetivos, classifica-se como uma pesquisa exploratória. Sendo exploratória tem o intuito de conhecer melhor as características e padrões existentes para associar e explicar causas, consequências e condições,

contextualizando os fenômenos previstos nos objetivos específicos. Adota um viés dialético na produção de conhecimento em que teoria e metodologia se complementam e se retroalimentam ao longo do percurso trilhado na pesquisa. A produção de dados é o momento em que o pesquisador busca consolidar o seu estudo por meio das respostas alcançadas, a partir dos instrumentos utilizados, com o objetivo de responder à questão problema levantada no início da pesquisa. Nessa condição, foi utilizada a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo com a aplicação dos seguintes instrumentos: questionário, entrevistas semiestruturadas e grupo de interlocução, como complemento dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica e documental. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, com base em Bardin (2011).

A elaboração de uma dissertação de Mestrado sobre o processo de profissionalização e o trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano se revela como um tema recente e inédito, tendo em vista a história recente de criação/reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), por meio da Lei 11.892/2008 e a inserção do pedagogo com ampla formação neste ambiente organizacional, por meio da Lei nº 11.233, com vistas a ofertar educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

A primeira seção (esta introdução) explicita uma apresentação do presente trabalho, justificando a relevância da pesquisa e explicitando, brevemente, o tema proposto, as opções metodológicas, a questão problema e seus objetivos, bem como descrevendo a sua estrutura. A segunda seção, trata de forma mais detida, escolhas teórico-metodológicas privilegiadas nesta pesquisa caracterizando-a quanto à abordagem, natureza, objetivos e procedimentos adotados.

A terceira seção historiciza a criação do IF Baiano no contexto da oferta da Educação Profissional no Brasil e contempla pressupostos defendidos por Lopes (2004), Moura (2007), Saviani (2007), Barato (2008), Ciavatta (2012), Coura (2012), Pacheco (2015) e Bezerra (2016), no tocante à educação profissional no Brasil e ao processo evolutivo da Rede Federal de Ensino. Também nesta seção foram analisados os seguintes documentos legais, Lei nº. 4.024/1961, Lei nº. 5.692/1971 e Lei nº. 9.394/1996, Lei nº 11.892/2008 (Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), Decretos nº 53.666/1964, Decreto nº 58.340/1966, Decreto nº. 2.208/1997, Decreto nº. 5.154/2004 e Decreto-lei de nº 7.566/2009 que permearam e conduziram o processo histórico aqui relatado.

A quarta seção busca descrever o processo de profissionalização do pedagogo do IF Baiano e apresenta, como fundamentação teórica, trabalhos que discutem o curso de Pedagogia e a profissionalização do pedagogo. Alguns autores contribuíram com o diálogo para construção desta seção, a saber: Shiroma e Evangelista (2004, 2010), Libâneo (2006, 2010), Furlan (2008), Brandt (2014), Raimann (2015), Pinheiro e Costa (2016) e Lorenzet e Zitkoski (2017). Paralelamente, houve a necessidade de elucidar os fatos através de normativas legais publicadas, a exemplo da Lei 11.091/2005 e da Resolução CNE/CP 1/2006, que subsidiaram o processo de profissionalização e do trabalho realizado pelo sujeito pesquisado.

A quinta seção se refere à análise das características do trabalho pedagógico realizado pelos pedagogos do IF Baiano à luz dos trabalhos de Ferreira (2007, 2017, 2019), Libâneo (2010), Fiorin (2012), Maraschin (2019), Maciel (2020) e outros autores, cujas publicações complementam artigos encontrados, inicialmente, e a produção de dados gerados a partir da aplicação dos instrumentos desta pesquisa.

A sexta seção apresenta uma proposta de intervenção organizada, o produto educacional, cujo objetivo é elaborar estratégias para a organização do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano. Este documento foi elaborado com base na fundamentação teórico-metodológica e nos dados produzidos a partir dos instrumentos aplicados nesta pesquisa.

A última seção, denominada considerações finais, retoma de forma sucinta as partes mais importantes do trabalho, associando os objetivos propostos aos resultados alcançados.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: O PERCURSO TRILHADO NA PESQUISA

Os caminhos metodológicos de uma pesquisa é uma etapa de grande relevância, pois conduz todo o processo desde a definição dos objetivos até a apresentação dos resultados. Nesta fase ocorre a descrição das etapas do trabalho e os métodos utilizados para compreender a essência do fenômeno estudado. Gil (2002, p. 17), ao tratar sobre a pesquisa, a define como:

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p.7).

Assim, ao se fazer pesquisa, é preciso que o pesquisador trace o percurso pelo qual deseja seguir. Nesse sentido, no que se refere à abordagem, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa. A opção se justifica por ser esta uma pesquisa que privilegia a participação ativa dos sujeitos, a interpretação dos fatos estudados, em detrimento dos aspectos quantitativos. Nesse sentido, Triviños (1987) enuncia:

Na pesquisa qualitativa existe pouco empenho por definir operacionalmente as variáveis. Elas são apenas descritas e seu número pode ser grande, ao contrário do que apresenta o enfoque quantitativo, preocupado com a medida delas e a verificação empírica das hipóteses (Triviños, 1987, p. 132).

Quanto à sua natureza, apresenta-se como pesquisa aplicada, pois está relacionada com problemas práticos, com o propósito de intervenção na realidade estudada. Corroborando com esta premissa, Gil (2008) revela em seus escritos que este tipo de pesquisa:

[...] tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e conseqüências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial (GIL, 2002, p.7).

Ademais, o caráter do Mestrado Profissional, a que está vinculada esta pesquisa, condiz com esta prática, uma vez que uma de suas exigências é a apresentação de um produto que será aplicado à realidade estudada, visando ao desenvolvimento socioeconômico-cultural da comunidade envolvida. Em consonância com seus objetivos, classifica-se como uma pesquisa exploratória, isto porque tem o intuito de conhecer melhor as características e padrões existentes para associar e explicar causas, consequências e condições. Marconi e Lakatos (2002, p. 85), discorrem sobre o propósito a ser alcançado ao optar por este tipo de pesquisa:

A formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos (MARCONI e LAKATOS, 2002, p. 85).

Seguindo a mesma lógica de pensamento, Triviños (1987, p. 109), ressalta como benefício o aumento da experiência do investigador em torno do problema. Dessa forma, identificamos nestas premissas a confirmação do caminho a ser delineado ao longo deste estudo.

A escolha do método deu-se em virtude da articulação entre teoria e prática (realidade a ser analisada) e perpassa pelo arcabouço teórico privilegiado. A preferência se justifica pela definição de um tema que está associado à condição da pesquisadora, enquanto trabalhadora de uma instituição de ensino profissional que se propõe a investigar o trabalho realizado pelo pedagogo, sobre o que está escrito e o que vem sendo realizado. Mediante tal justificativa, adotou-se o viés dialético na produção, análise e sistematização de conhecimento. Assim, teoria e prática se complementam e se retroalimentam ao longo do percurso trilhado na pesquisa, considerando aspectos da totalidade, historicidade, práxis, contradições e mediações. Cabe aqui discernir as categorias do método das categorias simples (tratadas como categorias analíticas neste texto), com base na definição de Wachowicz (2001, p. 5). Categorias simples ou de conteúdo são aquelas escolhidas pelo pesquisador e que estão relacionadas com o objeto de estudo, sendo que neste caso foram definidas como: trabalho pedagógico, profissionalização do pedagogo e instituto federal. Categorias metodológicas são aquelas que vão orientar como o pesquisador a trabalhar com seu objeto e neste caso foram definidas como: totalidade, historicidade, práxis, contradições e mediações.

Discussões envolvendo a dialética permearam o cotidiano dos filósofos desde as antigas civilizações. Na Grécia, a dialética exprimia o sentido de diálogo. Aristóteles considerou perguntas com caráter contraditório, em suas investigações, superando as premissas tratadas como verdadeiras e acolhendo também aquelas prováveis, ou seja, em que são aceitas por todos ou pela maioria. Heráclito associou a dialética ao conflito, à contrariedade. Para Hegel, a lógica dialética incorpora a contradição como “categoria explicativa de tudo que existe, permitindo compreender que as coisas não são estáticas, mas se movimentam, se transformam e o princípio do movimento, da transformação é exatamente a contradição” (SAVIANI, 2015, p. 2). Hegel tratou esta ideia como objeto de estudo da filosofia e desenvolveu um método de pesquisa de acordo com o princípio da contrariedade. Marx partiu desta constatação e foi além do caráter idealista empregado por Hegel. Enquanto para os idealistas o conceito das coisas é o que as tornam reais, para os marxistas, o concreto vai além do significado das coisas, se dá através da relação do sujeito com o mundo real. Com isso, o foco da pesquisa marxista está na materialidade, relacionado ao mundo concreto (da realidade vivida), em oposição ao idealismo (mundo das ideias). Este movimento visa analisar detalhadamente os fenômenos inerentes ao objeto de estudo e suas conexões, observando a evolução do processo ao longo dos anos, almejando um maior aprofundamento em relação à interpretação da realidade. Para Marx e Engels, a dialética é um procedimento de investigação e compreensão do mundo por meio do movimento e de suas contradições, visando a sua transformação.

Sobre os aspectos da totalidade, ao analisar um objeto, é mister que o pesquisador interprete os fatos considerando as “influências políticas, econômicas, culturais” (GIL, 2008, p. 14) a que foram submetidos, uma vez que há de se considerar a realidade dinâmica e complexa a ser investigada. Além destes, outros elementos deverão ser considerados para ampliar a visão do investigador conforme descrito por Lowy, Duménil e Renault (2015, p. 91). De acordo com os autores, para compreender o capital, “Marx destacou a necessidade de considerar o consumo, a produção, a distribuição e as trocas como diferentes elementos de uma mesma totalidade”. Trazendo para o contexto desta pesquisa, faz-se necessário compreender o objeto de estudo relacionando com o contexto em que este se encontra inserido.

No que tange à historicidade, consideram-se importantes todos os aspectos evolutivos da vida em sociedade, as formações socioeconômicas e as relações de produção. A historicidade de um determinado fenômeno social estudado de forma crítica e dialética, visão que privilegia apenas o olhar da classe dominante sobre a humanidade.

Ciavatta (2019), ao refletir sobre a historiografia em trabalho-educação, entende que os questionamentos surgidos no presente impulsionam a investigação dos fatos históricos e que ao se deparar com estes fatos ocorre uma reconstrução do passado, pois o pesquisador vivencia um outro espaço-tempo e leva consigo uma maneira singular de interpretar o objeto.

Com o intuito de definir o conceito de prática como sendo uma “atividade objetiva, efetiva e sensível” (LOWY, DUMÉNIL e RENAULT, 2015, p. 75), a filosofia marxista acabou desenvolvendo a noção de práxis. Além de exaltar a importância da prática para a teoria do conhecimento e para a teoria social, a obra marxista defende ainda que a vida em sociedade é regida pela prática. Marx associou o termo práxis à transformação, como o processo vivenciado pelo ser humano social que transforma o meio em que vive e ao mesmo tempo se transforma. Ao se referir sobre a prática pedagógica realizada pelos profissionais da educação, há de se optar pela ótica da práxis pedagógica, sob a perspectiva da ação-reflexão, da efetividade e do movimento dialético que vai além da simples execução de atividades.

De acordo com a teoria marxista, o conceito de contradição está vinculado a dois tipos de análise: como o “estudo das contradições estruturais do capitalismo e na teoria dos efeitos dinâmicos que elas produzem”, bem como, “o estudo da luta de classes” (LOWY, DUMÉNIL e RENAULT, 2015, p. 35). Esta condição é explicitada ao se deparar o contraditório, o conflito, o antagonismo observado nos movimentos produzidos pela humanidade. No marxismo, o modo de produção capitalista deve ser compreendido além de suas contradições, marcadas historicamente, o que demanda um longo processo e somente será superado com a luta das classes oprimidas. Cabe salientar que a dialética está imbricada neste contexto como a teoria das contradições.

Ao discorrer sobre o materialismo dialético, Gil (2008, p. 13), recorrendo à teoria de Engels, compreende que este método de interpretação está pautado em três princípios:

- a) A unidade dos opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.
- b) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.
- c) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um

desenvolvimento e não a um retorno do que era antes (GIL, 2008, p. 13).

Sendo assim, a dialética possibilita uma compreensão dinâmica da realidade, além de considerar a sequência de fatos interligados, bem como seus aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. Na lógica da contradição, se analisa o meio em que se vive (a realidade aparente) e a partir de uma reflexão (pensamento) se propõe a intervir na realidade concreta. Dessa forma, o método dialético é considerado mais profundo na compreensão da realidade e mais ativo em relação a sua transformação, razão pela qual foi escolhido para embasar este estudo.

Ao se referir à mediação, cabe mencionar o posicionamento de Saviani (2015, p. 1): “mediação é uma categoria central da dialética que, em articulação com ‘ação recíproca’, compõe com a ‘totalidade’ e a ‘contradição’, o arcabouço categorial básico da concepção dialética da realidade e do conhecimento” (SAVIANI, 2015, p. 1). A mediação ocorre na relação do ser humano com o meio em que vive, uma vez que para assegurar a sua sobrevivência ele precisa agir sobre a natureza e alterá-la através do seu trabalho. E com isso o ser humano se torna sujeito influenciando e sendo influenciado pelo meio no qual está inserido.

A partir destas considerações, justifica-se a escolha pela análise dialética a fim de entender os movimentos que decorrem da teoria e da prática, do coletivo e do individual, da causa e da consequência, do passado e do presente, do que está explícito e do que está nas entrelinhas.

Na perspectiva da dialética marxista, o objeto de estudo é concreto, histórico, contraditório e requer mediações para ser compreendido em sua totalidade.

Uma vez delimitado o tema e o problema, houve a definição dos objetivos e, por conseguinte, a determinação das categorias analíticas: trabalho pedagógico, profissionalização do pedagogo e instituto federal. A partir da premissa desenvolvida por Marconi e Lakatos (2002, p. 26), “antes de se iniciar qualquer pesquisa de campo, o primeiro passo é a análise minuciosa de todas as fontes documentais que sirvam de suporte à investigação projetada” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 26), a próxima etapa dedicou-se à escolha das bases de dados para a procura por material que respondesse ao problema suscitado. Assim, foi feito um levantamento e seleção de obras pertencentes ao acervo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na primeira opção

(Capes), foi observado que é uma base de dados bastante robusta, que agrega diversos materiais como artigos, periódicos, livros, teses, dissertações, entre outros. Além desta, foi também selecionada uma segunda opção (BDTD) que traz um material específico, voltado para a produção nacional.

A fim de otimizar e encontrar resultados mais consistentes para a pesquisa, a busca foi direcionada às teses, dissertações e artigos, articulando as seguintes palavras-chave e conectivos: “Trabalho Pedagógico” AND “Profissionalização”, “Pedagogo”, “Trabalho Pedagógico” AND “Instituto Federal”, “Profissionalização” “Pedagogo” AND “Instituto Federal” nas duas bases de dados.

No que se refere à consulta ao banco de dados da Capes foram utilizados os seguintes critérios: produções em português e com menos de dez anos de publicação. A intenção inicial foi delimitar produções nacionais, devido ao domínio da língua, e com cinco anos de publicação. Entretanto, por conta da pequena quantidade de resultados encontrados, ampliou-se o lapso temporal para dez anos de publicação. Para todas as buscas foi utilizado o conectivo AND. Sobre as categorias “Trabalho Pedagógico” AND “Profissionalização”, “Pedagogo”, das 6 produções encontradas, nenhuma foi selecionada porque não dialogavam com o tema desta pesquisa. Sobre as categorias “Trabalho Pedagógico” AND “Instituto Federal”, encontramos 41 trabalhos, sendo selecionado, pela proximidade com a temática, apenas um: “Os desafios dos pedagogos na função supervisora em uma instituição de Educação Profissional”, artigo de Isabela Carvalho, publicado em 2014. Sobre as categorias “Profissionalização”, “Pedagogo” AND “Instituto Federal”, encontramos 3 trabalhos, sendo selecionado, pela proximidade com a temática, apenas um: “Experiências Profissionais das pedagogas e pedagogos técnico-administrativos em Educação no IFRS”, dissertação de mestrado de Thaiana Machado dos Anjos, publicada em 2018.

No que se refere à consulta ao banco de dados BDTD, foram utilizados os seguintes critérios: produções em português e com menos de dez anos de publicação, utilizando sempre o conectivo AND. Sobre as categorias “Trabalho Pedagógico” AND “Profissionalização”, “Pedagogo” de 23 produções encontradas, nenhuma foi selecionada. Sobre as categorias “Trabalho Pedagógico” AND “Instituto Federal”, encontramos 26 trabalhos, sendo selecionado 3, a saber: “Um estudo sobre o trabalho das pedagogas no Instituto Federal Farroupilha: historicidades, institucionalidades e movimentos”, dissertação de mestrado de Taise Tadielo Cezar, publicada em 2014; “Ação mediadora de Pedagogas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Rio Grande do Norte: sentidos de sua ação na Educação Profissional”, dissertação de mestrado de Ticiania Patrícia da Silveira Cunha Coutinho, publicada em 2016; “Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais: um estudo de caso sobre as identidades profissionais no IF Sertão-PE”, dissertação de mestrado de Iara Ferraz Cornélio, publicada em 2018. Sobre as categorias “Profissionalização”, “Pedagogo” AND “Instituto Federal” foram encontrados 12 trabalhos, não sendo selecionado nenhum, pois não havia pertinência com o tema a ser estudado.

Após organizar o material em uma planilha eletrônica (identificando o título, autoria, ano e tipo de publicação) foi feita uma triagem nas produções, aplicando como estratégia a análise bibliográfica. Gil (2008, p. 50) entende que esta metodologia abrange uma gama de fenômenos muito mais ampla do que o pesquisador poderia investigar diretamente, pois estaria restrito a determinado tempo e espaço disponível para a pesquisa. Assim, partindo de um imenso acervo de produções encontradas em cada banco de dados, houve uma delimitação conforme a temática escolhida, otimizando o processo de busca e seleção. Posteriormente, foi utilizada também a referência bibliográfica das produções acadêmicas que mais se aproximam com o objeto de pesquisa para encontrar outros materiais que não apareceram na busca feita, anteriormente, mas que se mostraram muito importante para compor o rol de documentos a serem analisados. Obras sugeridas pela orientadora, pelos docentes das disciplinas cursadas no Mestrado, pela banca de qualificação e pelos colegas também foram avaliadas e agregadas com o intuito de contribuir com o embasamento teórico.

Desta forma, foi conduzida a atividade de levantamento, análise e escolha do arcabouço teórico, obedecendo às etapas relativas ao processo. Marconi e Lakatos (2003, p.166-167) descrevem os passos para a elaboração dos dados: “seleção (exame minucioso dos dados); codificação (técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam); e tabulação (disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles)” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 166-167).

A pesquisa documental foi realizada a partir dos documentos oficiais encontrados no sítio eletrônico do IF Baiano e nos sítios eletrônicos dos órgãos do governo federal, como o Ministério da Educação, por exemplo. Por se tratar de um serviço cuja responsabilidade é do governo federal e o pedagogo estar subordinado aos ditames da lei que regem a sua conduta, recorreu-se a uma quantidade considerável de documentos a fim de compreender o fenômeno estudado. Legislações publicadas foram consultadas a

fim de ampliar a compreensão sobre os desdobramentos dos fatos inerentes à realidade estudada, a exemplo da Lei nº 11.892/2008 (Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), da Lei nº 11.091/2005 (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação) e da Resolução CNE/CP 1/2006 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia).

Para diferenciar a análise bibliográfica da análise documental recorreu-se ao descrito por Gil (2008, p. 51), quando se trata apenas da fonte buscada, sendo: a primeira voltada para a análise de livros, teses, dissertações e artigos e a segunda para documentos oficiais, neste caso leis e decretos federais, visto ser o IF Baiano uma instituição cujo mantenedor é o governo federal.

Uma vez realizada a etapa de seleção das obras que seriam utilizadas para fundamentar este estudo, realizou-se a sistematização por meio de quadros organizados por categoria analítica. O Quadro 1 evidencia as principais fontes bibliográficas que contribuíram para construir a historicidade dos Institutos Federais por título, autoria, ano e tipo de publicação.

QUADRO 1 – PRINCIPAIS FONTES BIBLIOGRÁFICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA CONSTRUIR A HISTORICIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS POR TÍTULO, AUTORIA, ANO E TIPO DE PUBLICAÇÃO (CONTINUA)

Título	Autoria	Ano	Tipo de publicação
Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?	LOPES, Alice	2004	artigo
Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas e integração	MOURA, Dante Henrique	2007	artigo
Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos	SAVIANI, Demerval	2007	artigo
Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a educação profissional	BARATO, Jarbas	2008	artigo
A possível integração curricular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: análise do curso técnico em agropecuária	COURA, Helena Luiza	2012	dissertação
Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica	PACHECO, Eliezer Moreira	2015	artigo

QUADRO 1 – PRINCIPAIS FONTES BIBLIOGRÁFICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA CONSTRUIR A HISTORICIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS POR TÍTULO, AUTORIA, ANO E TIPO DE PUBLICAÇÃO (CONCLUSÃO)

Título	Autoria	Ano	Tipo de publicação
A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade	Clavatta, Maria	2016	artigo
O ensino técnico-profissionalizante no Brasil: das escolas de aprendizes artífices (EAAs) aos institutos federais (IFs)	Bezerra, Italan Carneiro	2016	artigo
Contribuições Pedagógicas em Institutos Federais: o supervisor escolar, o orientador e o pedagogo técnico-administrativo	Lorenzetti, Deloize; Zitkoski, Jaime José	2017	artigo

Fonte: Pesquisa bibliográfica (2021).

No Quadro 1, é possível observar 8 artigos e 1 dissertação publicados no período de 2004 a 2017. Os autores contribuíram com suas obras ao tratar de temas relacionados ao Trabalho e Educação; a evolução da Educação Profissional no Brasil; a criação e o desenvolvimento do IF Baiano.

O Quadro 2 apresenta as principais fontes bibliográficas que contribuíram para a compreensão da categoria profissionalização do Pedagogo por título, autoria, ano e tipo de publicação.

QUADRO 2 – PRINCIPAIS FONTES BIBLIOGRÁFICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A COMPREENSÃO DA CATEGORIA PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO POR TÍTULO, AUTORIA, ANO E TIPO DE PUBLICAÇÃO (CONTINUA)

Título	Autoria	Ano	Tipo de publicação
A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente	Shiroma, Eneida Oto; Evangelista, Olinda	2004	artigo
Diretrizes curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores	Libâneo, José Carlos	2006	artigo
História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005	Furlan, Cacilda Mendes Andrade	2008	artigo
Pedagogia e Pedagogos, pra quê?	Libâneo, José Carlos	2010	livro
Profissionalização docente	Shiroma, Eneida Oto; Evangelista, Olinda	2010	artigo

QUADRO 2 – PRINCIPAIS FONTES BIBLIOGRÁFICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A COMPREENSÃO DA CATEGORIA PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO POR TÍTULO, AUTORIA, ANO E TIPO DE PUBLICAÇÃO (CONCLUSÃO)

Título	Autoria	Ano	Tipo de publicação
Caminhos da formação e profissionalização docente no Brasil: desafios e perspectivas na contemporaneidade	KIMURA, Patrícia Rodrigues de Oliveira <i>et al</i>	2012	artigo
Profissionalidade, profissionalização, profissionalismo e formação docente	PAULA JÚNIOR, Francisco Vicente	2012	artigo
O trabalho do pedagogo nos IFs: uma busca pela qualidade da educação profissional tecnológica	BRANDT, Graziela <i>et al</i>	2014	artigo
A profissionalização docente e seus desafios	RAIMANN, Elizabeth Gottschalg	2015	artigo
Desafios da formação inicial do pedagogo na sociedade contemporânea	PINHEIRO, Deusanira Raiol; COSTA, Walber Christiano Lima	2016	artigo

Fonte: Pesquisa bibliográfica (2021).

No Quadro 2, é possível observar 9 artigos e 1 livro publicados no período de 2004 a 2016. O material encontrado sobre o tema profissionalização era, em sua maioria, relacionado com a atividade docente e buscou-se associar esta temática à realidade dos pedagogos técnico-administrativos conforme as semelhanças encontradas nas duas categorias profissionais. Foram consultados também alguns livros que tratam de questões pertinentes ao curso de Pedagogia e à profissionalização do pedagogo. Outros autores, cujo material publicado complementa os artigos encontrados inicialmente, também tiveram seus textos analisados e incorporados ao longo da pesquisa e não constam neste quadro 2.

O Quadro 3, por sua vez, expõe as principais fontes bibliográficas que contribuíram para a compreensão da categoria trabalho pedagógico por título, autoria, ano e tipo de publicação.

QUADRO 3 – PRINCIPAIS FONTES BIBLIOGRÁFICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A COMPREENSÃO DA CATEGORIA TRABALHO PEDAGÓGICO POR TÍTULO, AUTORIA, ANO E TIPO DE PUBLICAÇÃO

Título	Autoria	Ano	Tipo de publicação
Gestão do Pedagógico, Trabalho e Profissionalidade de Professoras e Professores	FERREIRA, Liliana Soares	2007	artigo
Trabalho e pedagogia: considerações a partir dos discursos de pedagogas na escola	FIORIN, Bruna Pereira Alves	2012	dissertação
Um estudo sobre o trabalho dos pedagogos no instituto federal farroupilha: historicidades, institucionalidades e movimentos	CEZAR, Taise Tadielo	2014	dissertação
Pedagogia nos Cursos de Pedagogia? Da ausência e dos impactos no trabalho pedagógico	FERREIRA, Liliana Soares	2017	artigo
Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica	FUENTES, Rodrigo Cardozo; FERREIRA, Liliana Soares	2017	artigo
Trabalho pedagógico e valorização profissional: uma análise na historicidade do curso normal no Rio Grande do Sul	FERREIRA, Liliana Soares <i>et al</i>	2019	artigo
“Queremos ser sujeitos do sistema educacional”: as implicações do trabalho pedagógico na permanência e êxito de estudantes na educação profissional e tecnológica	SILVEIRA, Roziele Bovoli; MARASCHIN, Mariglei Severo	2019	artigo

Fonte: Pesquisa bibliográfica (2021).

No Quadro 3, é possível observar 5 artigos e 2 dissertações publicados no período de 2007 a 2019. Vale frisar que o tema Trabalho Pedagógico tem sido estudado e divulgado com frequência pela autora Liliana Ferreira e pelos membros do Kairós – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas. Suas obras foram referenciais para a compreensão desta categoria analítica.

2.1 O LÓCUS DA PESQUISA

O contexto para a investigação e realização da pesquisa será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), criado através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Trata-se de uma autarquia federal originada da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais e das antigas Escolas Médias de Agropecuária

da Ceplac (Emarc). Consolida-se como uma instituição, localizada no estado da Bahia, que visa garantir a interiorização das oportunidades de estudo, com base na oferta da Educação Profissional, alcançando diversos territórios de identidade (IF BAIANO, 2015).

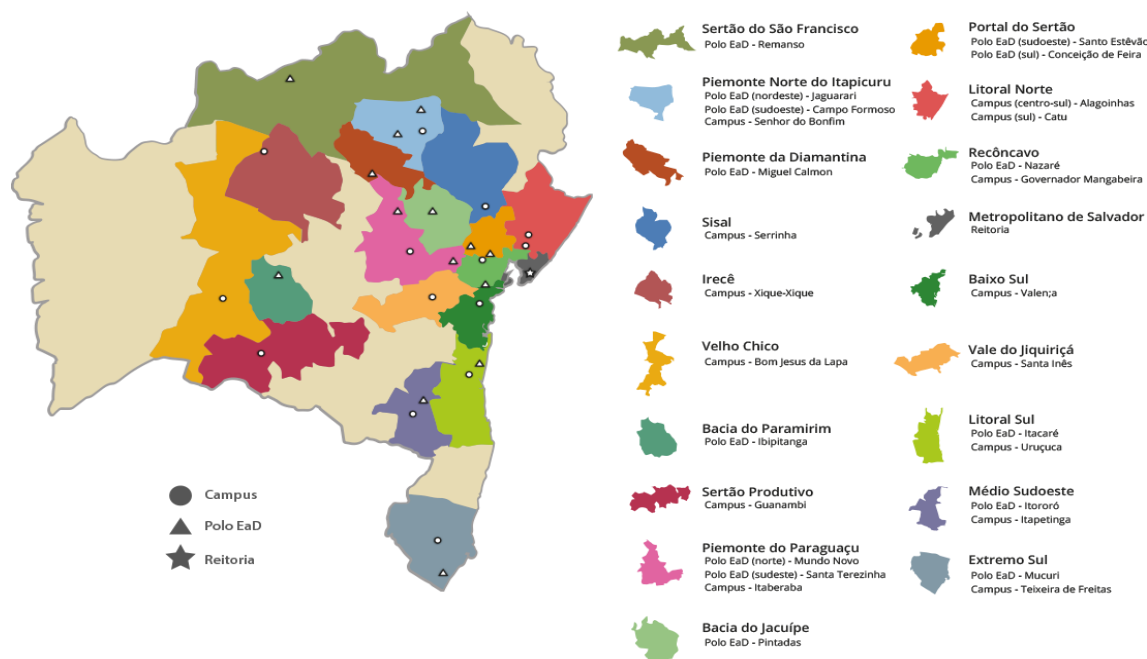
O IF Baiano é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada que possui natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008). Tem como propósito garantir a interiorização da educação profissional no estado, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade, desenvolvendo e disseminando soluções técnicas e tecnológicas por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Sua missão, conforme grafada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, é:

[...] oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão (IF BAIANO, 2015).

Com o intuito de transformar realidades das comunidades externas à instituição, o IF Baiano também oferece ações de inclusão para estudantes de baixa renda e pessoas com deficiência. Atualmente, o Instituto é formado pela Reitoria e o Centro de Referência 2 de Julho, sediados em Salvador, e 14 *campi* em funcionamento, nos seguintes municípios: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Valença, Uruçuca e Xique-xique. O IF Baiano é o único Instituto Federal do Brasil que possui todos os *campi* destinados à formação de profissionais nas áreas das Ciências Agrárias e Ambientais. É também o maior Instituto Federal do Brasil, em quantidades de *campi* de grande porte, conforme disposto no Modelo MEC: IF Campus - 90/70 Agrícola (BRASIL, 2016).

Para fins de ilustração, a Figura 1 apresenta o mapa da Bahia e territórios de identidade onde o IF Baiano está presente.

FIGURA 1 – MAPA DA BAHIA E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE ONDE O IF BAIANO ESTÁ PRESENTE



Fonte: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ingresso-de-estudantes-2017/idades/> Acesso: 16 mai. 2021

Em consonância com o previsto para Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IF Baiano dispõe de uma gama variada de cursos presenciais e a distância: cursos de formação inicial e continuada cursos (FIC), educação profissional técnica de nível médio (integrado e subsequente); graduação (tecnológico, bacharelado e licenciatura) e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Os cursos de FIC promovem qualificação profissional voltada à formação de trabalhadores, visando sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho. São ofertados em todos os catorze *campi* do IF Baiano e no Centro de Referência 2 de Julho (Salvador). Na Reitoria é ofertado na modalidade a distância pela plataforma Moodle.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de cursos ofertados no IF Baiano por *campus*, níveis e formas de oferta:

TABELA 1 – NÚMERO DE CURSOS OFERTADOS NO IF BAIANO POR CAMPUS, NÍVEIS E FORMAS DE OFERTA

<i>Campus</i>	Formação Inicial e Continuada	EPTNM		Graduação	Pós-Graduação
		Integrado (incluindo Proeja)	Subsequente		
Alagoinhas	41	0	1	0	0
Bom Jesus da Lapa	9	3	2	2	3
Catu	16	4	3	3	2
Governador Mangabeira	10	3	3	0	4
Guanambi	6	2	2	4	5
Itaberaba	19	0	2	0	0
Itapetinga	21	3	1	0	5
Salvador (Centro de Referência 2 de Julho)	3	0	0	0	0
Santa Inês	14	3	2	3	0
Senhor do Bonfim	13	4	1	2	3
Serrinha	15	2	1	2	1
Teixeira de Freitas	12	3	4	1	1
Uruçuca	33	2	3	3	0
Valença	7	2	2	1	2
Xique-xique	31	1	1	0	1

Fonte: Pesquisa realizada em 05/11/2020 no Portal Institucional do IF Baiano.

Conforme retratado na Tabela 1, nos *campi* de Catu e Senhor do Bonfim há maior oferta de cursos do Ensino Médio Integrado (incluindo o Proeja) com 4 cursos diferentes em cada *campus*. Teixeira de Freitas oferta uma maior quantidade de cursos na modalidade subsequente totalizando 4 cursos. Em se tratando de cursos de graduação, Guanambi lidera a oferta com 4 cursos diferentes. Sobre os cursos de pós-graduação, Guanambi e Itapetinga se destacam ofertando 5 cursos diferentes cada *campus*. No que se refere aos cursos de FIC, os *campi* de Alagoinhas, Uruçuca e Xique-xique são os que mais disponibilizaram cursos até o momento, sendo quarenta e um, trinta e três e trinta e um cursos ofertados, respectivamente.

O ano de 2019 foi marcado pelo contingenciamento orçamentário que atingiu gravemente as Instituições Públicas da RFEPCT, o que foi refletido na diminuição da oferta de serviços conforme Relatório de Gestão do IF Baiano. Apesar disso, houve

resistência à depreciação do serviço e, no movimento contrário, houve comprometimento com o uso dos recursos recebidos. O documento mencionado informa que, ainda assim, a Instituição ofertou 125 cursos técnicos de nível médio e 23 cursos de graduação. O percentual ocupado pelos cursos na modalidade a distância foi de 14% enquanto na modalidade presencial foi de 86%. Foram efetuadas 3.710 matrículas nos cursos FIC, 13.366 nos cursos técnicos, 2.576 na graduação e 1.018 na pós-graduação.

Em atendimento à Política de Assistência Estudantil, desenvolveu os Programas de: Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise), Auxílios Eventuais, Residência Estudantil, Alimentação Estudantil, Incentivo à Participação Político Acadêmica (Propac), Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (Pincel), Prevenção e Assistência à Saúde (Pró-saúde) e Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap).

Na área da Pesquisa e Inovação, foram ofertadas vagas na Pós-Graduação em cursos de especialização e mestrado. Houve a realização de 71 projetos de pesquisa, contando com a colaboração de 115 bolsistas. Foram publicados editais de fomento, registros e depósitos de patentes, e pesquisas aplicadas, especialmente nas áreas de agricultura, agroecologia e agropecuária, com relevantes contribuições para a sociedade, e premiações nacionais e internacionais.

No que diz respeito à Extensão, foram promovidos 94 projetos por meio de Editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (Pibiex), com a participação de 3.920 estudantes. Houve o lançamento da Revista Trilhas, do Festival de Arte e Música (com 200 inscritos e 43 finalistas, entre servidores e estudantes), a realização do II Seminário de Extensão, Inovação e Cultura, desenvolvido em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e a participação na Feira Nacional de Agropecuária, ocorrida na cidade de Salvador, no período de 23/11/2019 a 01/12/2019.

No tocante à Gestão de Pessoal, há um contingente formado por 792 docentes efetivos, sendo 36,29% com doutorado, 50,00% com mestrado, 11,17% com especialização e 2,54% com graduação. Sobre o quantitativo de técnicos administrativos foi declarado um total de 886 servidores, sendo 1,10% com doutorado, 14,50% com mestrado, 47,70% com especialização, 24,50% com especialização e 2,20% com educação básica. Em se tratando da distribuição de cargos e funções, foram identificados 101 servidores ocupantes de cargo de direção e de assessoramento superior e 194 servidores ocupantes de função gratificada.

Mediante os dados institucionais apresentados, observa-se a variedade de espaços (na área de ensino, pesquisa e extensão) em que os sujeitos desta pesquisa estão

lotados, nos *campi* e seus diferentes territórios no estado da Bahia, exercendo seu trabalho nos níveis e modalidades de ensino que o Instituto oferece. Esta complexidade revela as inúmeras possibilidades de realização do trabalho dos profissionais pedagogos e a necessidade de eles serem profissionais preparados para se inserirem em diferentes dimensões dentre as atividades que realizam na instituição.

2.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes desta pesquisa são os pedagogos do IF Baiano, que ocupam o cargo de Técnico Administrativo em Educação. A carreira do cargo de Técnico Administrativo em Educação é regulada pela Lei 11.091/2005, cujos requisitos de acesso são: possuir diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação, em Pedagogia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e aprovação em Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico Administrativos em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. As atribuições do cargo foram assim discriminadas: implementar a execução, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Lei 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Conforme previsto nesta Lei, para acesso ao cargo de Técnico Administrativo em Educação – Pedagogo/área, o concurso público para o cargo é composto por prova objetiva, que exigirá como requisitos escolaridade e experiência profissional.

Nos Institutos Federais, o Técnico Administrativo em Educação (Pedagogo) deverá realizar as seguintes ações: implementar, executar, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico da educação profissional e tecnológica, com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas; e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Tabela 2 apresenta o número de Técnicos Administrativos em Educação do IF Baiano por *campus* e nível, em 2019, incluindo os pedagogos que fazem parte dos profissionais de nível superior que compõem o quadro de servidores no nível E.

TABELA 2 – NÚMERO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO IF BAIANO POR CAMPUS E NÍVEL, EM 2019

<i>Campus</i>	Técnicos Administrativos					Total
	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	
Alagoinhas	0	0	4	16	9	29
Bom Jesus da Lapa	0	0	8	15	12	35
Catu	6	5	18	32	21	82
Governador Mangabeira	0	0	11	21	14	46
Guanambi	13	4	21	42	29	109
Itaberaba	0	0	8	11	10	29
Itapetinga	0	0	9	21	16	46
Reitoria	0	0	8	73	86	167
Santa Inês	2	1	11	30	21	65
Senhor do Bonfim	7	0	11	38	20	76
Serrinha	0	0	8	16	19	43
Teixeira de Freitas	0	0	9	18	12	39
Uruçuca	0	1	10	26	14	51
Valença	0	0	11	19	15	45
Xique-xique	0	0	3	12	9	24
Total	28	11	150	390	307	886

Fonte: Relatório de Gestão (2019).

A Tabela 2 aponta a distribuição dos Técnicos Administrativo em Educação por *campus*. Nela os profissionais foram alocados por nível de formação para ingresso, a saber: A, B e C (Nível Básico – Ensino Fundamental), que corresponde a 21% dos servidores; D (Nível Básico – Ensino Médio) com 44% dos servidores e E (Nível Superior) com 35% dos servidores.

A fim de identificar os Técnicos Administrativos (Pedagogos) do IF Baiano, participantes desta pesquisa, foi feito um levantamento junto ao Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), sistema eletrônico utilizado para inclusão de documentos administrativos, cadastro e gestão de pessoas e tramitação de processos, a respeito do

número de pedagogos no IF Baiano. A Tabela 3 retrata a quantidade de técnicos administrativos (Pedagogos), sua lotação por *campus* e setor, no IF Baiano, em 2021.

TABELA 3 – QUANTIDADE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS (PEDAGOGOS) DO IF BAIANO: LOTAÇÃO POR CAMPUS E SETOR EM 2021

<i>Campus</i>	Setor	Quantidade
Alagoinhas	NUAPE - (Núcleo de Apoio ao Processo Ensino-aprendizagem, Permanência e êxito do Educando)	1
Bom Jesus da Lapa	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	1
Catu	SAE - (Setor de Acompanhamento ao Educando)	1
	SSP - (Setor de Supervisão Pedagógica)	1
Governador Mangabeira	NUAPE - (Núcleo de Apoio ao Processo Ensino-aprendizagem, Permanência e êxito do Educando)	1
	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	1
Guanambi	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	1
	DG – Diretor Geral	1
Itaberaba	NAPEAPEE - (Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando)	1
Itapetinga	CGAE - (Coordenação Geral de Assistência ao Educando)	1
	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	2
Reitoria	DEAD - (Diretoria de Educação a Distância)	2
	CGQP - (Coordenação Geral de Qualificação Profissional)	1
	PROEX - (Pró-Reitoria de Extensão)	1
	GES - (Gerência de Educação Superior)	2
Santa Inês	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	2
Senhor do Bonfim	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	1
Serrinha	CE - (Coordenação de Ensino)	1
	NUAPE - (Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino, Aprendizagem, Permanência e Êxito)	1
Teixeira de Freitas	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	1
Uruçuca	NUINF - (Núcleo de Informática)	1
	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	1
Valença	CGE - (Coordenação Geral de Ensino)	2
Xique-xique	NUAPE - (Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino, Aprendizagem, Permanência e Êxito)	1
Total		29

Fonte: Suape/Acesso em 23 de mar. 2021

Analisando os dados da Tabela 3, observa-se que são vinte e nove servidores lotados em vinte e quatro setores diferentes. Todos os setores possuem pelo menos um

servidor lotado, sendo que em apenas 5 setores há 2 pedagogos, a saber: Coordenação Geral de Ensino dos *campi* de Valença, Santa Inês e Itapetinga; Diretoria de Educação a Distância da Reitoria; e Gerência de Educação Superior da Reitoria. Vale ressaltar que o Núcleo de Informática aparece como um setor de lotação. Seria um erro do sistema? Qual atribuição teria o pedagogo neste ambiente organizacional? Tentou-se apurar tais questões, entretanto não houve uma resposta concisa e objetiva, apenas uma justificativa de que era uma situação provisória.

Uma vez realizada a contextualização do lócus e dos participantes da pesquisa, serão apresentados os instrumentos de produção de dados a serem utilizados para o alcance de cada objetivo específico proposto.

2.3 INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS

A seleção dos instrumentos de produção de dados é fundamental para o alcance dos objetivos propostos. Com o intuito de obter informações e produzir dados que vão além do encontrado no arcabouço teórico, utilizaremos três instrumentos de pesquisa: o questionário, a entrevista semiestruturada e o grupo de interlocução.

Gil (2002, p. 115) defende o questionário como o meio mais rápido e barato na obtenção de informações, além de abranger muitas pessoas em um curto período, garantindo uniformidade em sua estrutura e o anonimato dos entrevistados. Também não há necessidade de treinamento para sua aplicação.

Na concepção de Marconi e Lakatos (2002, p. 94), o questionário é “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Assim, o entrevistado poderá se sentir mais confortável no momento do preenchimento das respostas, podendo inclusive seguir a sua própria ordem quando for preencher o formulário. Este instrumento possibilitou identificar o perfil dos sujeitos desta pesquisa, categorizando-os nos seguintes critérios: sexo, idade, formação acadêmica, tempo de vínculo profissional com o Instituto, experiência na área de formação anterior ao ingresso no IF Baiano, entre outros.

Ressalta-se que o projeto desta dissertação foi submetido à apreciação e análise do Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio da Plataforma Brasil, tendo obtido parecer (número 5.475.192) favorável a sua realização. Após esta etapa, foi iniciada a pesquisa de campo.

A estrutura do questionário foi inserida no aplicativo de documentos Google, mais especificamente em formulário (Apêndice A), e teve seu endereço eletrônico de acesso encaminhado pelo correio eletrônico institucional. Este instrumento foi direcionado a todos os pedagogos lotados nos *campi* e na Reitoria, totalizando 29 servidores(as), com base no levantamento realizado em 11 de junho de 2022, através do Sistema Unificado de Administração Pública – Suap.

O questionário foi encaminhado junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que detalhou o teor e a relevância desta pesquisa, a fim de obter a aprovação do sujeito pesquisado sem necessidade de impressão e assinatura do documento. Este procedimento se fez necessário devido ao fato de os servidores estarem trabalhando em casa por causa da pandemia de Covid-19 e nem todos possuem impressora em sua residência. O TCLE, uma vez aceito pelo participante, serviu também como aval para a realização da entrevista e participação no grupo de interlocução.

As entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) e o Grupo de Interlocução (apresentação através de slides, discussão dos resultados até então sistematizados) foram realizados de forma remota (via internet) e gravados em áudio e vídeo, respectivamente. Vale ressaltar que os dados da pesquisa serão guardados em arquivo digital por um período de 5 anos após seu término.

Mediante as possibilidades de escolha, foi identificada a entrevista semiestruturada como sendo a melhor opção, por estar associada a uma pesquisa qualitativa. Esta técnica foi utilizada como complemento dos dados obtidos nos questionários. Este instrumento foi assim definido por Gil: “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p.128). Avaliando as vantagens e desvantagens de utilizar a entrevista neste estudo, percebeu-se o quão importante se fez ao se optar por ela, quando considerada a sua flexibilidade na condução das perguntas e intensa utilização nas pesquisas de campo relacionadas às Ciências Sociais, principalmente na obtenção de dados sobre os aspectos sociais e comportamentais dos seres humanos.

A entrevista, quando associada à aplicação do questionário, agrega contribuições valiosas para a pesquisa pois, de acordo com as palavras de Gil (2002, p. 115), ao utilizar esta técnica é possível auxiliar o informante quando ele não se sente confiante ou confortável e assegura uma análise comportamental que vai além da linguagem verbal.

Esta técnica foi realizada com seis pedagogas, que se disponibilizaram a participar, lotadas em diferentes *campi*, na condição de terem respondido ao questionário, sendo indispensável dar vez e voz aos protagonistas desta história. Foi elaborado um roteiro de entrevista para ser utilizado no momento da realização da técnica, com cada participante, por meio da plataforma ConferênciaWeb-RNP.

Uma estrutura formal foi utilizada sem deixar de considerar os elementos pessoais, motivacionais, sentimentais e a condução foi bem flexível, a depender das respostas emitidas. Este tipo de entrevista está associado aos questionamentos e teorias que delinearam o estudo e que surgiram à medida que as perguntas foram respondidas e assim, os entrevistados foram contribuindo com a elaboração do conteúdo traçado na pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). O propósito foi ouvir os participantes, individualmente, considerando os aspectos identitários, de formação, experiência no fazer pedagógico, a compreensão que possuem enquanto parte de uma categoria profissional e a forma como compreendem a sua relação com os demais sujeitos envolvidos no processo educativo. A realização das entrevistas contemplou pedagogas³ lotadas em diferentes unidades que compõem a Instituição. Esta condição se fez necessária a fim de contemplar a diversidade de percepções e ações desenvolvidas nesses múltiplos espaços. Os dados produzidos através deste instrumento possibilitaram ampliar a compreensão da realidade estudada com base na vivência e experiência de cada pedagoga.

Uma vez agrupados os dados produzidos pelos instrumentos anteriores, realizou-se a técnica complementar do grupo de interlocução. A aplicação desta técnica veio para consagrar a etapa de produção de dados, contemplando um momento de análise coletiva do que foi produzido até então. A escolha pela realização deste instrumento convergiu com a abordagem crítica e dialética associada à condução deste estudo, favorecendo a retroalimentação interpretativa entre a teoria e a prática.

O grupo de interlocução, como técnica de pesquisa, constituiu-se coletivamente como uma possibilidade de dialetização de dados nas pesquisas e, por isso, tem na dialética, um arcabouço teórico e metodológico (FERREIRA; CEZAR; MACHADO, 2020, p. 6).

Para a realização do grupo de interlocução foi organizado um encontro com o intuito de promover diálogo e interação entre a pesquisadora e os participantes a partir da

³ Coincidentemente, quem aceitou participar das entrevistas foram todas do sexo feminino.

socialização dos resultados alcançados e dos dados parcialmente produzidos na pesquisa, objetivando aprofundar questões a partir de suas concepções e vivências. Vale ressaltar que o grupo de interlocução é uma técnica de produção, análise e sistematização de dados como bem explicitado por Ferreira, Cezar e Machado (2020):

[...] é técnica de produção (os discursos dos sujeitos nesse momento também são considerados dados), análise (em diálogo, os interlocutores analisam os dados e as análises apresentadas) e sistematização (buscam-se consensos e sínteses sobre as análises e os dados) (FERREIRA; CEZAR; MACHADO, 2020, p. 7)

Em conformidade com o trecho previsto pela técnica, promoveu-se este momento fecundo de discussão dos dados produzidos, apresentando-os, no intuito de compartilhar, analisar e enriquecer, com diferentes percepções e opiniões os resultados alcançados e com o intuito de dar uma devolutiva e aprofundar os dados até então produzidos. A sistematização dos dados, com base nos consensos e na síntese dos discursos, consiste na terceira etapa do processo. O convite para compor o grupo de interlocução foi encaminhado para os mesmos participantes entrevistados e devido ao momento de isolamento social, com o advento da pandemia de Covid-19, este também foi realizado por meio digital. Destarte, foi utilizada a sequência de ações sugerida e adaptada a partir de Fiorin (2012) para a condução e realização desta atividade, conforme disposto a seguir:

- 1 – exposição da proposta do grupo de interlocução para os sujeitos da pesquisa;
- 2 – apresentação de slides com os resultados da pesquisa e da produção de dados inicial;
- 3 – discussão sobre os resultados da pesquisa;
- 4 – concessão de um espaço para que os participantes expusessem suas dúvidas e avaliassem a pesquisa;
- 5 – esclarecimentos e sistematização. (FIORIN, 2012, p. 20)

Inicialmente, fez-se a explanação da sequência da atividade e explicou-se a técnica, uma vez que, sendo esta uma técnica de produção de dados recente, a maioria ou todos os sujeitos da pesquisa a desconheciam. Após explicar a técnica, houve a exposição dos dados produzidos para que as participantes tivessem acesso e pudessem discutir a partir de suas experiências. O formato de apresentação se deu virtualmente com a apresentação de slides. A etapa seguinte foi de extrema relevância, por oportunizar a manifestação das participantes sobre os dados apresentados, de forma que puderam expor

suas dúvidas ou incertezas e a reafirmar posicionamentos demonstrados ao responderem os instrumentos aplicados anteriormente. Posteriormente, foram feitos esclarecimentos e comentários sobre os discursos de cada participante. Por fim, realizou-se sistematização do que foi produzido.

Nesta perspectiva o grupo de interlocução, trouxe uma imensa contribuição para a pesquisa, pois consistiu em um espaço de análise e discussão de dados a partir da diversidade de percepções de cada sujeito que assume as atribuições do mesmo cargo, mas com diferentes trajetórias individuais.

O aprofundamento da pesquisa bibliográfica e documental, associado ao levantamento dos dados produzidos por meio de questionários, entrevistas e grupo de interlocução, permitiu elaborar uma proposta de estratégias para a organização do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano.

Ressalta-se que todos os instrumentos utilizados na pesquisa contribuíram para a produção de dados e informações que auxiliaram para a melhor compreensão do fenômeno estudado.

2.4 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A organização e a análise de dados conferem outra etapa relevante para a pesquisa, pois a partir da produção do material, faz-se necessário sistematizar e identificar o que será pertinente para a condução do estudo.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 168), é na etapa de análise de dados que o pesquisador avaliará o material que servirá de contribuição ou que será descartado conforme suas indagações formuladas. Como técnica de sistematização e análise dos dados produzidos por meio de pesquisa documental e bibliográfica, a aplicação de questionários, realização de entrevistas e do grupo de interlocução, adotou-se a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). Para a autora (BARDIN,2011), o termo análise de conteúdo enseja:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

Observa-se que esta técnica vai além da análise do significado das palavras, quando possibilita ao pesquisador relacionar os resultados obtidos com o contexto em que o documento ou o discurso foi produzido. Oliveira *et al* (2003, p. 3) menciona o objetivo pertinente à análise de conteúdo: “O objetivo de toda análise de conteúdo é o de assinalar e classificar de maneira exaustiva e objetiva todas as unidades de sentido existentes no texto. Além de permitir que sobressaíam do documento suas grandes linhas, suas principais regularidades” (OLIVEIRA *et al*, 2003, p. 3). Desta maneira, se mantém o rigor necessário para sistematização, objetividade e generalização dos resultados a serem apresentados. Bardin (2011, p 46) entende que o objetivo da análise de conteúdo é: “evidenciar indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 46). Nesse sentido, as inferências corroboram com o esclarecimento de causas ou consequências que os discursos possam provocar, alcançando níveis mais profundos de interpretação.

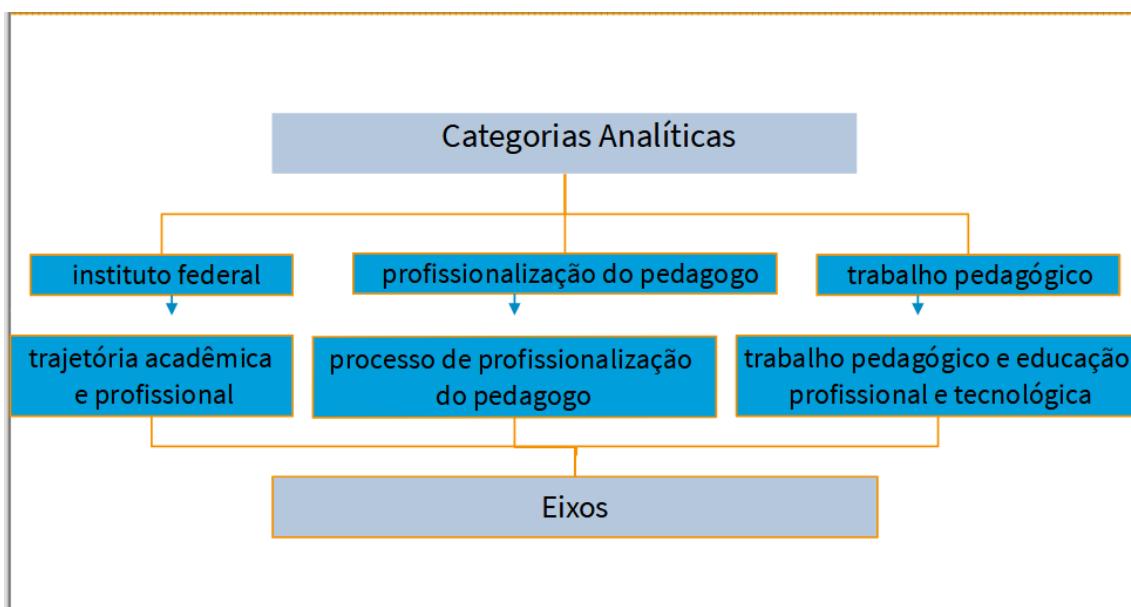
A análise de conteúdo apresenta algumas fases organizadas em três momentos definidos cronologicamente: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. “Estas etapas permitem ao pesquisador definir e classificar as unidades de sentido e, assim, desvendar significações novas e, muitas vezes inesperadas do documento [...]” (OLIVEIRA *et al*, 2003, p. 6). Partindo desta premissa, foi possível inferir a importância de usufruir de cada fase, aproveitando as descobertas realizadas, reelaborando novos conceitos, visando o alcance dos objetivos da pesquisa. Na primeira fase, foi feita a leitura “flutuante”, elegendo os documentos, formulando os objetivos e elaborando os indicadores que fundamentaram a interpretação final, o universo foi demarcado e o material foi organizado. A segunda fase consistiu na codificação dos dados, sendo estes sistematizados e agrupados em categorias. Na terceira fase, os resultados foram tratados de forma significativa e a pesquisadora pode propor inferências e interpretações de acordo com os objetivos previstos ou revelações inovadoras.

Após a aplicação dos questionários e à medida que os instrumentos preenchidos foram devolvidos, as informações foram organizadas automaticamente com base no quantitativo de vezes em que apareceram nas questões inseridas em cada bloco: dados pessoais, formação acadêmica e experiência profissional. Os valores foram extraídos a partir do formulário Google e foram tabulados, entretanto os gráficos foram elaborados pela pesquisadora. Uma análise quantitativa foi realizada a partir das características dos

sujeitos da pesquisa e o resultado desta investigação serviu de ilustração para a análise de conteúdo.

O roteiro de entrevista foi organizado por eixos: trajetória acadêmica e profissional; trabalho pedagógico e educação profissional e tecnológica; processo de profissionalização do pedagogo. Estes segmentos decorreram das categorias analíticas apresentadas no início deste estudo: instituto federal; profissionalização do pedagogo; trabalho pedagógico. A Figura 2 ilustra as categorias analíticas e os eixos utilizados no roteiro de entrevista.

FIGURA 2 – CATEGORIAS ANALÍTICAS E EIXOS DO ROTEIRO DE ENTREVISTA



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Avaliando a Figura 2, é possível observar que cada eixo apresentado está associado a uma categoria específica definida no começo desta pesquisa. O grupo de perguntas inseridas em cada eixo teve como intenção facilitar o tratamento e a sistematização dos dados. Também foi previsto direcionar as perguntas seguindo uma determinada ordem e um padrão, ainda que muitas vezes, os discursos não foram lineares e até desviaram do foco.

Ao tratar da trajetória acadêmica e profissional intencionou-se investigar aspectos da formação inicial e do ingresso no IF Baiano, ao tratar do trabalho pedagógico e educação profissional tecnológica, intencionou-se investigar aspectos do trabalho pedagógico realizado pelos pedagogos deste instituto e, ao tratar do processo de

profissionalização do pedagogo, intencionou-se investigar aspectos da formação continuada, valorização profissional, relações com a comunidade acadêmica, e por fim, a opinião dos participantes sobre o produto educacional elaborado a partir desta pesquisa.

Em seguida, os dados foram agrupados, contemplando as respostas das participantes, observando os pontos convergentes do discurso, favorecendo a análise qualitativa. Esta atividade também contribuiu com a realização da técnica adotada nesta fase da pesquisa.

Os discursos foram organizados e apresentados em quadros comparativos a fim de constatar com maior facilidade as semelhanças e diferenças. Todos os participantes tiveram um trecho de sua fala representado, em suas convergências ou divergências de opiniões. Citações que nomearam o *campus*, setor de lotação, nome de colegas ou chefias foram omitidas a fim de preservar a identidade dos participantes.

De forma a preservar a identidade dos participantes, a eles foram atribuídos pseudônimos, a saber: Nísia Floresta, Anália Franco, Maria Firmina dos Reis, Dorina Nowill, Antonieta de Barros e Sonia Guimarães. Este ato condiz com uma singela homenagem às educadoras que revolucionaram a educação brasileira com seu legado⁴.

⁴O apêndice E apresenta um breve trecho da biografia de cada autora homenageada.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E ORGANIZATIVOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA NO ÂMBITO DA REDE FEDERAL DE ENSINO

Com o intuito de contextualizar o espaço onde se desenvolve esta pesquisa, faz-se necessário entender a complexidade do IF Baiano em seus aspectos históricos, conceituais e organizativos como um referencial que embasa a constituição identitária do profissional pedagogo vinculado a esta instituição.

Esta seção tem como proposta historicizar a criação do IF Baiano no contexto da oferta da Educação Profissional no Brasil, inserida em uma conjuntura política, econômica e social, influenciadoras de cada época, desde o final do século XIX aos dias atuais. Entretanto, será apresentada uma pequena análise sobre o tema educação para o trabalho antes de, adentrar de fato, na Educação Profissional.

O trabalho e a educação são atividades especificamente humanas (SAVIANI, 2007, p. 152) e mantiveram relações próximas ou afastadas ao longo da História, em diferentes civilizações. A produção realizada pelos seres humanos esteve entrelaçada ao processo educativo em que se descartavam as opções indesejáveis, que impediam o alcance dos resultados almejados e mantinham as experiências validadas pelas populações visando o alcance dos objetivos. Essa condição sempre foi ensinada e aprendida, vislumbrando o desenvolvimento evolutivo da espécie. Todavia, a divisão da sociedade em proprietários e não proprietários das terras gerou uma cisão na estrutura, até então conhecida, em que a vida, associada ao trabalho e à educação, era inerente ao cotidiano de todos.

O trabalho e a educação são atividades humanas coletivas, cujo saber extrapola as capacidades individuais, sendo carregadas de sentido e de significado, pertencentes a um tempo-espaço e inseridas em um processo sociocultural. Ao avaliar o produto de um trabalho, é preciso compreender e valorizar as etapas e os sujeitos envolvidos. Da mesma maneira, o olhar sobre a educação requer cuidado e empatia por ser uma atividade que depende de muitas pessoas envolvidas, ainda que ocupando cargos diversificados, mas que se complementam para alcançar o objetivo final.

Moura (2007, p. 22) compreende que uma prática pedagógica significativa decorre de uma reflexão sobre o mundo do trabalho, dos saberes construídos, das relações de poder existentes e da cultura desse trabalho. Ao inferir sobre esta afirmativa, cabe

alterar o termo “prática pedagógica” utilizado pelo autor para “práxis pedagógica”, uma vez que o primeiro termo está associado ao ato de realizar tarefas e repeti-las sem haver uma reflexão sobre os procedimentos realizados, enquanto o segundo termo possui um caráter político, reflexivo e transformador. Complementando a premissa apresentada anteriormente, vale reforçar que, a atividade laboral não se atém apenas ao cumprimento de obrigações, mas é também uma relação carregada de significados entre os seres humanos com seus pares e com o meio em que vive. É um movimento de completude entre teoria e prática, sem demérito de nenhuma delas. Entretanto, o conhecimento intelectual esteve destinado às classes detentoras do poder. Desqualificar o trabalhador manual, castrar suas manifestações, discriminar os sujeitos como seres incapazes de refletir, pensar e/ou propor novas formas de executar as tarefas fazem parte do processo de manutenção da segregação entre os operários e os dirigentes, entre os oprimidos e os opressores. Assim, mantém-se o sistema de especialização para os trabalhadores exercerem determinadas e repetitivas atividades sem o conhecimento do todo. De forma similar, acontece com as habilitações na formação dos estudantes que estão submetidos a um currículo fragmentado, reduzido e previsto para retroalimentar os interesses do mercado de trabalho. Esta condição mantém uma estrutura lógica perversa e intencional. De acordo com Barato (2008): “aptidão dos trabalhadores é uma expressão que esconde (ou desvela) o viés ideológico justificador do rótulo de falta de inteligência ou de rudeza aos profissionais que exercem ocupações manuais socialmente desvalorizadas” (BARATO, 2008, p. 7).

Esta premissa confirma a doutrina inculcada na sociedade para reproduzir o direcionamento dos filhos da elite para determinados cursos e funções laborais e para os filhos do proletariado ocuparem outros espaços que lhe são atribuídos. A aptidão torna-se algo intrínseco e imutável na vida destes trabalhadores. Esta dinâmica encontrou terreno fértil no Brasil para se perpetuar, tendo em vista a desigualdade de classes sociais consolidadas através de séculos de escravismo e da marginalização do trabalho manual.

Ciavatta (2012, p. 87), ao tratar do ensino médio integrado, mais especificamente da formação integrada, enuncia que em meados do século XX, a educação destinada ao povo veio a se tornar uma preocupação para as elites dirigentes e emergiu como uma política de Estado. Nesse sentido é que se inicia a formação profissional, de um lado implementando o assistencialismo e a aprendizagem operacional e do outro, introduzindo fundamentos da técnica e das tecnologias, aprendizagem intelectual.

A Educação Profissional e Tecnológica esteve associada ao trabalho manual desde o início de sua oferta no Brasil. Em comparação com o trabalho intelectual esteve sempre em segundo plano na relevância das atividades desenvolvidas no ambiente escolar e no mundo do trabalho. Conseqüentemente, o trabalho manual se manteve alheio aos interesses da elite dominante, reforçando, nesse caso, que a “relação entre a educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade” (MOURA, 2007, p. 5). De acordo com essa premissa é possível perceber ao longo da história da educação profissional brasileira como há uma divergência entre a oferta da educação básica voltada para os interesses das camadas mais abastadas economicamente e a oferta da educação profissional, mais técnica e menos propedêutica, mais apressada e voltada para os interesses do mercado capitalista, destinada aos filhos das classes menos privilegiadas economicamente. A relação entre essas duas modalidades aparece como uma proposta inovadora quando se cogita o ensino integrado voltado para os cursos de nível médio técnico que são ofertados nos institutos federais de educação.

Pacheco⁵ (2009, p.6), ao avaliar o contexto de criação e desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, considera que:

As instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos; em comum, a centralidade do mercado, a hegemonia do desenvolvimento industrial e um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional e tecnológica. (PACHECO, 2009, p. 6)

Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica, enquanto Política Pública, esteve atrelada aos interesses do mercado, seguindo as orientações do governo em cada período de sua trajetória. Apesar das características assumidas nos diferentes contextos, a reprodução de uma sociedade dividida entre a classe que vive do trabalho⁶ (constituída por todos que estão subordinados ao capital) e a classe que vive do trabalho alheio (constituída por todos que detêm os meios de produção), se mantém desde o final do século XIX aos dias atuais.

Para consubstanciar os argumentos mencionados, tomou-se como base fatos históricos a fim de respaldar tais afirmações. Ademais, será feito um breve relato a partir

⁵ Eliezer Moreira Pacheco atuou como Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) vinculada ao Ministério da Educação no período de 2005 a 2012.

⁶ Aqui se faz uma referência à expressão “classe que vive do trabalho” utilizada por Antunes (2009) para representar o conceito de “classe trabalhadora” utilizado por Marx.

da implantação da Fazenda Modelo de Criação até chegar no que hoje constitui o Instituto Federal Baiano entrelaçando com o desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices até as fases de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A Fazenda Modelo de Criação foi implantada na cidade de Catu, situada a 78 quilômetros de Salvador, através da Lei 75, quando foi adquirida pelo governo estadual em 1897. A Fazenda Modelo de Criação foi a precursora na oferta de educação profissional agropecuária na Bahia. Seu principal objetivo era o desenvolvimento da região catuense, em um cenário marcado pelo enorme contingente de mão-de-obra livre, após a abolição da escravatura e pelo declínio na produção e nas exportações de açúcar e fumo para o mercado internacional. Nesta Fazenda, a principal atividade desenvolvida era a criação de gado e as atividades de ensino visavam a aprendizagem de técnicas pecuárias. No decorrer dos anos, entretanto, o espaço foi abandonado pelo poder público, apesar de ter seu perímetro ampliado com a doação de terras por parte de fazendeiros da região. Em 1918, entretanto, a partir da publicação do Decreto nº 13.127, de 07 de agosto de 1918, a Fazenda Modelo foi federalizada e passou a desenvolver atividades de ensino voltadas para a aprendizagem de técnicas pastoris disseminadas para a comunidade agrícola local. O ensino ofertado era técnico, com formação específica para a realização de atividades pecuárias.

O ano de 1909, porém, já havia se tornado um marco histórico para a Educação Profissional no Brasil, por meio do Decreto nº 7.566/1909, foram criadas pelo então presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes Artífices, a serem localizadas em cada uma das capitais dos Estados. Estas escolas foram vinculadas ao extinto Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de “formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos”. De fato, a implantação das escolas se deu a partir do ano de 1910 e elas foram destinadas aos “desfavorecidos da fortuna” a fim de fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, afastando-os da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909). As principais atividades ofertadas eram oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria, serralheria, funilaria e marcenaria.

É importante ressaltar que neste período, a educação ofertada aos filhos da elite era voltada para o acesso ao ensino superior e era realizada em instituições privadas que ofertavam o ensino primário e secundário, além das escolas normais. Para os filhos da classe operária, as escolas eram raras e de educação primária, o que somente possibilitava

o acesso ao trabalho manual, menos remunerado e menos reconhecido. Esta premissa é recorrente ao longo da história da educação brasileira no início do século XX. Há de se considerar que, muitas pessoas estavam marginalizadas sem oferta de trabalho ou terra para laborar e prover seu sustento e/ou da sua família. Por este motivo, as Escolas de Aprendizizes e Artífices foram criadas para qualificar filhos de trabalhadores “deserdados de sorte”, população que migrara das fazendas para as cidades, desterritorializadas com o fim da escravidão. A instrução para o trabalho visava, ao mesmo tempo integrar a população ao mercado de trabalho e manter o controle social.

As Escolas de Aprendizizes e Artífices são transformadas em Liceus Industriais, em 1937, todavia o propósito permanecia o mesmo: a educação profissional se destinava às camadas populares e sua intenção se limitava ao ensino de determinados ofícios. As principais unidades estavam situadas nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, Maceió e Ouro Preto. De acordo com o previsto na Constituição Federal deste ano, é dever do Estado fundar os Institutos de Ensino Profissional e subsidiar os de iniciativa estadual, municipal e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Em 1942, os Liceus foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas e passaram a oferecer formação profissional equivalente ao nível secundário, o que possibilitaria ao egresso cursar o nível superior em área equivalente à da sua formação. Todavia, na prática, os estudantes do nível técnico continuavam recebendo uma formação restrita e destinada à execução de tarefas específicas, ineficiente para o prosseguimento dos estudos e distante de uma formação integrada (técnica e propedêutica). No final da década de 1940, as discussões sobre o distanciamento do ensino técnico e do ensino secundário se intensificaram.

O ano de 1950 foi marcado pelo advento da Lei nº 1.076, houve a possibilidade de alunos concluintes do primeiro ciclo dos cursos técnicos ingressarem em cursos secundários, após avaliação das disciplinas não estudadas, ofertadas no primeiro ciclo do curso a fim de buscar equivalência com os demais estudantes matriculados nos cursos secundários desde o primeiro ciclo (BRASIL, 1950).

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETF) com autonomia administrativa, didática e financeira, destinadas a ministrar cursos técnicos de nível médio. A Lei Federal de nº 3.552 estabeleceu ainda como objetivo das escolas: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que

permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos” (BRASIL, 1959, p. 3009).

A Lei n.º 4.024/1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, trouxe um avanço para o processo de equivalência entre os ensinos secundário e técnico. Todavia, essa equivalência ficou restrita aos termos da Lei. O capítulo III é destinado ao Ensino Técnico e destaca os seguintes cursos: industrial, agrícola e comercial que serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

Mediante o Decreto n.º 53.666 de 1964, a Fazenda Federal de Criação de Catu passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu e ficou sob a responsabilidade da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. O Colégio Agrícola de Catu passou a ser denominado Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos através do Decreto n.º 58.340 de 1966. O Colégio, inserido no contexto da Educação Profissional, passou a ministrar o ensino de segundo grau, formando Técnicos em Agropecuária.

Em 1967, através do Decreto n.º 60.731, o Colégio Agrícola passou a ser vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), transformando-se em uma instituição escolar em 1969. Servidores antigos, relataram que, de 1964 até 1969, a escola passou por reformas de infraestrutura para adequar os antigos currais em salas-de-aula, alojamentos, prédio administrativo e refeitório. Em 1971, formou-se a primeira turma de alunos. De 1972 até 1981, a escola esteve subordinada à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (Coagri) que previa, além da assistência técnica e financeira, a implantação de projetos nas escolas de agropecuária como parte das políticas educacionais para a industrialização da agricultura (COURA, 2012, p.99).

Também durante a década de 1960 foi criada a Escola Média Agropecuária Regional da Ceplac (Emarc), que iniciou suas atividades em 1965, a partir da criação do Centro de Treinamento de mão-de-obra e de formação de nível médio, na cidade de Uruçuca, local de funcionamento da primeira unidade no estado da Bahia. A Emarc-Uruçuca nasceu com o objetivo atender às necessidades específicas da agropecuária do Sul da Bahia, associado a programas de pesquisa agrícola e de extensão rural da Comissão Executiva Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). A partir dessa estrutura e experiência exitosa, a Ceplac, instalou mais três escolas técnicas de nível médio na Bahia (nos municípios de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença).

A ampliação da rede se deu em 1980, em decorrência do precário sistema educacional disponibilizado para o público que têm como principal atividade econômica a agricultura e a pecuária. Neste período, a Emarc cresceu e tornou-se uma referência no ensino técnico agropecuário e industrial, de formação profissional rural e de reconhecimento para a qualificação de trabalhadores.

Com o crescimento da demanda por técnicos e trabalhadores qualificados para laborarem nas regiões cacauceiras do país, o Governo do Estado da Bahia, em articulação com o Conselho Deliberativo da Ceplac e com o Ministério da Agricultura, firmou, em 11 de abril de 1980, contrato de comodato, transferindo a responsabilidade administrativa, pedagógica e financeira de três escolas então pertencentes ao sistema estadual de ensino, localizadas nos municípios de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença, que passaram a funcionar nos moldes da mencionada Emarc de Uruçuca, oferecendo também cursos técnicos de nível médio, reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia. (BRASIL, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/1971, numa tentativa de equiparação entre os conhecimentos técnicos e propedêuticos, tornou obrigatória a habilitação profissional em todos os cursos de 2º grau. Nesta normativa, a Educação aparece como meta para transformação do país em uma grande potência, impulsionadora do desenvolvimento, disseminadora da ideologia do governo autoritário e para tanto, demandava mão-de-obra qualificada (MOURA, 2007). De acordo com a Lei, todas as escolas públicas e privadas teriam o 2º grau profissionalizante. Ainda que cumprissem a lei com a oferta de ensino profissionalizante, as escolas privadas (em turno oposto e carga horária complementar) continuaram a ofertar o ensino propedêutico, enquanto as escolas públicas mantiveram a forma da lei com a oferta do 1º ano de formação geral e os 2º e 3º anos de formação profissionalizante. Nas redes públicas, este formato perdurou até o advento da LDB 9.394/1996. Entretanto, a partir da Lei 7.044/1982, o ensino secundário profissionalizante deixou de ser compulsório e as escolas de 2º grau, puderam ofertar novamente, a formação propedêutica.

Três Escolas Técnicas Federais (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná) foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), equiparando-se assim aos centros universitários. Nesse contexto, o Brasil, atendendo ao recomendado pelos acordos internacionais e às demandas do mercado, transferiu as escolas técnicas sob a perspectiva da educação para os preceitos da ciência e tecnologia e os centros de

educação tecnológica passaram a ofertar formação de tecnólogos em nível superior (CIAVATTA, 2012, p. 89-90).

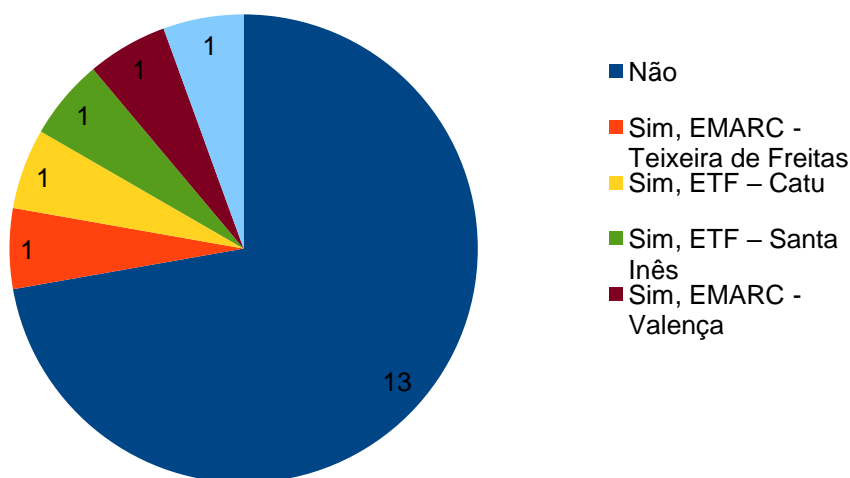
Em 1979, por meio do Decreto nº 83.935, o Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Catu – Bahia Álvaro Navarro Ramos. No ano seguinte, a Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do MEC reconheceu a regularidade dos estudos realizados na Escola Agrotécnica Federal de Catu-BA.

O projeto de ensino desenvolvido na Escola Agrotécnica Federal de Catu tinha como proposta a oferta de um Curso denominado Técnico Agrícola com habilitações em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria. Era estruturado em quatro módulos, sendo o primeiro introdutório (obrigatório), visando a aquisição de conhecimentos básicos da área, sem certificação. O segundo, terceiro e quarto módulo de cada habilitação teriam terminalidade, mas não haveria vínculo entre eles, conforme registros encontrados no *blog* (diário online) de História do IF Baiano, *campus* Catu, mantido pelo docente Marcelo Souza Oliveira. Este formato era concernente ao previsto pela Lei 5.692/1971.

No questionário, com a intenção de compreender e comparar o participante e o contexto no qual estão inseridos, foram incluídas duas perguntas: uma sobre eventual vínculo anterior junto às escolas que formaram os institutos e outra sobre o ano em que ingressaram no cargo.

O Gráfico 1 retrata o Número de Pedagogos e sua vinculação anterior em outras instituições da Rede Federal que se tornaram *campi* do IF Baiano.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE PEDAGOGOS E SUA VINCULAÇÃO ANTERIOR EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL QUE SE TORNARAM CAMPI DO IF BAIANO

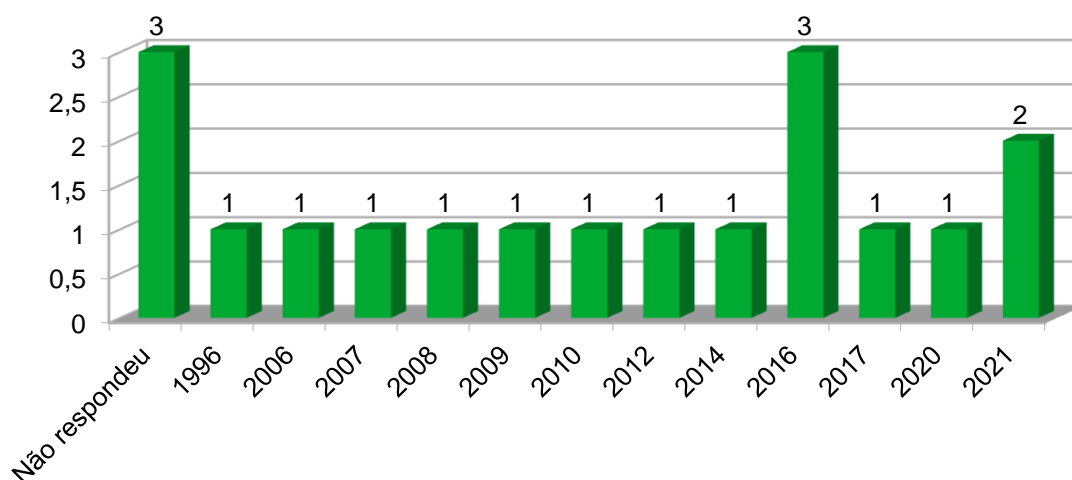


Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2022.

Quando se trata do trabalho em alguma instituição que foi integrada para tornar um *campus* do IF Baiano, como demonstrado no Gráfico 1, 13 participantes declaram ter iniciado o seu vínculo no cargo, a partir da criação do IF Baiano. Entretanto, 5 participantes disseram já estarem vinculados às EMARC de Teixeira de Freitas e Valença ou às ETF de Catu, Santa Inês e Guanambi.

Quanto ao ano de ingresso no cargo de pedagogo no IF Baiano, esta investigação é bastante pertinente, pois permite situar o ano de ingresso dos participantes da pesquisa, alinhado ao contexto histórico no qual o IF Baiano estava inserido. Nesse sentido, o Gráfico 2 demonstra o número de pedagogos do IF Baiano, participantes da pesquisa, por ano de ingresso.

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE PEDAGOGOS DO IF BAIANO POR ANO DE INGRESSO



Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2022.

O Gráfico 2 revela que 3 participantes não responderam a este questionamento, 3 disseram ter ingressado no instituto no ano de 2016 e 2 no ano de 2021 e 1 optou pelo ano de 1996, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2014, 2017 ou 2020. É provável ter no ano de 2016 um número expressivo de servidores que ingressaram no instituto pois de acordo com os Editais dos concursos realizados para o cargo de pedagogo, o Edital nº 64/2015, de 17 de setembro de 2015, foi o que contemplou o maior número de vagas, totalizando onze. Neste ano a estrutura do IF Baiano já estava definida como nos dias atuais, abarcando a Reitoria e os 14 *campi*.

Os dados produzidos pelo questionário trouxeram elementos identitários que constituem o perfil do pedagogo, participante desta pesquisa. A partir da delimitação das

características destes profissionais, foi possível comparar com os dados produzidos na pesquisa bibliográfica e documental, analisar e compreender o contexto no qual estão inseridos. O roteiro de entrevista foi estruturado a partir de questões mais amplas que possibilitasse ao entrevistado discorrer sobre o tema, privilegiando alguns aspectos, a saber, a escuta, a entonação, a ironia, o riso, entre outras manifestações captadas nos discursos.

Uma questão lançada no roteiro de entrevista complementa os dados explicitados no Gráfico 2.

O Quadro 4 reúne os principais pontos dos discursos das pedagogas ao tratar do ingresso no instituto.

QUADRO 4 – FORMA DE INGRESSO DAS ENTREVISTADAS NO IF BAIANO (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	[...] apareceu esse edital do IF Baiano [...] aí fiz o concurso [...] inclusive quando eu cheguei no IF Baiano eu cheguei no momento, recém, onde os institutos federais tinham sido recém-criados, né? Então estavam bem assim naquela fase embrionária mesmo inicial, estavam tendo muitas discussões, né? A reitoria tinha acabado de ser, é... instalada, né? [...] saiu da, do formato de uma escola técnica e chegou ao formato do instituto federal. Então eu já cheguei nesse contexto.
Anália Franco	[...] a ideia de passar no concurso , essa já tava sendo alimentada desde o ensino médio, né? [...] eu fui tentando até chegar aqui no IF Baiano. Eu na verdade eu não passei não IF baiano, né? Eu passei em [...] e fui redistribuída para cá .
Maria Firmina dos Reis	ocorreu a possibilidade de fazer um concurso público e aí tinha vagas para o pedagogo e pedagogo orientador. Porque era assim, né? Eu então me inscrevi pra o pedagogo orientador educacional e assim fui contemplada. Só que a época interessante também, não, gostaria de ressaltar, é, eu não fui chamada imediatamente. [...] alguém acabou fazendo, né? Entrando na justiça, entrou com uma ação e aí por isso acabou chamando todo mundo que estava ainda, é... que estava na fila.
Dorina Nowill	O IF Baiano abriu um concurso, né? com muitas vagas. Quer dizer, con, considerando, né? O, o concurso que a gente tinha para pedagogo, que era só 1, 2 vagas (risos) E aí eu entendi que era uma oportunidade . De... né? Fazer e passar. Enfim, aí me preparei pra isso. Entrei em 2016, né? através de, de concurso público .
Antonieta de Barros	[...] foi quando 2008 surgiu a rede federal, final de 2008. 2009 começou a pipocar de concurso, né? E eu entrei numa destas escolas de concurso na época e comecei a fazer cursinho pra concurso, focada. Só que eu tinha um objetivo, eu dizia não, eu vou fazer carreira, é, que eu exerça a minha profissão. Eu não queria mudar de profissão, eu queria melhores condições de trabalho . E quando apareceu universidade, instituto federal, a carreira, aí eu foquei só nisso e saí fazendo por aí, tudo [...] o IF Baiano foi um dos que eu passei, né? Assim, que eu fiquei melhor colocada e fui chamada. Foi assim.

QUADRO 4 – FORMA DE INGRESSO DAS ENTREVISTADAS NO IF BAIANO (CONCLUSÃO)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Sonia Guimarães	[...] foi mais uma, uma coincidência [...] minha prima [...] me perguntou se eu não ia fazer o concurso do IFBA. Ai eu falei do IFBA? Eu nem sabia direito o que era IFBA [...] Ai eu falei, vou olhar. Ai abri o, o site e olhei o edital rápido. Vi as vagas. Vi tudo. Vi que eu podia fazer. E eu fiz a inscrição assim, meio que vamos fazer [...] e aí no final de tudo confluuiu pra que desse certo e eu estou no <i>campus</i> que eu queria, né?

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Em todas as falas houve menção ao fato de terem ingressado no IF Baiano por meio de concurso público. Uma das servidoras veio redistribuída. Faz-se necessário destacar nos relatos elementos históricos como a transição da escola técnica para instituto federal e o edital de concurso que ofertou vaga para pedagogo orientador, situações vividas e citadas pelas entrevistadas.

Retomando a discussão sobre a equiparação entre o ensino técnico e o ensino propedêutico, no ano de 1982, a Lei n.º 7.044, alterou os dispositivos da Lei nº 5.692/71, que trazia a obrigatoriedade da habilitação profissionalizante nos cursos de 2º grau. Assim, a habilitação deixou de ser compulsória e voltou a compor o currículo de alguns cursos.

É mister, ressaltar as alterações na composição curricular que os cursos voltados para educação profissional sofreram, no século passado, e ainda sofrem influências do cenário político, econômico e social. Lopes (2004, p. 3) define a política curricular como sendo “um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e de significados, portanto, de culturas capaz de instituir formas de organizar o que é selecionado, tornando-o apto a ser ensinado”. Para a autora, elas “não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação” (LOPES, 2004, p. 3). Nesse sentido, destaca-se que, com ou sem a habilitação profissional compulsória, é possível identificar o caráter dualista da educação e a sua função reprodutora da estrutura social (MOURA, 2007, p. 10).

Assim, a dicotomia entre a teoria e a prática desenvolvida, concepção e execução, no processo educativo, encontra-se muito presente na educação brasileira. Se

por um lado, teoria representa orientações, explicações, discursos, no campo do saber intelectual, por outro a prática está associada ao fazer, aplicar o conteúdo estudado, no campo do saber popular, desprovido de inteligência. Urge, portanto, a necessidade de realização de uma educação integrada, que reconheça os saberes teóricos e práticos no mesmo patamar de importância, em que a teoria não seja pré-requisito para a prática, mas que dialeticamente se completem; em que seja ofertado um currículo complexo, cujo objetivo seja formar cidadãos críticos e conscientes de que são agentes transformadores da sua realidade.

Sem a profissionalização compulsória no ensino secundário, a oferta de EPT ficou, em grande parte, sob a responsabilidade das Escolas Federais algumas escolas estaduais até os anos de 1990. Em 1993, na Bahia, a Lei nº 8.670 criou as Escolas Agrotécnicas Federais de Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto. No mesmo ano, por meio da Lei nº 8.731/1993, estas escolas foram transformadas em autarquias, com autonomia orçamentária, disciplinar, acadêmica e quadro de pessoal próprio. Conforme disposto no Decreto nº 2548/1998, as escolas agrotécnicas federais tinham como meta a oferta ampla de formação articulada com os setores produtivos, especialmente nas áreas de agricultura e agroindústria.

A Lei 8.948/1994 criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SNET), transformando gradativamente as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. A mesma Lei (§ 4º) apontou a possibilidade de as Escolas Agrotécnicas, integrantes do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, serem transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, o que não ocorreu com as Escolas Agrotécnicas Federais que futuramente iriam compor o IF Baiano.

No âmbito do SNET, a expansão da oferta, com a criação de novas unidades, estaria condicionada à parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. O investimento dos recursos federais privilegiaria a ampliação da oferta do ensino superior, em detrimento à ampliação da oferta do ensino médio técnico, que dependeria de investimentos de outros setores. Os Centros Federais de Educação Tecnológica passaram a ter estrutura organizacional e

funcional estabelecidas em estatuto e regimento próprios, sendo supervisionados pelo Ministério da Educação e do Desporto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, trouxe pela primeira vez, na lei federal da educação, um espaço destinado, especialmente, à Educação Profissional com um Capítulo contendo três artigos sobre o tema. Estabeleceu o Ensino Médio como última etapa da Educação Básica e considerou a Educação Profissional como uma modalidade de ensino podendo ser ofertada de forma integrada (com uma única matrícula), concomitante (com matrículas diferentes) ou subsequente ao Ensino Médio. No entanto, com o advento do Decreto n.º 2.208/1997, que regulamentou a Educação Profissional, a possibilidade de oferta na forma integrada ao Ensino Médio foi extinta. Somente em 2004, a referida norma foi revogada pelo Decreto n.º 5.154/2004 e ao Ensino Médio ficou determinado que as instituições que optassem pela forma integrada deveriam seguir o disposto no parágrafo 2º do Art. 4º da Lei e deveriam “ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas”. Partindo desse pressuposto, a Escola Agrotécnica Federal de Catu implantou o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, na área de agropecuária, alinhado aos princípios da Educação Tecnológica conforme exposto no *blog* Acervo Catuense mantido por Rodrigo Rabelo (advogado, ex-aluno do IF Baiano, radicado em Catu) e Cássio Góes (analista de sistemas, natural de Catu).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), concebeu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no final de 2005. O principal objetivo foi disseminar a presença destas instituições em todo o território nacional.

Em 2008, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pela Lei 11.892/2008, vinculada ao Ministério da Educação, agregando as seguintes instituições:

- I- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II- Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III- Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e
- V- Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

O artigo 2º da referida Lei traz a seguinte definição para os Institutos Federais: “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008). Os objetivos dos Institutos Federais foram descritos no artigo 7º:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

O estado da Bahia foi contemplado com duas unidades: o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado a partir da transformação do Cefet/BA e o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano (IF Baiano), com a incorporação das Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Em 2010, na segunda fase da expansão da

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (iniciada em 2007), o Instituto implantou, duas novas unidades, sendo uma no município de Bom Jesus da Lapa e a outra em Governador Mangabeira. Neste mesmo ano, as Escolas Médias de Agropecuária Regional (Emarc da Ceplac) de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença passaram a ser administradas pelo IF Baiano. O Decreto nº 7.952, de 12 de março de 2013, vinculou as Emarc de forma definitiva ao Ministério de Educação, transformando-as em *campi* do IF Baiano.

A terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica aconteceu em 2011 com a criação de vários *campi* nas 27 Unidades da Federação, sendo que, 09 desses *campi* seriam implementados na Bahia. Para o IF Baiano, coube a implantação de mais 04 *campi* sediados nas cidades de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

A expansão e interiorização das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica evoluiu de um patamar de 144 unidades, em 2006, a 659 unidades em 2018, abrangendo todos os estados brasileiros.

No que diz respeito à estrutura da Rede Federal, o portal do Ministério da Educação discorre: “Tida no seu início como instrumento de política, voltado para as 'classes desprovidas', a Rede Federal se configura, hoje, como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (BRASIL, 2021).

Os Institutos Federais assumiram um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões através do ensino, da pesquisa aplicada e da extensão articulada com as comunidades locais. Justificando a condição de natureza pública, buscaram incorporar os setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, além de ter na oferta da educação profissional e tecnológica um instrumento de resgate da cidadania e da transformação social. Formaram espaços privilegiados para a construção e democratização do conhecimento, uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

Em adição, promovem a verticalização do ensino, proporcionando aos docentes e aos ocupantes dos cargos técnico-administrativos em educação, que estejam lotados nos setores acadêmicos, a atenderem discentes dos variados níveis de ensino compartilhando os mesmos espaços pedagógicos como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, estabelecendo itinerários formativos do curso médio técnico ao doutorado. Vale ressaltar

o pensamento de Pacheco (2009, p. 11) sobre a complexidade do trabalho pedagógico desenvolvido pelos servidores nos Institutos Federais, onde se ofertam variados níveis e modalidades de ensino: "esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação" (PACHECO, 2009, p.11). Diante desta realidade inovadora, são capazes de desenvolver um trabalho reflexivo, criativo e de qualidade que permitam a construção da autonomia dos estudantes. A orientação pedagógica desenvolvida nestes espaços estará pautada no pensamento analítico e na formação profissional mais abrangente voltada para o ambiente de trabalho, com infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo.

No que tange à oferta de educação profissional e tecnológica, as instituições precisam resistir aos objetivos arcaicos de serem somente instrumentalizadoras de pessoas certificadas para o trabalho, cujas regras são impostas pelo mercado, mas que vão além, têm como missão proporcionar uma educação integrada, pública, gratuita e de qualidade.

Os fatos históricos aqui descritos, sob a ótica da dialética, com todos os movimentos e transformações que os direcionaram, constituem a trajetória que desencadeou na atual Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica. Para se obter uma maior compreensão da complexa realidade em que se deu tais fatos, faz-se necessário considerar as mediações (entre as diferentes fontes da pesquisa) que integram a totalidade social (contexto no qual estão inseridos).

Após apresentação do percurso histórico acerca da criação deste espaço diverso, onde ocorre a oferta da Educação Profissional em diferentes níveis e modalidades, a próxima seção segue no intuito de descrever como se dá o processo de profissionalização do pedagogo do IF Baiano.

4 ASPECTOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE BASEADA NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO

O processo educativo é um reflexo da constituição da sociedade, do modo de produção desenvolvido e do sistema político-econômico-cultural ocorrido nos diferentes momentos históricos da civilização humana. A escola, enquanto instituição, se configura como um local de formação e “reprodução” dos interesses de uma classe social dominante, que, em nossa sociedade, persiste no ideal de formação da classe trabalhadora a serviço do modo de produção capitalista. Para isto, os fazeres escolares se baseiam nos princípios de competitividade, individualismo, competência, eficiência, produtividade, controle e avaliação.

Assim, a escola contemporânea está intimamente relacionada à formação de um trabalhador atrelado aos princípios econômicos ditados pelo mercado e aos avanços tecnológicos. São pessoas que precisam se adaptar ao modelo imposto pela Nova Gestão Pública, em que exercem menos criatividade, são desinteressadas politicamente e omissas diante da realidade, pois estão ocupadas com seus desempenhos, na otimização do tempo e no alcance de metas. Maciel (2020, p. 55) avalia este cenário destacando que “ao forçar as relações educacionais a caberem no molde do mercado, desconfigura a identidade das instituições de ensino e distorce o significado da educação” (MACIEL, 2020, p. 55). Assim, os rumos que as políticas educacionais vão tomando contradizem com os objetivos de oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

As reformas ocorridas no âmbito da educação nas últimas décadas, por influência de recomendações internacionais, ressaltam a necessidade de profissionalizar os servidores públicos para atenderem às demandas da sociedade moderna, onde “o conhecimento e a informação transformaram-se em mercadoria de valor” (RAIMANN, 2015, p. 3). Mediante a justificativa de elevar a qualidade educacional, busca-se parcerias com a comunidade e empresas privadas de consultoria pedagógica que reforçam os ideais mercadológicos. Segundo Shiroma e Evangelista [...] a política de profissionalização, nos moldes em que vêm sendo implementada, traça, para o século XXI, perfis de educadores e função social da escola conservadores da ordem capitalista vigente (SHIROMA; EVANGELISTA, 2004, p. 537).

Assim, é possível identificar o mecanismo que rege a política de profissionalização dos servidores lotados nas instituições de ensino, em que a formação

inicial e continuada, o desenvolvimento profissional e a construção de suas identidades profissionais (SHIROMA; EVANGELISTA, 2010, p.1) são cerceadas e moldadas conforme o sistema econômico vigente. Para uma maior compreensão acerca da construção desta política, traremos à baila o conceito de profissionalização apontado por Kimura *et al* (2012, p. 15):

[...] um processo pelo qual o profissional é reconhecido pelas características específicas do trabalho que realiza, agregando os saberes e competências necessárias ao desempenho de suas atividades e ao reconhecimento de um estatuto próprio na organização social do trabalho [...] (KIMURA *et al*, 2012, p. 15).

A profissionalização abrange um conjunto de características inerentes à atividade profissional e que o define de acordo com os saberes e competências indispensáveis para o desenvolvimento do seu trabalho. O processo de profissionalização permite, também, que um profissional seja reconhecido pelo seu trabalho e por fazer parte de uma categoria, um coletivo, que, como ele, desenvolve o mesmo tipo de tarefa no âmbito da organização e busca alcançar os mesmos fins.

Esse é um processo que vem avançando com base nas discussões e reivindicações dos profissionais por meio de entidades sindicais e associações acadêmicas. Constitui-se em exigências pela criação de políticas públicas educacionais, por melhores condições de trabalho e pela formação contextualizada e em convergência com as demandas sociais. Em consonância com esta afirmativa, Paula Júnior (2012, p. 4) defende que a profissionalização está associada às políticas públicas educacionais, ao contexto histórico e à valorização da profissão. Ferreira (2017, p. 31) aponta que a profissionalização se refere aos processos educacionais (formação inicial, continuada e permanente), às condições profissionais, à remuneração e à carreira. Ambos os posicionamentos são complementares, visto que circundam um ideal comum.

Cabe ainda ressaltar o posicionamento de Mota *et al* (2021, p. 6), quando discorrem sobre o conceito da profissionalização “a partir de atributos valorativos de desenvolvimento de saberes, práticas e modos de atuar no âmbito de uma determinada profissão” (MOTA *et al.*, 2021, p.6).

Os conceitos aqui mencionados acerca do processo de profissionalização refletem a complexidade do tema. Para uma maior compreensão, buscou-se contemplar alguns posicionamentos, que ora se assemelham e ora se diferenciam, a fim de enriquecer o repertório apresentado no texto.

4.1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

A profissionalização do serviço público deve constar como pauta prioritária nas reuniões entre os dirigentes que vislumbram o desenvolvimento econômico de um país. Ricupero (2015, p. 151) menciona que não se pode cobrar um serviço de excelência sem que se promova condições para alcançar um desempenho satisfatório. Fatores como: plano de carreira, estímulo e condições para qualificação, progressão funcional e remuneração compatível com o nível de formação e exigências da função exercida permeiam o universo que contempla o processo de profissionalização dos servidores.

A Lei 8.112, de 11 de novembro de 1990 constitui um marco histórico para a carreira dos servidores públicos civis federais. Em seus artigos é possível constatar detalhadamente as formas de provimento, vacância, remoção, redistribuição, e substituição, rol de direitos e vantagens, o regime disciplinar, informações sobre processo administrativo disciplinar e o plano de seguridade social do servidor.

Uma condição imposta pela Lei é a nomeação para o cargo de carreira ou de provimento efetivo a partir da aprovação do servidor em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecendo à ordem de classificação e validade do certame. Esta circunstância trouxe um enorme avanço para a administração pública e para a consolidação da carreira dos servidores, tendo em vista a redução o quantitativo de funcionários “indicados ou apadrinhados politicamente”.

A proposta de formação continuada atrelada ao desenvolvimento profissional também foi observada em documentos legais decorrentes do Regime Jurídico de 1990, o que possibilita aprimoramento contínuo, valorização da aprendizagem e remuneração por mérito, mediante avaliações de desempenho.

Ao se referir à remuneração do servidor, Ricupero (2015, p.152) reitera que, para manter a qualidade dos serviços prestados, a administração pública deve oferecer um salário apropriado, capaz de atrair e manter um quadro de pessoal qualificado. Outra questão importante é a estabilidade no serviço público após dois anos de efetivo exercício (de acordo com a Lei 8.112/1990).

No tocante à identidade profissional, é possível identificar no artigo *Caminhos da Profissão e da Profissionalidade docente*, que os autores sustentam o seguinte argumento:

a questão da identidade sempre sofreu as injunções decorrentes de uma certa fragilidade, própria de um grupo cuja função não parece tão específica aos olhos da sociedade, especialmente no caso dos professores do ensino elementar, a ponto de levar certos adultos a pensarem que qualquer um deles pode exercê-la (LÜDKE; BOING, 2004, p.1.168).

A partir deste enunciado, é possível inferir que a identidade se constitui a partir da visão que a sociedade tem sobre uma determinada profissão. Se as características que representam um determinado grupo não estiverem bem definidas, poderão surgir dúvidas, incompreensão e o não reconhecimento social das funções como exclusivas daqueles que estão habilitados a exercê-las. A situação de fragilidade, mencionada no texto, também é percebida quando se trata da realidade vivenciada pelo pedagogo, ao observar as atividades laborais deste trabalhador sendo exercidas por outros indivíduos sem a devida formação, especialmente nos espaços não-escolares.

O servidor público só poderá fazer o que estiver previsto em lei, eis o que preconiza o princípio constitucional da legalidade, condutor da atividade administrativa. De acordo com esta premissa, os pedagogos que estejam submetidos ao regime de trabalho estatutário estarão regidos e limitados ao teor da legislação pertinente. Esta condição prevê uma delimitação nas ações e atitudes dos profissionais, além “[...] da falta de autonomia de um grupo ocupacional, distante da situação de independência de um grupo profissional, que se autodetermina, se autocontrola e se autoconduz ao desenvolvimento” (LÜDKE; BOING, 2004, p.1.165).

O regramento legal que contempla os direitos e as atribuições dos servidores e define regras sobre o trabalho que deles se espera, muitas vezes, permitem atos discricionários, em que cada gestor ou gestora determina o fazer dos diferentes profissionais. Muitas vezes, quando imbuídos de cargos técnicos e administrativos, os servidores públicos se submetem a tais desmandos, por se sentirem pressionados pelos seus superiores.

Com o advento de reformas educacionais somado à implementação dos princípios da Nova Gestão Pública, o servidor tem sido cobrado a desempenhar o papel de protagonista, responsável pela resolução de problemas, pelo acúmulo de múltiplas tarefas, pela otimização dos recursos e direcionado a elevar os índices de qualidade previstos nos Planos de Ação institucionais. O ambiente de trabalho do servidor público, nos diferentes setores da administração, se torna cada vez mais competitivo com foco em resultados a serem alcançados.

Por outro lado, as estratégias para a organização e mobilização das categorias profissionais enfrentam dificuldades com a desmotivação e a desmobilização dos integrantes em relação à busca por melhores condições de trabalho.

Um dos questionamentos realizados no roteiro de entrevista foi no sentido de compreender quais as dificuldades e limitações enfrentadas pelos pedagogos em suas ações cotidianas. O Quadro 5 traz pontos relevantes das falas das entrevistadas.

QUADRO 5 – DIFICULDADES E LIMITAÇÕES ENFRENTADAS PELOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO EM SUAS AÇÕES COTIDIANAS (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	Eu queria destacar que em primeiro lugar, é realmente a questão do número de profissionais . Porque a gente sempre lida com um número expressivo de estudantes. E parece que as demandas, elas têm aumentado [...] eu acho que se a gente tivesse um setor, uma equipe técnico pedagógica mais completa, com mais servidores , a gente teria condição de prestar um atendimento também mais qualificado pra esses estudantes e pra escola, né? Como um todo. Então eu acho que essa hoje seria a maior dificuldade.
Anália Franco	Então, veja só, hoje em dia, assim é, a gente tá lidando com o novo aluno pós pandemia, né? E esse aluno, ele tá vindo com uma carga de problemas emocionais aqui, alunos com crises de ansiedade, nossa! [...] Eu não estou me sentindo preparada para lidar com essa realidade.[...] exigem tanto da gente [...] mas na hora de formar, de ter um momento de formação , ninguém propicia. Então é isso, a gente que vive aqui, de apagar incêndio.
Maria Firmina dos Reis	[...] a gente sempre percebeu, digamos assim, que o nosso papel lá era muito papel de assistente mesmo, sabe? É como se a gente tivesse aberto apenas pra assistir, então foi muito pouco, fomos muito limitados . Realmente, os limitados, eu falo, por exemplo, até mesmo no sentido de fazer uma substituição a uma chefia . É muito raro isso acontecer, né? [...] inclusive pode ser até uma limitação nossa de estabelecer, né? É, ou de marcar o nosso papel para deixar claro para os docentes, do plano, no caso, né? Quais são as nossas atribuições. Porque eles é que acham que devem dizer ou nos dizer quais são as nossas atribuições [...] uma outra dificuldade que nós tínhamos, sairmos para apresentação de trabalho, de participação de trabalho [...] quando foi possível nós solicitarmos, nós saímos. Mas nós vimos, por exemplo, que havia algumas dificuldades pra todos, então dois não podiam, sabe? Mas, enfim.
Dorina Nowill	A gente tem um o volume de trabalho, a gente é, a gente é convidado, né? É... ou quando não é convocado a estar em muito, em muitos, em muitos projetos, em muitas comissões . É, e isso aí gera uma sobrecarga muito grande pra gente . Mas o que mais me incomoda é que, embora a gente esteja aí em tantas comissões e tantos espaços, né? Levando as discussões pedagógicas. Eu ainda não. Eu ainda não percebo. [...] que a nossa fala , que o que a gente diz, que o que a gente leva, É, é seja ouvido com relevância. [...] então, às vezes a gente leva as questões, a gente leva, às vezes até soluções, mas na prática a gente não observa essa, esse, esse respeito por parte de quem dá a palavra final , que seria a gestão, né? Eu não tô falando de coordenação, não tô falando de direção... Então isso é uma coisa que me incomoda muito.

QUADRO 5 – DIFICULDADES E LIMITAÇÕES ENFRENTADAS PELOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO EM SUAS AÇÕES COTIDIANAS (CONCLUSÃO)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Antonieta de Barros	<p>A não nitidez do, é, é da nossa atuação, sabe? Dentro da instituição a, a, a gestão, ou, mas não tô falando de uma gestão específica, eu tô falando de, de todas as gestões, enfim não tem uma compreensão clara ou poucas pessoas dentro da gestão tem. A própria comunidade acadêmica, é, também eu acho que, é, tem pouca compreensão, né? do potencial que o pedagogo tem dentro de uma instituição de educação. [...] às vezes eu penso que é por conta da nossa formação inicial, né? Nós éramos escolas agrotécnicas [...] Então eu penso que isso influencia, né? Mas também acho que a gente já tem um nível de, de, de movimentação mesmo dentro do instituto, né? Isso eu digo em relação à comunidade acadêmica. Que já deu, né? Que já dá pra gente começar a abrir fóruns pra poder discutir a educação de fato dentro do IF Baiano.</p>
Sonia Guimarães	<p>Olha, eu sinto falta de formação continuada. Eu sentia mesmo. Por parte da instituição, né? A gente conversava entre nós sobre essa, essa necessidade que, que, que os pedagogos tinham de se encontrar, isso nunca. Nunca foi promovido institucionalmente de a gente se ver, de a gente entender quais eram as nossas demandas e, e trazer essa formação. A gente tinha que buscar, então cada um, eu sinto dificuldade em tal coisa. Eu ia, buscava. E ía tentar sanar essa dificuldade só, mas de ter um momento pra, pra gente, pra trazer os pedagogos, pra discutir, pra entender esse nosso lugar na instituição. Como a gente pode melhorar, que questões poderiam ser trazidas? Então a gente sentia muito falta disso, tanto que eu busquei o mestrado também pra, pra aprender.</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

O respeito e a valorização do profissional em seu ambiente de trabalho também foram anseios trazidos nos discursos proferidos pelas pedagogas. Uma dificuldade externada foi o não aproveitamento das opiniões ou sugestões destes profissionais quando estão participando de comissões ou grupos colegiados. Situações que poderiam ser mais aproveitadas se fossem consideradas as experiências e expertises destes profissionais no processo educativo em uma instituição de Educação.

A valorização profissional constitui um aspecto de extrema relevância no processo de reconhecimento e desenvolvimento dos profissionais no contexto de sua atuação, conforme preconiza Mota *et al* (2021, p. 6). O investimento do Estado no processo de valorização do servidor público, em relação ao trabalho realizado, permite a emergência de um contexto propício às interações mediadas pelo respeito à diversidade, à produção de saberes com autonomia e ao engajamento dos sujeitos com as questões laborais.

Um outro artigo que merece destaque na LDB 9.394/1996 é o art. 67, que discorre sobre a valorização dos profissionais da educação pelos sistemas de ensino, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. Acrescenta ainda em seus incisos:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

Apesar dos avanços legais, é possível observar que nem todas as instituições cumprem o estabelecido nos incisos, principalmente, aqueles que tratam do aperfeiçoamento continuado, do período reservado a estudos e das condições adequadas de trabalho, sobretudo nas instituições públicas (PAULA JÚNIOR, 2012, p. 16). Contrapondo-se a situação mencionada, quando há investimento na valorização do servidor, os benefícios gerados se refletem no trabalho desenvolvido pelos servidores e na forma como servem ao público.

Os Planos Decenais de Educação, especialmente aquele vigente no período de 1993 a 2003, que concebeu o Pacto de Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, e o que está em vigor (de 2014 a 2024) colaboraram com a implantação de ações para o fortalecimento da profissionalização dos licenciados no que se refere a formação, perfil profissional, financiamento e gestão educacional.

4.2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO

Uma das vertentes que compõe o processo de profissionalização do pedagogo está relacionada ao contexto histórico em que este profissional foi constituído. Com o intuito de compreender um pouco sobre a formação e a identidade do pedagogo, recorre-se aos fatos mais marcantes, desde a criação do curso de Pedagogia no Brasil até os dias atuais.

Furlan (2008) explica que no início do século XX, mediante a condição de prestígio social que tinha o professor associado aos ideais do movimento escolanovista, foi criado o curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Brasil, em 1939, com o objetivo de formar professores para a Escola Normal e para os Institutos de Educação. O curso formava bacharéis (que ocupavam cargos técnicos) e licenciados (para exercer a docência). Ao longo do processo de desenvolvimento do curso

de Pedagogia, seu objetivo alternou entre formar um especialista (orientadores, administradores, supervisores e inspetores) e formar um generalista (profissional habilitado a desenvolver atividades que envolvam conhecimentos pedagógicos) conforme traduzido pelo pensamento de Vila e Santos (2007, p. 4).

Com o advento da Lei nº 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, evidencia-se, em seu artigo 52, a formação de “professores, orientadores, supervisores e administradores escolares” (BRASIL, 1961) através do curso normal. Mais adiante, o artigo 62 discorre sobre a orientação educativa e a inspeção. A formação do orientador de educação do ensino médio e do ensino primário se dará por meio de cursos especiais. Para a formação de orientador de educação do ensino médio, o curso será destinado aos “licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério” (BRASIL, 1961). É importante ressaltar que além do pedagogo, outros profissionais puderam assumir esta função, o que contribuiu com a falta de clareza sobre os espaços de ocupação deste profissional. Para assumir o cargo de inspetor de ensino, será exigido conhecimentos técnicos e pedagógicos desenvolvidos no âmbito do magistério, direção ou administração escolar. Esta condição foi observada no IF Baiano até o ano de 2005, com a reestruturação da carreira dos TAEs, com oferta de vagas, através de concurso público, para o cargo de Pedagogo com habilitação em Orientação Educacional e Pedagogo com habilitação em Supervisão Educacional.

Em 1962, com alterações na LDB 4.024/1961, foi publicado o Parecer n. 251 que mantinha o curso formando professor primário (licenciado) ou técnico da educação (bacharel) que assumia qualquer atividade não docente no campo educacional. A Lei nº 5.540/68, que promoveu uma reforma universitária, menciona que a formação de professores para o ensino de segundo grau, bem como o preparo de especialistas nas atividades de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, se dará em nível superior. Nesse mesmo ano, a profissão de orientador educacional foi regulamentada.

No ano de 1969, ocorreu a publicação do Parecer CNE 252/1969, que preconizava que o Curso de Pedagogia deveria se adequar à realidade política de desenvolvimento do país, ao tecnicismo que imperava nos currículos da época, ocasionando a fragmentação do trabalho educativo. Seguindo estes princípios, a formação

do pedagogo se dividia nas seguintes opções: professor para o ensino formal ou especialista para as áreas de administração, orientação, supervisão ou inspeção escolar.

A Lei n.º 5.692/1971, Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, insere em seu texto a orientação profissional como obrigatória, visando o aconselhamento vocacional em parceria com os professores, com a família e com a comunidade. A formação exigida para os especialistas em educação (administradores, orientadores, inspetores, supervisores) era com base no curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

As licenciaturas de curta duração (três anos) eram direcionadas a quem fosse trabalhar na educação básica. Aqueles que almejavam uma formação plena e cursavam a habilitação específica na área do magistério, ingressava no curso de Pedagogia, responsável por formar os especialistas em educação: administradores, inspetores, supervisores e orientadores (PAULA JÚNIOR, 2012, p. 15).

A elaboração da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi marcada por divergências de interesses, de um lado exaltando conquistas coletivas e por outro lado enaltecendo os interesses privados. Delineada sob a égide de uma política neoliberal, o texto final resultou confuso e ambíguo, refletindo no processo de profissionalização dos educadores.

Entre avanços e retrocessos, esta Lei foi responsável por trazer uma nova definição para a identidade do pedagogo, como define o artigo 62, que trata da formação dos docentes que trabalham na educação básica:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

O artigo 64 da mesma Lei destaca a formação de profissionais para trabalhar nas diferentes áreas da educação em curso de pedagogia ou em nível de pós-graduação:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Outros marcos legais que contribuem para a formação dos profissionais foram a Resolução CNE/CP 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e a Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. A primeira normativa estabeleceu a carga horária e a duração do curso em âmbito nacional e a segunda normativa trouxe um avanço nas definições e delimitações da formação do pedagogo e orientações para o fazer pedagógico. A formação geral extinguiu as habilitações anteriormente existentes e tornou o egresso apto a exercer tanto a docência na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como a exercer atividades de apoio, planejamento, execução, coordenação, acompanhamento, avaliação de projetos, podendo também produzir e difundir conhecimento científico e tecnológico na área de Educação (DCN, 2006, p.2).

Uma vez, demarcada a formação inicial e o espaço a ser ocupado, é necessário também investir em formação continuada. O texto incluído pela Lei nº 12.796/2013, no parágrafo único do artigo 62-A, remete à garantia de formação continuada para os licenciados nos locais de trabalho ou em instituições de educação básica e superior (BRASIL, 1996).

A Resolução CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2015, que tratava das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (BRASIL, 2015b), foi publicada após emissão do Parecer CNE/CP n.º 2, de 9 de junho de 2015 (BRASIL, 2015a). O Parecer supracitado concebe que as licenciaturas formarão profissionais do magistério para trabalharem na educação básica, considerando a complexa formação inicial com abordagem na docência, na gestão educacional e escolar, na coordenação pedagógica e atividades correlatas (BRASIL, 2015a, p.28). A compreensão relacionada à formação dos Pedagogos permanece semelhante ao disposto na Resolução anterior: um Curso com um currículo complexo decorrente dos avanços e retrocessos sofridos ao longo dos mais de oitenta anos. No entendimento de Anjos (2018, p. 74), o currículo das licenciaturas continua inchado e, em referência ao Curso de Pedagogia, conserva-se uma formação polivalente e desafiadora (ANJOS, 2018, p.74).

Para os cursos de formação inicial do magistério da educação básica, em nível superior, a Resolução CNE/CEP nº 02/2015 descreve as seguintes possibilidades: cursos

de graduação de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura. Para a formação continuada, foi definido que a oferta se dará através das seguintes ações:

[...] atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2015b, p.53).

O Parecer CNE/CEP nº 02/2015 aponta algumas contribuições e concepções fundamentais com vistas a melhoria da formação inicial e continuada e suas dinâmicas formativas. Dentre elas, ressaltamos aquela que mais aproxima com o objeto desta pesquisa: “a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho”. Vale destacar que os aspectos mencionados no documento contribuem com o avanço do processo de profissionalização dos profissionais da educação escolar.

Em outubro de 2020, após as alterações realizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, originadas a partir da Lei nº 13.415/2017 e com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018), houve a publicação de uma nova Resolução para atender às normas atualizadas. A Resolução CNE/CP nº 1/2020 dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). No início do documento, a referida Resolução cita as metas quinze e dezesseis do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) que tratam da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação. Estas metas consideram a formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área de conhecimento em que os professores da Educação Básica atuam, e sobre a formação continuada deles. Seu principal objetivo consiste em alcançar cinquenta por cento destes professores com nível de pós-graduação.

Ao discorrer sobre a Formação Continuada de Professores, o texto legal reconhece esta ação como um elemento que compõe o processo de profissionalização e que terá reflexo na práxis docente, uma vez que são agentes de formação e profissionais

que estarão qualificados. Posteriormente, exemplifica os cursos e programas a serem considerados nesta formação:

- I - Cursos de Atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- II - Cursos e programas de Extensão, com carga horária variável, conforme respectivos projetos;
- III - Cursos de Aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;
- IV - Cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, de acordo com as normas do CNE;
- V - Cursos ou programas de Mestrado Acadêmico ou Profissional, e de Doutorado, respeitadas as normas do CNE, bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BRASIL, 2020, p.6).

Apesar de definir tais possibilidades, ampliam-se as modalidades, quando se refere às “atividades formativas diversas, presenciais, a distância, semipresenciais, de forma híbrida, ou por outras estratégias não presenciais” e amplia-se a quantidade de instituições, sendo públicas ou privadas, como as Instituições de Ensino Superior, “organizações especializadas ou órgãos formativos no âmbito da gestão das redes de ensino” (BRASIL, 2020, p.6). Como já mencionado anteriormente, este texto foi elaborado a fim de atender aos ditames previstos em outros documentos legais que antecederam esta Resolução.

No artigo 5º, são listados os princípios orientadores e inciso IV discorre sobre o reconhecimento e valorização dos professores: “responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos, a partir de uma formação sólida que leve em conta o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional” (BRASIL, 2020, p. 3). Interessante perceber que o inciso VIII estende o reconhecimento e valorização a todos os profissionais, assessores, colaboradores e voluntários que contribuem com as atividades desenvolvidas nas instituições. Este texto inova na perspectiva de abranger e considerar o trabalho de todos aqueles que exercem atividades vinculadas ao processo educativo.

É fundamental salientar que os documentos legais mais recentes evidenciam em seu conteúdo os elementos que compõem o processo de profissionalização daqueles que trabalham com o processo educacional, entretanto é necessário ir além do prescrito.

4.3 O PERFIL DO PROFISSIONAL PEDAGOGO

A LDB 9.394/1996 define um novo perfil de profissional da educação e suas possibilidades de trabalho. A partir dela, unificou-se as habilitações anteriores em uma única formação generalista, o que acarretou mais conteúdo em menos tempo, sem aprofundamento teórico-prático, e desconsiderou as peculiaridades de cada área, quando por exemplo, o orientador educacional tinha sua prática voltada para o atendimento ao estudante e o supervisor educacional tinha sua prática voltada para o atendimento ao professor. O Pedagogo agregou também a função de gestor, pois conforme a LDB, participa da gestão democrática da escola como profissional da educação na elaboração do projeto pedagógico da instituição e como membro nas instâncias colegiadas com poder de deliberação frente as ações que envolvem a comunidade escolar.

Libâneo (2010, p. 38) compreende o pedagogo como “[...] um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades [...]” (LIBÂNEO, 2010, p.38). Maciel (2020, p. 44) também expressa seu pensamento com argumentos semelhantes:

[...] profissional que atua em diferentes instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos projetos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista os objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica.

Tais entendimentos reforçam a ideia de que o pedagogo tem uma visão generalista da educação, agindo na tentativa de conciliar os interesses dos diferentes sujeitos (gestores, alunos e docentes) em prol de uma educação de qualidade. Ele precisa estar atualizado nas questões e transformações que o mundo vem passando, nos novos perfis de indivíduos e constituições familiares, promovendo reflexões e discussões no meio em que esteja inserido, possibilitando o acolhimento e a interação entre os membros da comunidade. Estas características reforçam a necessidade de investimento no processo de profissionalização.

Pinheiro e Costa (2016, p. 10) também defendem a concepção do pedagogo associada aos anseios da sociedade contemporânea e sua relação com os indivíduos quando revelam que:

Muito mais que um mediador do conhecimento, o pedagogo é um problematizador que necessita levar aos indivíduos novos significados do conhecimento. Na atual sociedade contemporânea, a questão da educação necessita buscar caminhos para respeitar e traçar estratégias para que os sujeitos possam interagir com as diferenças.

Com essa compreensão, é necessário evidenciar que o pedagogo precisa estar atento aos desafios que enfrentará nos diferentes espaços (escolas, hospitais, presídios, empresas, projetos culturais) e agir com base no respeito às diferenças de classe, gênero, cor, credo e interesses. Essa diversidade precisa ser encarada como algo positivo, que vem acrescentar e não dividir pessoas. É preciso lutar contra a cultura da exclusão.

Após identificar os conceitos atribuídos pelos teóricos sobre o perfil identitário do pedagogo será apresentado o perfil do profissional pedagogo do IF Baiano a partir dos resultados extraídos dos instrumentos aplicados.

O questionário possibilitou identificar o perfil dos respondentes desta pesquisa categorizando-os nos seguintes critérios: sexo, idade, formação acadêmica, tempo de vínculo profissional com o Instituto, experiência na área de formação anterior ao ingresso no IF Baiano, entre outros. Do total de pedagogos convidados, dezoito responderam ao questionário, sendo quatorze do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Apenas seis pedagogas (todas do sexo feminino) participaram das entrevistas semiestruturadas. A duração das gravações variou de quarenta e cinco minutos a setenta e oito minutos e apesar de trabalhoso o processo de transcrição e revisão, foi bem proveitoso pela quantidade de dados produzidos. As pedagogas se sentiram confortáveis e discorreram sobre o que lhes foi questionado indo além das perguntas, muitas vezes divagando sobre questões que ainda seriam lançadas posteriormente ou até fugindo um pouco do tema proposto.

Na terceira fase da pesquisa, que ocorreu no dia treze de setembro de 2022, através da plataforma digital ConferênciaWeb-RNP foi utilizada a técnica do grupo de interlocução. Quatro das seis pedagogas anteriormente entrevistadas aceitaram participar deste encontro. O encontro teve duração de uma hora e trinta minutos. Após apresentação dos resultados foi franqueada a palavra para que houvesse a manifestação de cada participante. Aquelas que participaram do encontro lembraram o momento da entrevista individual e o descreveram como sendo terapêutico, tendo em vista que se sentiram à vontade para relatar suas vivências e percepções cotidianas a respeito do tema da pesquisa. A sensação de pertencimento e coletividade foi suscitada ao comentar sobre os anseios comuns expostos nos slides que tratam dos dados oriundos dos instrumentos

aplicados. A questão identitária foi mencionada diversas vezes, especialmente relacionada à demarcação dos espaços e das atribuições do profissional estudado.

Outro elemento que foi reforçado foi a incompatibilidade entre o quantitativo de pedagogos e a quantidade de trabalho realizado. Apesar de ter aumentado o número de servidores que compõem a categoria, a ausência de uma norma que delimite as atribuições e a imensa carga de trabalho que lhe é conferida, acaba levando o pedagogo à exaustão. Reiteraram a importância de ter este documento como uma conquista no avanço do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico realizado pelo pedagogo do IF Baiano. O documento sobre as atribuições das Equipes Pedagógicas elaborado por uma comissão (para elaboração das atribuições das equipes pedagógicas do IF Baiano) com o auxílio de outros colegas que ocupam os cargos de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais foi bastante citado e reconhecido como complementar ao produto educacional que será produzido e ofertado à gestão institucional. Em algumas falas foi informado da necessidade deste documento ser acatado pelos gestores a fim de ser colocado em prática, melhorando as condições de trabalho e o reconhecimento dos profissionais. Também foi externada a condição de segurança e fortalecimento das participantes após apresentação dos dados da pesquisa. Ao final, agradeceram pela participação e mais uma vez, elogiaram o encontro. Momentos como esse de exposição e diálogo entre trabalhadores são extremamente relevantes para o desenvolvimento do processo de profissionalização. Torná-los constantes é uma meta a ser conquistada.

Tais informações permitiram traçar um perfil profissional do pedagogo do IF Baiano e compreender as características que o tornam pedagogo e que o acompanham no processo de profissionalização.

A Tabela 4 retrata o quantitativo e sexo de servidores que participaram das três etapas da pesquisa.

TABELA 4 – QUANTITATIVO DE SERVIDORES QUE PARTICIPARAM DAS TRÊS ETAPAS DA PESQUISA POR SEXO

Instrumento	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Questionários enviados	23	6	29
Questionários respondidos	14	4	18
Entrevista	6	0	06
Grupo de Interlocução	4	0	04

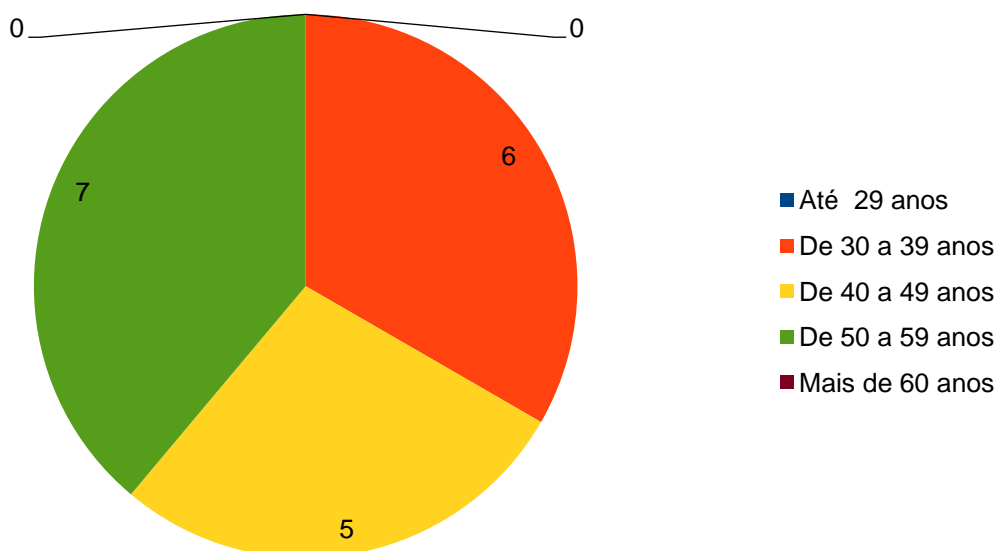
Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

A Tabela 4 contém dados obtidos no sistema Suap, ao identificar os sujeitos que ocupam o cargo de Pedagogo Área no IF Baiano. Posteriormente, foram encaminhados os e-mails com os questionários para vinte e nove servidores aptos a participarem da pesquisa, sendo vinte e três do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Apesar da questão de gênero não ser o foco desta pesquisa é perceptível a diferença proporcional entre a quantidade de homens e mulheres que ocupam tal cargo. Após a devolução dos questionários respondidos, esta condição prevalece e para a realização das etapas de entrevista e do grupo de interlocução. Desse último, somente pedagogas se disponibilizaram a participar. Os dados apresentados refletem a realidade encontrada em outros estudos similares sobre a formação e a ocupação dos espaços pelo profissional pedagogo, em sua maioria do sexo feminino.

Também foi perguntado sobre faixa etária dos Pedagogos participantes da pesquisa a fim de identificar o perfil identitário deste profissional.

O Gráfico 3 representa o quantitativo encontrado para cada faixa etária escolhida pelos participantes.

GRÁFICO 3 – PEDAGOGOS PARTICIPANTES DA PESQUISA, POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2022.

O Gráfico 3 revela que os respondentes não escolheram nem a primeira nem a última faixa etária apresentada como opção: até 29 anos (0 respostas), de 30 a 39 anos (6

respostas), de 40 a 49 anos (5 respostas), de 50 a 59 anos (7 respostas) e mais de 60 anos (0 respostas). Logo, encontram-se na faixa etária compreendida entre 30 a 59 anos, compatível com a maioria dos servidores públicos estáveis no cargo que ocupam.

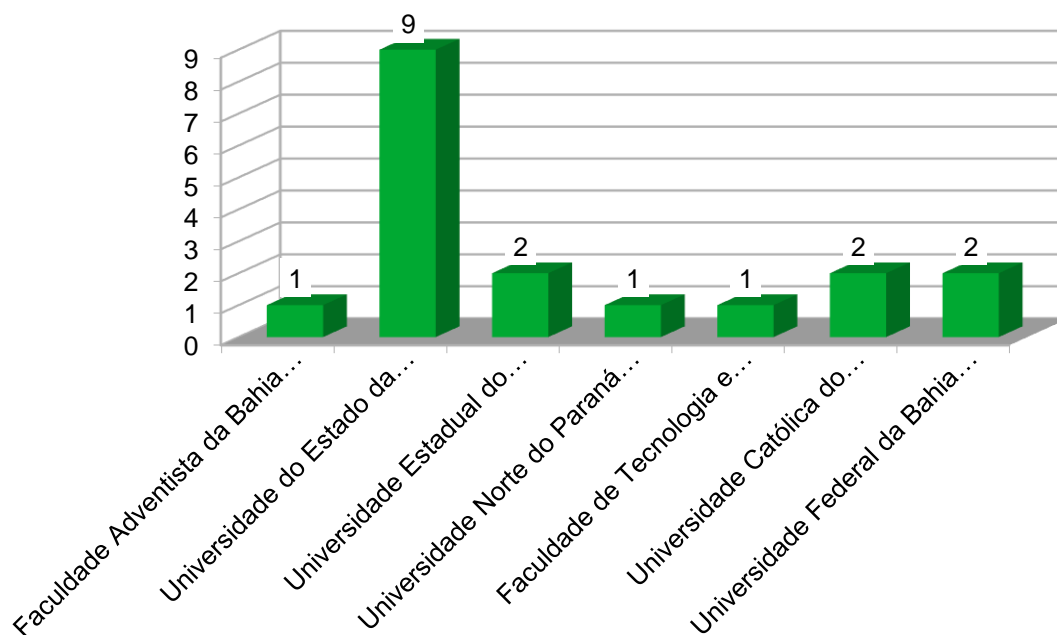
4.4 A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PEDAGOGOS – TAE NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Para descrever o processo de profissionalização do pedagogo em uma instituição de educação profissional, especificamente no IF Baiano, recorreu-se à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

A Lei supracitada traz em seu bojo a distribuição dos cargos por nível e requisitos de ingresso em que cita três ocupações diferentes: “Pedagogo/Supervisor Pedagógico”, “Pedagogo/Supervisão Educacional” e “Pedagogo/Orientação Educacional”, sendo estes condensados em um único cargo “Pedagogo/Área” após a publicação da Lei nº 11.233, de 22 dezembro de 2005. Desta forma, o requisito de escolaridade para ingresso é disposto apenas como “Curso Superior em Pedagogia”, sem necessidade de habilitação e em conformidade com a formação realizada nas Instituições de Ensino Superior que ofertam os cursos nesta área do conhecimento.

Retomando os dados extraídos dos questionários, agora sobre a formação acadêmica dos participantes, gerou-se o Gráfico 4:

GRÁFICO 4 – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, EM QUE OS PEDAGOGOS DO IF BAIANO SE GRADUARAM

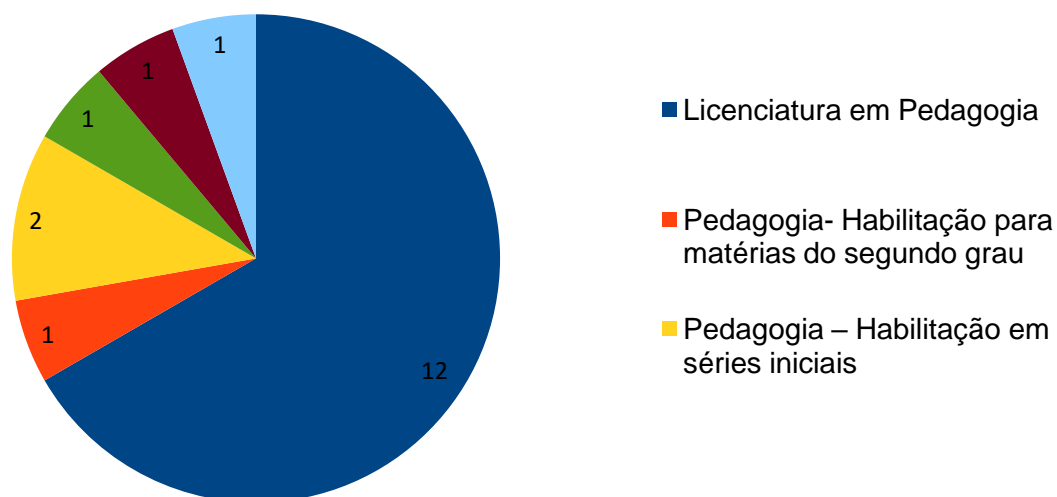


Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2022.

No tocante a instituição onde os Pedagogos do IF Baiano cursaram a graduação, a UNEB apareceu com um quantitativo bem relevante, 9 respostas, a UESB, a UCSAL e a UFBA com 2 respostas e a FADBA, a FTC e a UFBA com 1 resposta. Esta questão foi lançada a fim de conhecer qual tipo de instituição os sujeitos realizaram a sua formação inicial, o que está intimamente ligado ao processo de profissionalização. Observa-se que a maioria declarou que realizou seu curso de graduação em uma instituição pública estadual, onde a maior parte dos discentes são oriundos da classe trabalhadora.

Sobre o curso ou habilitação concluída com a graduação, organizou-se as respostas obtidas durante a pesquisa no Gráfico 5:

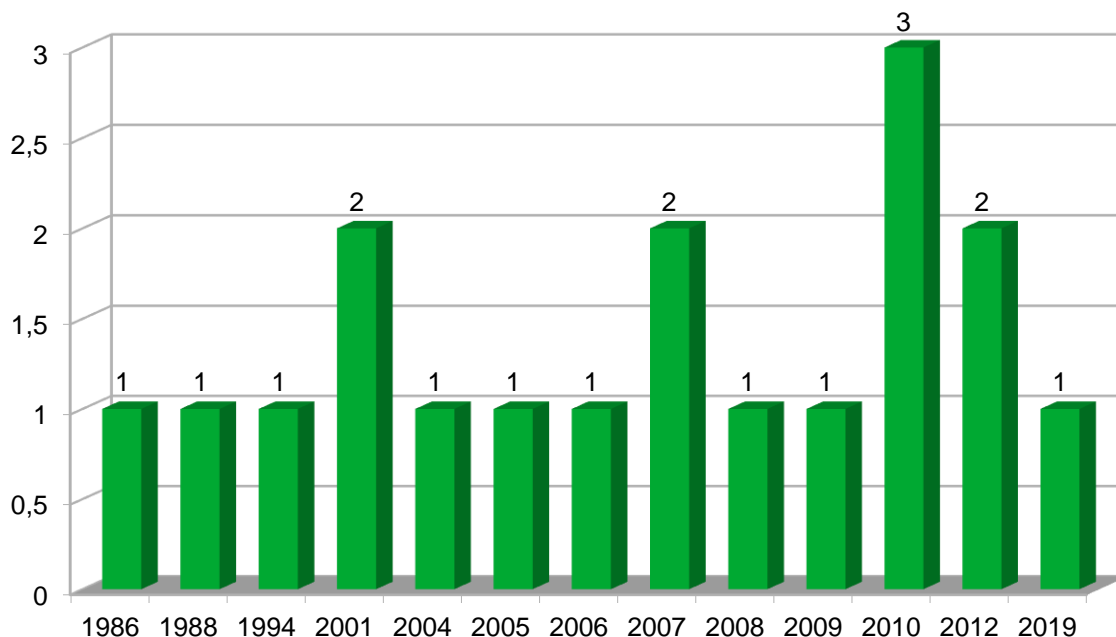
GRÁFICO 5 – CURSO/HABILITAÇÃO CONCLUÍDO PELOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO NA GRADUAÇÃO



Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2022.

O Gráfico 5 mostra que curso ou habilitação realizado pelos Pedagogos do IF Baiano na graduação aparece em maior quantidade o item licenciatura em pedagogia com 12 respostas, seguido de Pedagogia – Habilitação em séries iniciais, com 2 respostas, Pedagogia- Habilitação para matérias do segundo grau, Pedagogia – Habilitação em Orientação Educacional, Pedagogia – Habilitação em Administração e Coordenação de Projetos Pedagógicos e Pedagogia Gestão e Docência alcançaram 1 resposta. Estas alternativas se apresentam devido às inúmeras alterações sofridas pelo curso de Pedagogia ao longo de sua história. Assim, foi necessário também investigar o ano de conclusão de cada participante conforme descrito no Gráfico 6:

GRÁFICO 6 – ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO REALIZADO PELOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO



Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2022.

Ao se referir ao ano de conclusão do curso de graduação realizado pelos Pedagogos do IF Baiano, no Gráfico 6 apareceram várias opções, entretanto o que teve maior quantidade foi a opção 2010 com 3 respostas. Os anos de 2001, 2007 e 2012 apareceram com 2 das respostas. Os anos de 1986, 1988, 1994, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2019 aparecem com 1 resposta. É importante frisar que nas três primeiras opções marcadas, o curso de Pedagogia era ofertado para os “especialistas em educação” conforme disposto na LDB de 1971, com as seguintes habilitações: administração, supervisão, orientação e inspeção. No próximo período que compreendem os anos de 2001 a 2005, o curso de Pedagogia passa a ser ofertado conforme disposto na LDB de 1996, com uma formação mais generalista, prioritariamente destinada ao magistério na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. A partir do ano de 2006, com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, muitas instituições começaram a reformular seus currículos a fim de adequá-los aos preceitos legais. Observa-se que assim como houve alterações na formação inicial dos pedagogos, o cargo de Pedagogo no Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação também acompanhou as mudanças da legislação. Mediante tal contexto, ressalta-se a importância de investimento na formação continuada.

O primeiro questionamento realizado nas entrevistas foi sobre a escolha do curso de Pedagogia e as respostas estão no Quadro 6:

QUADRO 6 – MOTIVO PARA A ESCOLHA DO CURSO DE PEDAGOGIA

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	[...] Eu queria ter o curso superior. Na época, eu pensava em fazer administração , mas não tinha condição de sair da cidade para estudar, então, é, abracei, né? A oportunidade de fazer, mas não foi exatamente uma opção, foi uma, é, necessidade.
Anália Franco	Bom, é, eu não posso dizer que foi uma escolha assim, aquele projeto de vida que você faz a vida toda, né? [...] eu escolhi pedagogia mais por uma questão de não me sentir preparada pra encontrar outro, pra encarar outra formação [...] eu fui dentro daquilo que eu tinha é... capacidade de fazer naquele momento. Foi como eu me sentia. É... mais, mais próxima pra conseguir entrar no ensino superior e aí eu escolhi pedagogia.
Maria Firmina dos Reis	Eu sou de uma geração, vou dizer assim, uma geração que a gente tinha poucas escolhas, né? [...] eu então, tentei fazer serviço social [...] eu não escolhi porque a princípio foi algo que eu, sabe? Que eu quisesse , mas eu fui depois, então, digamos que eu fui tomando gosto, né?
Dorina Nowill	Inicialmente, é... muito influenciada pela, pela, pelos exemplos de casa , né? [...] na minha família, quem não é pedagogo, é licenciado [...] Muito movida por essa influência, e depois que eu comecei o curso, é... aí a coisa deixou de ser somente por influência e passou de fato a ser por identificação, né? Por compreender que estudar a educação, os processos educativos de fato me interessavam, né? Mais do que a prática que eu via em casa, na minha família, comecei a me interessar por estudar educação.
Antonieta de Barros	Como uma menina de classe popular, de classe trabalhadora, filha de pobres, eu pensei que deveria fazer um curso técnico, que na época era muito propagada essa ideia, né? De quem fazia curso técnico conseguia logo emprego pra poder se virar na vida, né? Porque de família pobre não tinha como ficar dependente dos pais e tal [...] eu fiz magistério [...] Foi um caminho natural ir pra pedagogia. Bem natural [...] aí eu passei em pedagogia, né? E fui cursar e foi, foi muito bacana, muito mesmo.
Sonia Guimarães	[...] na verdade eu nunca quis fazer pedagogia [...] Fiz o curso de magistério. A gente tinha 2 opções aqui. Quando a gente chegava na oitava série, a gente fazia uma prova, e aí quem passava nessa prova, ia fazer o integrado com o magistério [...] E aí eu vi alguma coisa de, vi, de educação, né? A gente tem as matérias pedagógicas no, no, no ensino médio, mas não era uma coisa que, que eu pensava em seguir, eu queria fazer letras [...] e eu fui ficando, e aí não, não optei por depois de tentar o curso de letras diurno e acabei concluindo o curso de pedagogia.

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

O curso de Pedagogia não foi exatamente uma escolha para a maioria das entrevistadas. Surgiu como oportunidade e conveniência para ingressar no nível superior. Duas das entrevistadas fizeram o curso de magistério e justificaram a sua escolha pela proximidade com esta graduação, como uma extensão do ensino médio. Outras duas

entrevistadas justificaram ter estudado Pedagogia pela necessidade de ter uma graduação e esta opção seria a “mais fácil” para ingressar em uma universidade. Esta condição é percebida também no cotidiano de quem convive com pedagogo e vem embasada pelos argumentos: “tem muitas vagas”, “é um curso financeiramente acessível”, “é um curso menos concorrido”, entre outros. Uma das entrevistadas citou que a opção se deu por influência da família, o que acontece com muitos jovens nesta fase da vida. As falas esclareceram que pedagogia não foi a primeira opção de escolha, entretanto ao longo da graduação foram se identificando com o curso.

O Quadro 7 traz a relação entre a formação de pedagogo e o trabalho realizado atualmente na visão das entrevistadas:

QUADRO 7 – RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO DE PEDAGOGO E O TRABALHO QUE REALIZA NO IF BAIANO (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	[...] seria mais no âmbito mesmo da fundamentação teórica . Sabe aquelas concepções teóricas básicas da área de educação, os pensadores clássicos, isso estava muito presente na formação. A parte mesmo, né? dos detalhes ali do dia a dia do trabalho pedagógico, isso a gente vai construindo, né? Então isso foi muito fruto da prática, da experiência, da troca de é... do convívio, né, com outros colegas pedagogos e de outras áreas. [...] toda essa minha formação, tanto a formação da faculdade como a formação de especialização, que foi depois, e também o mestrado, é... eu vínculo muito mais a essa concepção teórica, essa fundamentação teórica, que na minha visão é super importante para a nossa atuação como pedagogos.
Anália Franco	[...] de qualquer forma, a gente tá sempre resgatando os nossos estudos , né? Toda aquela teoria que a gente aprendeu na faculdade, de certa forma, a gente sempre busca lá nas, nas nossas bibliotecas mentais (risos) alguma coisa que você aprendeu. Mas assim, eu, eu hoje, a minha avaliação é que necessitava mais dessa prática de escola, né? Eu senti muita falta disso, né? a prática da vivência na escola [...]
Maria Firmina dos Reis	[...] essa foi a primeira dificuldade que eu senti porque minha formação [...] era muito mais assim de formação para o professor de magistério das séries iniciais [...] então tanto é que eu fiz estágios em escolas é... inclusive, como orientadora por conta da minha habilitação [...] você chegar numa instituição de educação profissional e você não conhecer ou conhecer muito pouco , porque o que você estuda é... você estuda para fins mesmo de fazer um concurso [...] então você vai ter que aprender naturalmente, vai aprendendo de acordo com as necessidades [...]
Dorina Nowill	No curso de pedagogia. É... ele, prepara muito pouco pra o trabalho que a gente exerce numa instituição de educação profissional e tecnológica . [...] A gente traz assim uma bagagem que é uma bagagem comum, uma bagagem que é básica e quando a gente entra no instituto a gente precisa sim buscar essas especificidades da educação profissional e tecnológica pra, é... assim, exercer melhor a atividade.

QUADRO 7 – RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO DE PEDAGOGO E O TRABALHO QUE REALIZA NO IF BAIANO (CONCLUSÃO)

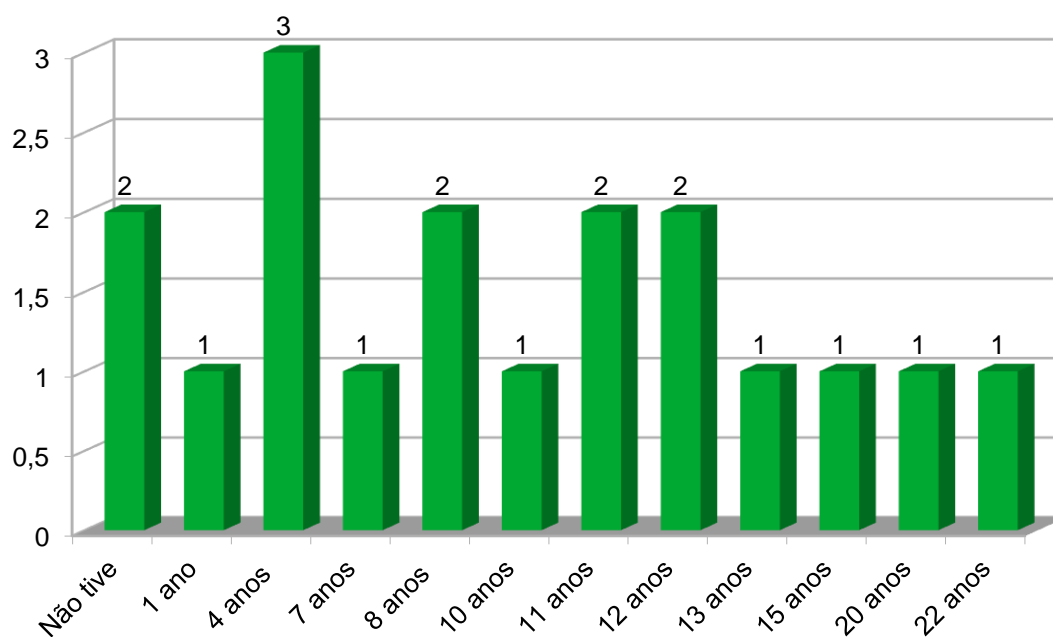
ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Antonieta de Barros	A ausência de competências do que é, de fato o trabalho do pedagogo dentro do IF Baiano impacta diretamente na atuação profissional da gente, né? [...] Nós tivemos uma formação muito boa , uma formação muito sólida em boas universidades aqui na Bahia, sabe? uma, uma carreira, é, anterior, inclusive ao IF Baiano, né? De, no meu caso, mesmo de professora, de coordenadora pedagógica, então quando a gente chega no if baiano, né? [...] a gente fica procurando um pouco ainda qual é esse lugar do pedagogo [...] Então eu acho que a instituição limita um pouco a atuação do pedagogo.
Sonia Guimarães	Essencial. Tudo o que eu faço hoje exceto a parte histórica, né? Que a gente tem que buscar com os servidores mais antigos e tentar entender o IF Baiano a partir da documentação, de todo o material que é, que é próprio é, da, da autarquia. Tudo o que eu sei fazer hoje eu aprendi no curso de pedagogia. O curso de pedagogia me preparou pra fazer o que eu faço hoje. A gente sabe que tem lacunas que o curso de pedagogia não abordou, por exemplo, a educação profissional e tecnológica que a gente passa de relance, uma disciplina de história da educação menciona ali. Mas assim, didática, as duas didáticas que eu fiz me ajudaram muito pra o, pra o que a gente faz aqui hoje, a estrutura de funcionamento do ensino, as disciplinas de educação, de administração voltada à educação, então, muita coisa do curso de pedagogia me ajuda hoje no meu trabalho, a parte do, de lidar com legislação, projeto político pedagógico, muita coisa, então o curso de, de, de pedagogia é um curso muito completo , né? As pessoas têm um certo, um certo preconceito com o curso de pedagogia, parece que é uma coisa mais, mais boba, mais simples e, e não é, é um curso muito pesado. É um curso muito amplo. E que realmente prepara a gente pra esse trabalho técnico que, que o instituto exige todos os dias.

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Uma situação bastante presente nos relatos apontou a deficiência da formação inicial e continuada na área da educação profissional. Os sentimentos externados sobre a inserção numa realidade diferente daquela em que estudaram, estagiaram ou trabalharam anteriormente era de incapacidade e angústia. O conhecimento acerca do trabalho pedagógico realizado no instituto foi conquistado com o auxílio de colegas e o aprofundamento teórico buscado por conta própria. O relato de Sonia Guimarães traz uma percepção diferente das demais quando associa o que aprendeu no curso e o trabalho que exerce atualmente, mesmo reconhecendo as lacunas quando se trata da abordagem insuficiente em educação profissional. Ela também enaltece o curso de Pedagogia adjetivando-o como muito completo.

Outro ponto importante a ser considerado para o processo de profissionalização é a experiência profissional na área de formação. Este enunciado justifica a inserção do questionamento acerca do tempo de atuação como pedagogo antes do ingresso no IF Baiano conforme projetado no Gráfico 7:

GRÁFICO 7 – TEMPO DE EXPERIÊNCIA COMO PEDAGOGO ANTES DO INGRESSO NO IF BAIANO



Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho/2022.

Sobre o tempo de experiência como Pedagogo antes do ingresso no IF Baiano, analisando o Gráfico 7, foi possível inferir que a opção *quatro anos* foi escolhida com 3 respostas, as opções *oito anos*, *onze anos*, *doze anos* ou *não tiveram experiência na educação anteriormente* foi escolhida com 2 respostas cada uma e as opções *um ano*, *sete anos*, *dez anos*, *treze anos*, *quinze anos*, *vinte anos* ou *vinte e dois anos* foi escolhida com 1 resposta cada uma. Observa-se que a maioria dos respondentes teve alguns anos de experiência considerando os mais variados espaços que o pedagogo pode ocupar e realizando diferentes atividades.

Com o propósito de investigar o trabalho realizado como pedagogo antes do ingresso no IF Baiano foi lançado um questionamento no roteiro de entrevista cujo resultado será divulgado no Quadro 8:

QUADRO 8 – EXPERIÊNCIA(S) DE TRABALHO COMO PEDAGOGO(A) ANTES DE INGRESSAR NO IF BAIANO

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	Na Universidade Federal de Sergipe , apenas. [...] A gente atuava, é, mais assim, junto com as coordenações dos cursos superiores na universidade, é, na análise dos projetos pedagógicos dos cursos, então a gente não tinha um atendimento pro aluno, né? Do curso superior, era mais esse trabalho no âmbito acadêmico.
Anália Franco	O SESI foi uma outra escola pra mim e eu participei do programa de educação do trabalhador da indústria e lá nós tínhamos capacitação. [...] antes do IF Baiano eu trabalhei no Pró Jovem é... urbano. Eu ministrava uma disciplina chamada... [...] participação cidadã. O Pró Jovem, era um programa de, era tipo de educação profissional, do governo do do estado. além do Pró Jovem , antes do pró jovem urbano, eu tive uma boa experiência como educadora, é, social [...]
Maria Firmina dos Reis	Então, é... a minha experiência foi como professora , não como pedagoga.
Dorina Nowill	como pedagoga, é minha, minha experiência foi com o Pronatec , né? É... tanto como coordenadora de cursos do Pronatec como, como, assim como docente do Pronatec, com a educação de jovens e adultos, né? E, é, na formação de professores, é, no município de Mata de São João.
Antonieta de Barros	[...] eu atuei em prefeituras, é, como professora mesmo, de educação básica. 2009, eu tive uma experiência como técnica na UEFS , mas eu atuava como professora de creche , né? Eles contratam como técnica, é, só que, com aquele cargo específico, né? Chama educadora de creche .
Sonia Guimarães	[...] abriu concurso em 2008, eu passei pra professor, então era 20 horas pra professor e aí surgiu. 2000 e... 8 mesmo, surgiu a oportunidade de trabalhar na mesma Secretaria como coordenação, então um turno eu era docente e o outro turno eu ficava na Secretaria como coordenadora . [...] Depois eu trabalhei 2013 com Prova Brasil, preparação de professores , depois eu trabalhei com o pacto Todos pela Educação, na coordenação também , visitando as escolas e aplicando ali o, o material com os professores, fazendo formação, né?

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

A variedade de espaços ocupados, antes do ingresso no IF Baiano, evidencia a possibilidade de ter a presença do pedagogo em diferentes contextos, seja na esfera privada ou pública, atendendo às diversas faixas etárias e trabalhando com diferentes cursos e modalidades de ensino.

Para acesso ao cargo de Técnico Administrativo em Educação, o pedagogo precisa submeter-se à seleção, assim descrita:

[...] realizada por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual são destinadas as vagas, são definidos no edital do certame. As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos selecionados de acordo com conhecimentos necessários para desempenhar as funções que o cargo demanda, e a nomeação é realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso (IF BAIANO, 2019).

Conforme previsto no Edital 02/2009 referente ao Concurso Público para Técnico Administrativo, os requisitos de escolaridade para o cargo de Pedagogo/Orientador foi o Curso Superior em Pedagogia. O Edital 64/2015 de Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico-Administrativos em Educação do IF Baiano, traz como pré-requisitos: apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Pedagogia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. O Edital nº 65/2019, do Concurso Público para provimento de cargos Técnico-administrativos em Educação, define como pré-requisitos: diploma de curso de nível superior em Pedagogia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

Importante salientar as atribuições gerais previstas no artigo 8º desta norma para os ocupantes dos cargos Técnico-Administrativos em Educação:

- I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
 - II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;
 - III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
- § 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.
- § 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento (BRASIL, 2005).

Compreende-se assim os limites derivados pelo conteúdo desta norma geral e que no caso de especificar as atribuições de cada cargo, faz-se necessário a elaboração de um regulamento.

O plano de carreira está estruturado em cinco níveis de classificação (A,B,C,D e E), descritos como “conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições” com quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV), descritos como “posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso”. O cargo de Pedagogo ocupa o nível de classificação E e no ingresso, será adotado o padrão inicial do primeiro nível de classificação.

O desenvolvimento na carreira será através da mudança de nível de capacitação, denominada de Progressão por Capacitação Profissional e alteração de vencimento, denominada Progressão por Mérito Profissional. A Progressão por Capacitação Profissional decorre da apresentação de certificação em ações e/ou eventos de capacitação pelo servidor, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses. A Progressão por Mérito Profissional ocorre com a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício (prazo estabelecido com o advento do Decreto nº 5.824/06), após submeter-se ao programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Para os servidores de nível E (portadores de diploma de curso superior) que possuem formação superior exigida ao cargo, por meio de diploma ou certificado de educação formal (especialização, mestrado ou doutorado) será instituído o Incentivo à Qualificação que corresponde a uma base percentual calculada sobre o padrão de vencimento. Os percentuais não são acumuláveis e serão incorporados à remuneração dos servidores. A Tabela 5 descreve os percentuais para a concessão do Incentivo à Qualificação.

TABELA 5 – PERCENTUAIS PARA A CONCESSÃO DO INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO

Nível de escolaridade previsto para o cargo	Percentuais de incentivo	
	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Especialização	10%	5%
Mestrado	15%	10%
Doutorado	20%	15%

Fonte: Anexo I do Decreto nº 5.824/06.

Os dados da Tabela 5 demonstram as possibilidades para os ocupantes do cargo de Pedagogo, nível E. Quanto maior o nível de escolaridade, maior será o percentual de remuneração. Percebe-se que há diferença na concessão do incentivo de acordo com a área do conhecimento em que se deu a ação de qualificação, seja ela com relação direta ou indireta com as atribuições do cargo. Este é um viés importante que a legislação traz, pois promove a lotação compatível com a formação dos servidores. Se o espaço onde o servidor trabalha possui atividades relacionadas com a área de formação/conhecimento, o percentual será maior do que se ele estiver vinculado a um espaço cujas atribuições não condizem com a sua formação/área do conhecimento.

Outro dado importante é que o profissional na área de conhecimento com relação indireta tem um aumento gradativo no percentual que vai de 100%, da especialização para o mestrado, e 50%, do mestrado para o doutorado. No caso do profissional na área de conhecimento com relação direta, o aumento se dá com taxas menores, sendo 50% da especialização para o mestrado e 33% do mestrado para o doutorado. Nesta condição, há um prejuízo financeiro para aqueles que estão lotados em setores cujas atribuições convergem com aquelas para o qual o indivíduo teve formação.

De outra maneira, se a mesma lógica fosse usada para área do conhecimento com relação direta, os percentuais seriam assim definidos: 10% para especialização, 20% para mestrado e 30% para doutorado. Estes índices, ao serem analisados, demonstraram que a proposta de Incentivo à Qualificação constitui um avanço na política de valorização do servidor. Entretanto, há muito o que melhorar, não apenas vislumbrando o aumento nos percentuais, mas em novas formas de incentivo a serem inclusas na carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, Pedagogos ou não.

A Tabela 6 traz informações que realçam o perfil qualificado dos pedagogos que compõem o instituto. Todos responderam que fizeram algum curso de especialização. Em se tratando de mestrado, 4 responderam que não fizeram, 10 responderam que concluíram

e 4 responderam que o curso está em andamento. Em se tratando de doutorado, 15 responderam que não fizeram e 3 responderam que o curso está em andamento. A partir destes dados foi possível extrair um percentual de cada titulação para fins de apresentação na Tabela 6.

TABELA 6 – TITULAÇÃO ACADÊMICA DOS PEDAGOGOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Titulação	Concluído	Em andamento	Não possui	Total
Especialização	18	0	0	18
Mestrado	10	4	4	18
Doutorado	0	3	15	18

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

A partir dos dados sobre a titulação acadêmica dos pedagogos, vale ressaltar que o curso de graduação não foi considerado como opção visto que é condição para a posse no cargo. Na Tabela 6 foi projetado o quantitativo daqueles que já concluíram o curso e daqueles que assinalaram a opção “em andamento”. Apesar de constar um quantitativo relevante de pedagogos qualificados, faz-se necessário oportunizar medidas como um afastamento das atividades laborais e gratificação sobre a remuneração que facilitem e incentivem o acesso e a permanência dos técnicos nos cursos de pós-graduação.

Uma vez descrito o processo de profissionalização do pedagogo do IF Baiano, a seguir, serão analisadas as características do trabalho pedagógico realizado pelos pedagogos neste espaço de Educação Profissional e Tecnológica.

5 TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A categoria trabalho pedagógico é fundamental para análise e compreensão do processo identitário do pedagogo e do lugar que ele ocupa seja individualmente ou coletivamente. É mister explicitar os conceitos de trabalho e de pedagógico, separadamente, cujos sentidos trarão um direcionamento acerca da proposta do texto.

Ferreira (2007), Saviani (2007) e Antunes (2009) discorrem sobre a categoria trabalho e sobre a relação do homem com o trabalho motivados pela teoria marxista. Segundo Ferreira (2007, p. 219) o trabalho é toda ação humana desenvolvida junto ao meio em que vive, transformando-o de acordo com seus anseios e demandas. Constitui-se em uma atividade em que se demanda tempo, energia e conhecimento em busca de resultado(s). A relação do homem com o trabalho perpassa por toda a história e está condicionada aos fatores socioeconômicos e ideológicos de cada época. Destarte, é possível identificar que o trabalho desenvolvido pelo pedagogo é concebido a partir da sua historicidade, da sua formação, do seu desejo e da relação que mantém com o conhecimento. Saviani (2007, p. 154), ao tratar do mesmo tema, menciona que a essência humana é o trabalho, sendo a mesma produzida pelos próprios homens e se desenvolve, se aprofunda e se complexifica no decorrer do processo histórico. Este trabalho se constitui em uma atividade que humaniza e acompanha os homens em suas trajetórias, diferenciando-se daquelas atividades opressoras e alienantes promovidas pela lógica capitalista. Antunes (2009, p. 12) também concebe o trabalho como uma atividade vital, entretanto, ao reduzir a existência humana aos moldes do trabalho defendido pelo sistema capitalista, que assume um papel de protagonista frente as outras atividades, a sociedade assume um caráter alienante, prisioneiro e unilateralizado. E acrescenta ainda: “o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital” (ANTUNES, 2009, p. 12). Esta afirmativa traz à tona a reflexão entre a busca por um trabalho emancipador e a recusa pelo trabalho explorado.

É importante ressaltar que a sociedade atual está organizada a partir do ideal capitalista que visa o consumo e o lucro exacerbado, condicionando os trabalhadores a produzirem sempre mais e em menor tempo. Esta realidade se reflete nas instituições de

ensino e nas relações profissionais. Quando associado ao contexto escolar é evidenciado por meio de normativas e regulamentações que orientam a práxis pedagógica (teoria e prática interligadas).

A concepção de pedagógico perpassa pelo conjunto de elementos inerentes a um projeto de educação: relação de poderes entre os sujeitos, subjetividades, intencionalidades, crenças, valores, interações a partir das linguagens e rotinas de trabalho. Analisando os artigos produzidos pela professora Liliana Ferreira, que tratam do projeto pedagógico concebido pelos docentes, importou-se as ideias adequando ao sujeito desta pesquisa. Em resumo, os profissionais da educação tendem a construir um projeto pedagógico individual que se relaciona com o projeto pedagógico institucional e nesse movimento de (re)construção vai sendo desenvolvido o trabalho pedagógico nos cotidianos da escola. Este fundamento evidencia que o trabalho pedagógico realizado no contexto formal de educação é influenciado pela relação do profissional (suas experiências, expectativas, objetivos) com a instituição (normativas, objetivos). Esta relação é dinâmica e por vezes, contraditória, porém impulsiona e caracteriza o trabalho realizado.

Neste contexto, cabe destacar também o conceito de Pedagogia, definido por Ferreira (2017, p. 178) como “uma ciência que permite a percepção compreensiva do mundo, dos sujeitos e do trabalho pedagógico, tendo por objeto a educação e, portanto, a produção do conhecimento na contemporaneidade” (FERREIRA, 2017, p. 178). Complementando tal posicionamento, Franco (2017, p. 169) reconhece que a Pedagogia, enquanto ciência da educação, tem por objeto o esclarecimento reflexivo (produzido de forma crítica e coletiva) e transformador da práxis educativa (em constante diálogo com os sujeitos envolvidos no processo de produção de conhecimento). Desta forma, almeja-se a promoção de um espaço coletivo e colaborativo de escuta, de aprendizagem, de revisão e de sugestão de novas práticas. Nesta pesquisa admite-se a Pedagogia como ciência da educação cujo conhecimento está sistematizado e comprovado através das etapas de observação, identificação e pesquisa, o que ultrapassa a simples convicção de campo do saber. É uma ciência que vai se retroalimentando em sua teoria e em sua prática, não se tornando estanque, pelo cumprimento de normas, mas construindo a sua identidade a partir dos ajustes necessários ao longo do processo. A Pedagogia dialoga com outras ciências e vai além da educação ofertada na escola, indagando sobre o processo de conhecimento sistematizado e confrontando com a dinâmica da realidade em que está

inserida. Esta visão macro do processo educativo caracteriza a posição do pedagógico em comparação com as demais funções que compõem uma instituição de ensino.

A fim de elucidar a categoria trabalho pedagógico, recorre-se mais uma vez, à obra de Ferreira (2010, p. 1) quando ela expõe que é “todo trabalho cujas bases estejam, de alguma forma, relacionadas à Pedagogia, evidenciando, portanto, métodos, técnicas, avaliação intencionalmente planejadas e tendo em vista o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos” (FERREIRA, 2010, p. 1). Nota-se a definição do trabalho pedagógico como sendo aquele realizado sob a influência da ciência da educação, com suas teorias, métodos, técnicas e avaliação visando a produção de conhecimentos. Entretanto, para Silveira e Maraschin (2019, p. 4), o trabalho pedagógico objetiva, além da produção do conhecimento, possibilitar que os sujeitos se desenvolvam politicamente, eticamente e humanamente. Esta ação se dá de forma coletiva e dialética, nas relações entre professores, estudantes, técnico-administrativos e a própria instituição.

O trabalho pedagógico, quando desenvolvido em uma unidade educacional, não é uma atividade privativa do cargo de pedagogo, pois envolve diferentes sujeitos, sejam licenciados ou não, mas que estão unidos em prol de uma mesma finalidade traduzida no projeto pedagógico institucional.

Fuentes e Ferreira (2017, p. 724) apresentam o trabalho pedagógico como uma categoria multidimensional descrita com base em quatro dimensões: histórico-ontológica (carregado de sentidos e significados próprios do trabalho); social (associada a um determinado grupo de sujeitos, profissionais da educação e estudantes); pedagógica (relacionado a um processo de produção de conhecimento); ético-política (conforme relações de poder existentes dentro e fora dos espaços educativos). Os autores defendem ainda que, a partir deste modelo, estes pressupostos se articulam entre si e conferem um significado amplo e complexo ao termo denominado trabalho pedagógico. As dimensões não permanecem distribuídas igualmente ou de maneira estável pois pode ocorrer de uma se sobressair mais que as outras, a exemplo dos aspectos a serem considerados ao realizar atividades na Educação Infantil que serão desconsiderados quando da realização das atividades na Educação Profissional. É importante avaliar quais são os objetivos e as peculiaridades inerentes a cada nível e modalidade de ensino, a fim de oferecer um trabalho pedagógico condizente com a proposta de cada curso/instituição.

Maraschin (2019, p. 9) acrescentam que o trabalho pedagógico pode assumir duas posições antagônicas: ingênua ou crítica. Elas relacionam a primeira opção a uma realidade bastante comum vivenciada na educação tradicional em que o professor

transmite conhecimento para o estudante. Para a segunda opção, a construção do conhecimento é realizada dialeticamente por professores e estudantes conscientes da sua posição social e histórica, em uma perspectiva mais humana e menos atrelada às regras do capital. Este é o posicionamento dos autores mencionados neste estudo sobre a práxis coerente com uma educação crítica, atuante e emancipatória.

Libâneo (2006, p. 7), ao se referir sobre esta temática, ressalta que: “todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente”. Isso porque o trabalho pedagógico não se restringe a sala de aula na produção de conhecimento junto aos discentes, mas pelo trabalho realizado também por outros sujeitos que compõem a instituição de ensino. E acrescenta ainda que “[...] nem todo pedagogo precisa ser um professor”. Extrai-se desta afirmativa que o curso de Pedagogia possibilita ao licenciado outras atividades além da docência. Verifica-se então, que o trabalho do pedagogo vai além das funções exercidas na docência, ele perpassa por múltiplas especializações. Conseqüentemente, a formação deste profissional precisa ser bem estruturada, sólida e robusta a fim de contemplar aspectos relacionados com outras ciências como: Antropologia, a Sociologia, a História, a Filosofia, a Psicologia, a Administração, entre outras áreas do conhecimento que fundamentam a teoria da Ciência da Educação. Adicionalmente, devem ser contemplados os aspectos específicos da área como Didática, Currículo, Planejamento e Avaliação Educacional. Alcançando este ideal, os egressos do curso de Pedagogia estarão mais preparados e seguros para trabalhar nos diversos espaços pedagógicos.

O pedagogo desempenha uma função formativa perante a sociedade. Além de colaborar com a integração entre escola e comunidade, acompanha o trabalho dos professores, a vida escolar dos estudantes, atende os responsáveis e familiares no que se refere ao processo de aprendizagem dos discentes, organiza e seleciona os conteúdos que serão trabalhados, os horários das aulas e os calendários acadêmicos, de acordo com os métodos pedagógicos adequados e além de elaborar relatórios que auxiliarão os gestores nas decisões sobre: evasão, repetência, permanência, êxito, entre outros temas.

Entretanto, diante do contexto da Educação Profissional, a Pedagogia fica limitada ao referencial legal e a hierarquização da gestão pública, se reduzindo a execução de tarefas em conformidade com as decisões advindas de conselhos deliberativos. Maciel (2020, p. 70) ilustra bem esta situação:

A Pedagogia [...] passou a ser encarada dentro de uma racionalidade em que seu papel passa a ser apenas o de operacionalizar ações para qualificar a eficiência do ensino, na perspectiva instrumental. Os fins e os valores educativos passaram a ser negligenciados, fazendo a Pedagogia se distanciar de seus ideais político-transformadores, sendo subsumida à docência (MACIEL, 2020, p. 70).

É mister ressaltar o conflito gerado entre a expectativa do trabalho a ser realizado pelo egresso do curso de Pedagogia, a partir de sua formação acadêmica, e a realidade vivenciada nas instituições públicas de ensino, muitas vezes em desacordo com os valores educativos. Esta situação decorre de um cenário incerto em que muitas dúvidas foram suscitadas no decorrer do tempo acerca do estabelecimento do Curso de Pedagogia. Apoiando-se no texto desenvolvido por Fiorin (2012, p. 6), seguem alguns exemplos: o objetivo de formar técnicos ou docentes, as alterações no currículo, a possibilidade de extinção do curso, as habilitações ofertadas, entre outros. Mesmo com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais, observam-se lacunas que justificam algumas indefinições como a possibilidade do profissional em ocupar os espaços intra e extraescolares. Assim, aproveitando as brechas deixadas no processo de profissionalização do pedagogo, a gestão pública avança na imposição dos ideais a serviço do capital.

Vale ressaltar que a práxis pedagógica necessita estar alinhada aos preceitos educativos e criativos, que se distanciam do burocratismo e da fragmentação e consideram a reflexão e o diálogo acerca da relevância que tem este trabalho em uma instituição de educação profissional.

O trabalho pedagógico realizado no contexto de uma gestão democrática se aproxima do modelo de oferta da educação crítica, emancipatória e transformadora, uma vez que todos os sujeitos envolvidos no processo (servidores e estudantes) tenham espaço para opinar e decidir, bem como sejam valorizados pelo exercício das suas funções. Baseado nesta condição, procurou-se compreender a relação das pedagogas com a instituição, ouvindo das entrevistadas como elas se sentem trabalhando no IF Baiano. As explicações estão dispostas no Quadro 9.

QUADRO 9 - COMO SE SENTEM AS ENTREVISTADAS TRABALHANDO NO IF BAIANO

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	Eu sinto muito satisfeita [...] Eu gosto bastante, é... desse universo que estou inserida.
Anália Franco	eu gosto muito de trabalhar aqui , gosto muito mesmo, né? Às vezes eu me sinto um pouco, é... exigida demais, né? Como se se tivessem exigindo muito da gente, é, e a gente não fosse dar conta do tem..., das demandas de trabalho. [...] Eu acho que eu fiz uma boa escolha pra minha vida profissional, é... sempre sonhei com, em ser aprovada em servidora, como servidora pública federal. Era um sonho que eu tive. Então, assim pode que eu hoje cheguei onde eu queria estar (risos)
Maria Firmina dos Reis	E então, assim, hoje, no meu caso muito específico, né? Eu diria que é a palavra que me define hoje é a exaustão. Me sinto muito exausta , mas assim, bem, é um lugar que é um lugar que eu cresci muito, sabe? Que eu cresci na vida, como pessoa, como ser humano, cresci muito. [...] foi um ambiente que me fez crescer muito enquanto pessoa e enquanto profissional .
Dorina Nowill	É um trabalho que me dá muito prazer pelo serviço que ele presta , né? O meu desejo sempre foi trabalhar com educação pública. É... e dentro da, dentro da educação pública eu acho que eu, eu consegui, estou assim no melhor lugar, né? Pela estrutura que a gente tem pra trabalhar que, que ainda precisa melhorar, mas é uma estrutura ainda muito boa [...]
Antonieta de Barros	Olha, eu me sinto hoje, eu me sinto, em paz , não no IF Baiano, eu não tô falando do IF Baiano, eu tô falando da carreira . Talvez hoje eu preze mais a carreira do que o IF Baiano, mesmo a nossa carreira estando completamente sucateada, né? [...] se sentir completamente indispensável. Quando muitas vezes eu já me senti assim, né? Como pedagoga, eu trabalho numa instituição de educação que eu seria dispensável , pedagoga (risos).
Sonia Guimarães	O IF Baiano é uma instituição que eu gosto muito . [...] é uma instituição muito organizada no sentido de quando você compara com outras, outras redes. E eu gosto muito, eu, eu vejo as, a questão da pesquisa ser muito forte. Muito pujante no, no instituto, a extensão, esse trabalho com a comunidade, a comunidade tá dentro do instituto e o instituto sair pras comunidades, é muito, é muito forte esse laço.[...] Eu já vejo o <i>campus</i> que eu trabalho mudar muito a realidade de muita gente que não teria oportunidade se não fosse o <i>campus</i> ali na, na região.

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Ao externar a sensação de trabalhar no IF Baiano, a maioria mencionou que está satisfeita com o ambiente de trabalho e com a estrutura que ele oferece. Vale destacar a fala de Maria Firmina dos Reis quando sinaliza a sensação de exaustão (relacionado ao trabalho que exerce) e a fala de Antonieta de Barros quando sinaliza (ironicamente) a sensação de ser dispensável em uma instituição de educação. São discursos proferidos espontaneamente que vão no sentido da denúncia, transpondo o esperado.

Cabe ainda fazer um esclarecimento sobre a distinção entre o trabalho pedagógico realizado pelo pedagogo e o trabalho pedagógico realizado pelo docente. Libâneo (2010, p. 39) considera que ao ser realizado pelo pedagogo as atividades integram um amplo leque de ações educativas e ao ser desenvolvido pelo docente, o trabalho pedagógico está associado às atividades realizadas em sala de aula, o que condiz

com a formação no curso de licenciatura em Pedagogia (estudos pedagógicos) e com a formação nos demais cursos de licenciatura (formação especializada em determinada área do conhecimento). Baseada nesta afirmativa, compreende-se que o trabalho realizado pelo pedagogo pode ir além do ensino, como defende Fiorin (2012, p. 27), pois envolve diversos campos: a gestão, a pesquisa e a reflexão. Entretanto, por se tratar de ações que requerem raciocínio e demandam um esforço intelectual, faz-se necessário considerar que o pedagogo se desenvolva e se especialize em uma das áreas escolhidas para a realização do seu trabalho.

Mediante tal constatação, questionou-se às entrevistadas sobre o que elas pensam a respeito da formação continuada. Segue no Quadro 10 os principais trechos observados nos discursos.

QUADRO 10 – SOBRE A IMPORTÂNCIA DE INVESTIR EM FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	[...] eu acho que a formação continuada é importante para que a gente continue sempre é... antenadas , né? Com essa fundamentação teórica também e principalmente para a gente estar discutindo os rumos que a nossa educação profissional e tecnológica pretende seguir no nosso país. Acho que é de fundamental importância.
Anália Franco	Ai, eu considero sim . [...] eu saí de um trabalho essencialmente burocrático e vim pra um trabalho prático que é dentro de uma escola, convivendo com alunos. E... eu senti muita falta, né? Desse momento inicial de apresentar a gestão, de falar como é que... de ter um plano de trabalho, né? [...] eu acho que precisava assim, desse momento de formação e, principalmente, dizer qual é o trabalho do pedagogo dentro da instituição e, e preparar para exercer esse trabalho . Imagine uma pessoa que, recém formada, sai de uma faculdade e chega aqui e ter que se deparar com essa realidade, é bem complicado.
Maria Firmina dos Reis	Com certeza! Inclusive essa era uma demanda que nós, enquanto equipe pedagógica, identificávamos nos professores, porque eles chegam também sem essa condição e eles nos buscavam e aí buscavam, tinham as dúvidas e aí, o quê que nós fazíamos? Trazíamos, levávamos como proposta para as jornadas pedagógicas que é hoje o momento que nós temos pra discutir também questões relacionadas à educação profissional técnica e aí nesse momento a gente estuda aí os decretos, as legislações específicas, mas seria muito importante se a gente tivesse já momentos mesmos já organizados durante o ano letivo, pra que a gente pudesse, né? Como forma de uma, uma formação continuada que isso realmente acontecesse no campus pra docentes, pra técnicos, pra todo mundo .
Dorina Nowill	Eu acho que a gente tinha que passar por uma formação, tinha que ser assim ó, formação em educação profissional e tecnológica, formação em EPT por conta daquilo que eu falei lá no início, né? São muitas especificidades, a gente não estuda educação profissional e tecnológica na faculdade. E... a educação profissional e tecnológica, ela difere de todas as outras que a gente estudou [...] então eu acho que a formação ela não é só necessária, não, ela é imprescindível.

QUADRO 10 – SOBRE A IMPORTÂNCIA DE INVESTIR EM FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONCLUSÃO)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Antonieta de Barros	Com certeza, com certeza! [...] Eu tive acesso a muita formação, né? É, cursos na Enap, claro que foi uma outra época que se tinha mais recursos pra capacitação [...] Nesses anos, eu tive muitíssimo pouco acesso, é, assim, as formações que eu fiz foram formações que eu mesma procurei, eu procurei, eu fui atrás, né? [...] Técnicos discutindo educação profissional e tal, nas discussões de corredor, de roda, de contribuição de pesquisa, foi essa rádio aí, como a galera chama, essa rádio peão aí (risos), essas trocas, né? Que eu acho que aprendi um pouco, inclusive referências que eu não conhecia. Não conhecia mesmo. [...] Eu escolhi os cursos que eu ia fazer, mas é, a instituição, poderia, o meu setor poderia ter indicado cursos, é. interessantes prali, pro próprio desenvolvimento da gente ali, internamente. Temas que a gente tivesse precisando discutir e tal. Mas, é solto. Então eu escolhi o que eu quis assim, sem, sabe?
Sonia Guimarães	Muito. A gente precisa entender a, a EPT primeiro pra trabalhar , que a gente, como eu falei, a gente chega muito verde. A gente não tem ideia do que é EPT.[...] a gente teve a jornada e a nossa preocupação foi justamente trazer pessoas que falassem sobre o Proeja porque os professores não sabiam. Que falassem sobre o subseqüente, que falassem sobre a pedagogia da alternância que o campus adota [...] Eu tive que buscar também. É, então eu sinto falta de formação continuada para as, as equipes e para os professores e até pra gente responder algumas, algumas dúvidas. Algumas perguntas dos professores. É importante que, que a instituição pare pra discutir esse, esses movimentos que o IF Baiano fez agora no, na pandemia, de ter os seminários [...] precisa trazer essas discussões pra, pras equipes se sentirem mais seguras pra fazer esse trabalho que a gente faz.

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Percebe-se que as respostas convergem no sentido de reconhecer a formação continuada como imprescindível para a realização do trabalho pedagógico. Foi proferido que nem sempre a instituição promove esse tipo de formação e os servidores é que envidam esforços para participarem de ações de capacitação, especialmente quando se trata do tema educação profissional e tecnológica. Foi sugerido que esta formação seja destinada a todos, docentes e técnicos. Foi apontada a necessidade de a instituição propiciar momentos de formação para os pedagogos a fim de dar segurança e fortalecer o trabalho realizado por estes profissionais. Uma ação mencionada por Anália Franco seria garantir um momento de formação logo no início da carreira do servidor, proporcionando conhecimento acerca do funcionamento da instituição e do trabalho do pedagogo.

A fim de compreender as ações previstas para a realização do trabalho pedagógico em Educação Profissional, especialmente no âmbito dos Institutos Federais, recorre-se ao disposto no Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, quanto à descrição sumária do cargo de Pedagogo:

Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2005, p. 28).

Observa-se que estas ações estão vinculadas à atividade pedagógica realizada em uma instituição que oferta apenas a Educação Básica, além do que se apresentam de forma genérica e não contemplam o caráter técnico-administrativo das atividades realizadas nos Institutos Federais. Adiante o documento enumera as atividades típicas do cargo:

- Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos, inclusive na educação infantil.
- Elaborar e desenvolver projetos educacionais.
- Participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional.
- Organizar as atividades individuais e coletivas de crianças em idade pré-escolar.
- Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas; participar de estudos de revisão de currículo e programas de ensino; executar trabalhos especializados de administração, orientação e supervisão educacional.
- Participar de divulgação de atividades pedagógicas.
- Implementar programas de tecnologia educacional.
- Participar do processo de recrutamento, seleção, ingresso e qualificação de servidores e discentes na instituição.
- Elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão.
- Utilizar recursos de informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (BRASIL, 2005, p. 28).

Ao descrever as atividades típicas do cargo, o documento detalha com mais propriedade o trabalho pedagógico realizado pelo pedagogo, contemplando a realidade da Educação Profissional, entretanto mantém seu caráter genérico, emergindo a necessidade de elaboração de uma normativa própria decorrente do contexto de cada instituição escolar.

A partir destas Diretrizes, buscou-se compreender através das entrevistas como se realiza o trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano no cotidiano dos *campi* e da reitoria. Os Quadros 11 e 12, apresentados a seguir, trazem as principais evidências resultantes da investigação.

QUADRO 11– ATIVIDADES QUE REALIZA NO IF BAIANO ATUALMENTE (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	<p>Hoje a gente se direciona bastante pro atendimento pedagógico aos estudantes, dando as orientações sobre os processos de aprendizagem [...] E também atuamos com a formação docente, só que aí de uma forma mais em parceria com a coordenação do, de ensino e com a direção acadêmica. Quando tem assim as demandas de participação em momentos formativos, que é o caso da jornada pedagógica, ou outros momentos que acontecem assim de encontros coletivos. [...] Participamos dos conselhos de classe, dos conselhos de curso, dos núcleos, do NAPSI, do NAPNE É da CLAE, né? Que é a comissão de auxílio estudantil, que organiza o auxílio estudantil. Do Pró Saúde, então vários desses núcleos e ações que compõem aquela política de assistência estudantil também estamos envolvidos.</p>
Anália Franco	<p>[...] além do atendimento aos estudantes, que ele é bem complexo, ele não se resume a um sentar e conversar com os estudantes, né? a gente faz levantamento de, de dados de desempenho, levantamento de evasão, levantamento do, do, dos estudantes que estão pra [...] integralizar, a gente entra em contato. É, a gente entra em contato com as famílias [...] faz o monitoramento do, da carga horária dos professores, faz monitoramento do lançamento no SUAPE, faz o registro do dos, dos atendimentos, participa da organização de eventos como jornada pedagógica, eventos, é, até eventos lúdicos.</p>
Maria Firmina dos Reis	<p>[...] a gente assessora cursos, faz atendimento e acompanhamento aos alunos e acompanha também os professores nessas demandas aí, né? As demandas que eles trazem, né? Ou então aquelas que a gente encaminha pra eles, basicamente.[...] eu passei a ficar compondo o NAPSI. que é aquele núcleo de apoio pedagógico psicossocial que faz parte da assistência estudantil, né? da política. É um núcleo que assessora também os estudantes, estudantes assistidos pela política de assistência estudantil. [...] Estou na CAE, lotada agora na CAE e como pedagoga também continuo fazendo o assessoramento, acompanhamento, só que dois estudantes que são assistidos pela política de assistência estudantil.</p>
Dorina Nowill	<p>Então minhas atividades hoje são basicamente: orientação pedagógica a mediadores e professores formadores, né? Revisão dos materiais didáticos que são disponibilizados, produzidos pelos professores formadores, que são disponibilizados para os estudantes [...] quando as comissões, por exemplo, precisam de um, de um, é... de um representante da educação a distância pra construção de PPCs [...] é obrigatório ter um pedagogo do, da Educação a Distância nessas funções, então, eu também faço parte dessas comissões, porque eu sou a única pedagoga, é, técnica, na DEAD, né? a outra pedagoga é docente.</p>
Antonieta de Barros	<p>análise, é, e pareceres de processos de projeto pedagógico de curso, tanto alteração, criação, reformulação, é, elaboração de instrumentos normativos, de, é, revisão de resoluções, é, elaboração de referenciais pedagógicos... Enfim, mais ou menos por aí e assessoria também né? Assim, é, de assuntos pedagógicos e tal, dentro da própria, é, diretoria, né?</p>

QUADRO 11 – ATIVIDADES QUE REALIZA NO IF BAIANO ATUALMENTE (CONCLUSÃO)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Sonia Guimarães	<p>[...] a gente fazia um pouco de tudo, a gente fazia a parte burocrática, né? da coisa, lidar com planilha, com dados, com a legislação, é... o, estudar os PPCs e fazer reunião pedagógica com os professores, ter a parte de orientação, receber professor novo, explicar a instituição, explicar os cursos, explicar como é que é que o <i>campus</i> trabalha. [...] quais eram os cursos, é, os PPCs, o atendimento ao estudante, tudo o que, que, que envolve ali, RAD, essa coisa toda. A gente acabava passando pra familiarizar, né? esses professores que chegavam. É, tirar a dúvida de professor com relação a, a Organização Didática. Tirar dúvida de estudante, receber pais, fazer reunião pedagógica, auxiliar, né? A coordenação de ensino na preparação das reuniões, preparar material, slide, planilha, documento de texto. Com orientações, auxiliar as coordenações de curso, a gente acabava ficando meio que no meio, lidando com todo esse, esse mundo que é o <i>campus</i>, né? Ações de extensão, ações de pesquisa. A gente acabava colaborando também, é... fazendo muitas atividades com as turmas, é, fazendo intervenções, então o professor chegava a tal turma tá tendo, é, dificuldade de se concentrar, então a gente ia e levava alguma proposta voltada a trabalhar com a concentração. Ao se organizar pra estudar, a questão de convivência, a questão de, de, de disciplina, fazia parte do, do NAPNE, do NAPSÍ. Então fazia atividades tanto com os professores quanto com os discentes, quanto com as famílias. Fazia reunião de pais. Tudo isso porque é, a gente chama né? um núcleo de apoio, mas a gente acaba, acabava encabeçando muitas, muitas atividades. Orientação às coordenações de curso, muita pesquisa pra, pra ver as questões burocráticas, reformulação de cursos a gente participava das comissões, muita comissão (risos), muita comissão de, de muita coisa, evento. A gente participava muito de seminários [...] Então a gente acabava passando por vários movimentos dentro da instituição, então, acabava sendo um setor chave [...] E atendimento, né? que eu acabei não, não entrando muito mas, atendimento aos estudantes, a gente fazia muito atendimento. É, semanal, quinzenal. Tinha estudantes que a gente acompanhava assim do primeiro ano até o terceiro ano [...]</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

O Quadro 11 revela os discursos provenientes do cotidiano das entrevistadas em diferentes espaços, seja relacionado ao trabalho pedagógico realizado em um *campus* junto aos discentes e suas famílias, com os docentes, coordenações e núcleos ou relacionado ao trabalho pedagógico realizado na reitoria junto às Pró-Reitorias e suas coordenações, voltado para a assessoria do processo educacional. Intencionou-se manter o conteúdo das falas, ainda que extenso, devido à riqueza de detalhes e à pertinência com o tema deste estudo.

Os trechos do Quadro 12 representam a visão das entrevistadas sobre o que deveria ser atribuição do pedagogo do IF Baiano.

QUADRO 12 – PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO DO IF BAIANO, NA CONCEPÇÃO DAS ENTREVISTADAS

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	[...] esse direcionamento pro atendimento pedagógico do estudante [...] E acho também que esse aspecto da formação docente é, é complementar, não tem como a gente não fazer de forma dissociada, né? Porque tem que ter esse trabalho com o docente também. O que a gente encontra dificuldades é ter braço, ter fôlego para abraçar essas duas dimensões do atendimento pedagógico.
Anália Franco	(pausa) Principalmente atendimento ao docente , ao discente , ao discente, né? É... ouvir esse discente que tá com dificuldade, que tá com problema de desempenho, tá monitorando eles. Desde quando ele entra aqui até o momento que ele, finaliza. É... Todas as etapas, né? Incluindo o estágio. Também tá mediando esse diálogo entre discente e docente, mapeando as dificuldades para que a gente possa desenvolver programas de nivelamento mais eficazes [...] tudo o que for voltado ao discente [...] é o trabalho do pedagogo aqui na instituição. Certas vezes eu acho que a gente gasta muita energia com o professor enquanto deveria tá (risos) mais com o estudante.
Maria Firmina dos Reis	Então, é até considerando aquilo que a gente vem fazendo todo o sempre, né? É... especialmente o acompanhamento. ao estudante, assessoramento aos pais, aos estudantes e também aos coordenadores de curso, né? [...] a gente presta assessoramento. à equipe, no caso, aos professores, aos coordenadores , de modo específico, que a gente tem que ter aquele momento com os coordenadores de curso, o assessoramento aos estudantes e acompanhamento pedagógico aos estudantes. E o, aos pais também, né? [...] Mas especialmente assessoramento e acompanhamento mesmo.
Dorina Nowill	[...] o pedagogo que atua no <i>campus</i> , ele é um pedagogo que eu costumo dizer assim, que ele atua na linha de frente, né? O, o esse contato direto com os estudantes, o contato direto com os professores... então a gente faz um trabalho mais de planejamento , é, é do processo pedagógico do ano letivo , então a gente trabalha fortemente com o calendário, com os planos de ensino é... com as orientações tanto coletivas quanto individuais dos estudantes . É... dá orientação também, né? não como a gente gostaria ou como deveria dos professores a orientação pedagógica dos professores . [...] Já trabalho, é, na reitoria, ele é um trabalho mais de de gestão, gestão desse trabalho pedagógico, então, é, na reitoria a gente trabalha os documentos norteadores , na reitoria da gente trabalha os materiais didáticos, no caso da, da educação a distância , né? A gente, é, a gente pensa essa educação profissional e tecnológica. Que é, é, é, é oferecida pelo instituto pelo, pelo IF Baiano, né?
Antonieta de Barros	Olha, eu (risos), eu penso que a gente deveria fazer o nosso trabalho. Cuidar do processo de ensino aprendizagem . O processo pedagógico, como um todo dentro do IF Baiano.
Sonia Guimarães	Eu vejo muito a parceria com a coordenação de ensino, diretoria acadêmica . Eu vejo que o pedagogo é muito demandado pra, pra ajudar com as ideias. [...] Então a gente era sempre muito ouvido pra, pra sugerir as questões que envolviam o aspecto pedagógico , até porque a gente tem, hoje a gente tem pessoas com formação, né? Na área de educação [...] E hoje eu vejo muito a demanda do, do pedagogo no, no, nesse aspecto que eu falei agora do atendimento pedagógico de tá mais próximo do estudante , de auxiliar o estudante nessa, nessa travessia, né? desse itinerário formativo deles. Hoje eu vejo muito essa necessidade[...]

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

O Quadro 12 mostra as atividades realizadas, na concepção das entrevistadas. Há uma quantidade considerável, a ponto de gerar uma sobrecarga de trabalho, entretanto as atividades por elas citadas como inerentes ao cargo não diferencia tanto daquelas que estão fazendo atualmente, desde que sejam direcionadas ao processo de ensino-aprendizagem e determinadas através de uma normativa. Foi diagnosticada a necessidade de aumentar a quantidade de servidores para o atendimento da demanda laboral, bem como a formação continuada promovida pela instituição.

Lorenzet e Zitkoski (2017, p.2) defendem a importância da colaboração de uma equipe pedagógica nas instituições de educação profissional. Além de conter técnicos em assuntos educacionais (qualquer licenciatura) e pedagogos que trabalham nas diversas áreas (supervisão escolar, orientação educacional e administração escolar), há um suporte mais apropriado para direcionar o trabalho dos docentes, e, no caso dos Institutos Federais, especialmente aqueles que não foram preparados para ensinar, não tiveram acesso às disciplinas específicas das licenciaturas: didática, metodologia do ensino, avaliação da aprendizagem, entre outras.

Mesmo entre os docentes licenciados este suporte é necessário, pois há aqueles que se acomodam e acham que não precisam se aperfeiçoar, nem mesmo inovar sua práxis pedagógica. Há também aqueles que estão comprometidos com uma práxis pedagógica diferenciada, motivando os colegas em busca de resultados satisfatórios no processo de produção de conhecimento (BRANDT *et al*, 2014, p.3).

É nesse contexto que o pedagogo, com sua formação geral e inserido em uma equipe pedagógica, possui a habilidade de conduzir este complexo processo que abrange diferentes personalidades. O sucesso desta tarefa está no trabalho colaborativo. Lorenzet e Zitkoski (2017, p. 9) afirmam ainda que as intervenções pedagógicas contribuem para assessorar e cooperar com a relação entre discentes e docentes e a relação dos discentes com o conhecimento, autonomia, emancipação, criticidade e formação integral.

Todavia, o que se percebe no ambiente de trabalho é que o exercício profissional do pedagogo é visto como um ponto de apoio para as intercorrências cotidianas, um suporte à prática do imediatismo na resolução de conflitos, na substituição por falta de outros profissionais (secretários, porteiros, bibliotecários, professores, entre outros), nas ocorrências disciplinares, infracionais e administrativas, o que caracteriza um desvio de função quando se deveria ter o tempo dedicado ao planejamento e acompanhamento do trabalho pedagógico. Essa prática recorrente associada ao fato de não ter um

reconhecimento do trabalho produzido, gera frustração e descontentamento nos pedagogos.

O trabalho realizado pelo pedagogo nem sempre é compreendido pela comunidade acadêmica e por essa razão buscou-se investigar as concepções das entrevistadas acerca deste assunto. Os fragmentos a seguir retratam os discursos proferidos nas entrevistas, conforme Quadro 13.

QUADRO 13 – COMPREENSÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE O PAPEL DO PEDAGOGO PARA OS PROCESSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICO-FORMATIVOS

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	[...] eu percebo, sim, uma certa apreciação ao trabalho que nós desenvolvemos. Pelo menos isso é, é nos dito, né? Em alguns momentos de encontros pelas coordenações. Pelos alunos [...] então acho que a gente ainda tem um caminho aí a trilhar nesse sentido de buscar esse reconhecimento. [...] É como se tivesse uma necessidade constante da gente tá sempre se, é, conquistando espaços, né? Se auto afirmando, mostrando nossa competência, mostrando nosso trabalho [...]
Anália Franco	Eu acho que eles, é, algumas, não vou dizer que são todos, eu acho que hoje a compreensão é maior. O que assim, a gente tem é recebido o reconhecimento de alguns grupos, principalmente de alguns docentes sobre a importância do nosso trabalho [...] mas ainda tem um grupo que, infelizmente, ele coloca naquele lugar de como se fosse o secretário de professor, né? [...] mas se for falar de gestão, eu acho que hoje nós estamos bem acolhidos. Todas as nossas demandas têm sido ouvidas, é, e na medida do possível tem, tem procurado responder também.
Maria Firmina dos Reis	Então, compreende, compreende sim, como eu digo, aí a gente precisa marcar essa comunidade, né? Os docentes, eles compreendem e hoje, muito mais até, do que há um tempo, eles nos, eles achavam que o pedagogo era um assistente, então tinha que ser um assistente.
Dorina Nowill	Eu acho que não. Eu acho que não. Eu acho que a gente termina, é, tendo que explicar isso o tempo inteiro, né? porque é, cada categoria, não, eu penso que ela nos enxerga de uma forma. Com algumas, com alguns entendimentos do que é, de fato o que a gente faz, mas com algumas distorções, né? Então a gente tem alguns problemas do tipo de ser visto como fiscal, por exemplo, de professor, né? [...] o que a gente busca é um trabalho de parceria pra gente construir uma intervenção pedagógica de qualidade, né? [...] A gente não tá pra corrigir o trabalho de ninguém, mas construir um trabalho conjuntamente, né? [...] Mas eu acho que, eu acho que seria importante que o instituto, de uma maneira geral conhecesse o trabalho pedagógico para valorizar. [...] E aí eu penso que a desvalorização vem por conta disso, pela falta de conhecimento, então eu acho que não, que a comunidade acadêmica não conhece... Na verdade, eu acho que a comunidade acadêmica conhece superficialmente o trabalho do pedagogo.
Antonieta de Barros	Pouquíssimo, pouquíssimo, pouquíssimo mesmo. Talvez no <i>campus</i> , assim, é... Achem pedagogo importante pra poder fazer horário, dar horário pra professor, é... Sei lá, visitar estudante, mas em relação ao processo, é, pedagógico é, e no caso né? Aí do ensino aprendizagem, como você falou. Eu acho que pouco, pouquíssimos compreendem.
Sônia Guimarães	Pela minha experiência, compreende, assim, eu trabalho num <i>campus</i> que valoriza muito o trabalho que a gente faz. A gente sabe que tem as exceções, né? Um ou outro que vai tentar diminuir, desmerecer [...] É como se as pessoas colocassem que aquele não é o seu lugar [...] é o espaço do docente que o pedagogo não tem que, que se meter ali. Mas assim, na minha realidade, na, na, na experiência que eu tenho lá no <i>campus</i> , eu vejo que a gente é muito requisitado e a nossa, a nossa opinião geralmente é respeitada.

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Analisando o conteúdo do Quadro 13, é possível inferir que as opiniões das entrevistadas variam desde o reconhecimento da compreensão da comunidade acadêmica em relação ao trabalho pedagógico realizado pelo pedagogo até a incompreensão, sendo que em um dos casos, existe muito pouco. Estas percepções refletem as vivências daquelas pedagogas que estão lotadas nos *campi* novos e aquelas que estão lotadas nos *campi* mais antigos ou na Reitoria. Observa-se que nos locais com menos tempo de funcionamento, os servidores são mais atentos e compreensíveis com o profissional e o trabalho desenvolvido pelo pedagogo. Já nos locais com mais tempo de funcionamento, percebe-se que os servidores estão desenvolvendo a compreensão da importância do pedagogo e do trabalho que ele realiza. Ademais, Dorina Nowill chama a atenção para a importância da comunidade acadêmica conhecer o trabalho do pedagogo para então valorizá-lo.

A próxima questão do roteiro de entrevista trata da relação do pedagogo com o discente, o docente e os coordenadores de curso. O Quadro 14 traz um resumo com as respostas das pedagogas.

QUADRO 14 – AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTADAS SOBRE AS RELAÇÕES DO PEDAGOGO COM O CORPO DISCENTE, COM O CORPO DOCENTE E COM OS COORDENADORES DOS CURSOS NO IF BAIANO (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	É, em relação ao corpo discente, é, é um trabalho sempre assim de conquista [...] ao longo da trajetória do aluno no ensino médio, ele vai se aproximando da gente, né? Do nosso trabalho e às vezes até percebendo a importância disso, né? [...] embora a relação de parceria, que eu acho que poderia existir entre o pedagogo e o professor possa ser melhorada , mas pelo menos no campo do respeito, ela está, ok, está funcionando bem, que eu acho super importante [...] Então acho que isso também ainda é um trabalho, é, de sensibilização, que a gente tem que fazer com o docente.[...] sempre teve uma relação muito tranquila também com os coordenadores de curso e acho que eles têm visto isso, né? como o trabalho do NUAPE é importante para a ação deles. Então é, também sempre nos buscam, né? Pra alguma orientação, alguma participação, nem sempre a gente tem condição de atender, mas aqui [...] está funcionando tranquilo.
Anália Franco	Eu hoje eu não tenho problema com os coordenadores . Infelizmente alguns ainda não absorveram, é, essa, essa... digamos assim, o que é de fato o trabalho de um coordenador de curso, né? Eles vão se escorando um pouco no trabalho que a gente faz, mas no geral eu acho que, que, que reitera o que eu disse que melhorou bastante . Ainda tem essa, é, criam um certo distanciamento do nosso trabalho. E com a, e, e, e de certa forma, quer colocar a gente no segundo plano.

QUADRO 14 – AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTADAS SOBRE AS RELAÇÕES DO PEDAGOGO COM O CORPO DISCENTE, COM O CORPO DOCENTE E COM OS COORDENADORES DOS CURSOS NO IF BAIANO (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Maria Firmina dos Reis	Então, a nossa relação eu posso dizer hoje, né? melhor do que antes, até aqui. Uma relação muito boa , embora, embora, por exemplo, com relação aos docentes houve, já houve muitas dificuldades dessa compreensão, deles compreenderem qual é o nosso papel, mas é uma relação muito boa [...] Normalmente assim, quando há demanda nos procura, né? E aí, claro, nós demos todo assessoramento, que é uma das atribuições que nos cabe esse assessoramento.[...] Com relação aos alunos, a relação é muito boa , muito boa mesmo. A turma sempre nos procura, sempre nos busca quando há também essa necessidade e é sempre (risos) e muitas vezes. Então eles entendem que nós podemos ajudá-los, não só mesmo, não somente com relação à questão pedagógica e didática, e até mesmo emocional [...] Com relação aos coordenadores também na assessoria, eles nos buscam muito, a relação é uma relação boa [...]
Dorina Nowill	A relação com os estudantes é sempre uma relação boa , né? A gente, obviamente, tem algumas questões, tem alguns problemas, mas eu acho que das 3 categorias que você colocou aí é a categoria com a qual a gente se relaciona melhor. Né? porque é, a, eu acho que a gente consegue estabelecer um diálogo mais próximo [...] quando o docente, ele assume uma coordenação de curso, ele tem algumas atribuições mais administrativas e aí termina, é, eles terminam frequentando mais assim, né? a sala do NUAPE, a sala dos pedagogos mas, é... como os, como todos os coordenadores de curso, eles são docentes, eu acho que essas relações, elas se assemelham muito . [...] Então eu acho que a gente pode é, grosso modo falando, dividir assim o grupo de docentes; são esses dois. nessas duas categorias, então aqueles que estão mesmo, de fato, ali caminhando lado a lado, em parceria, e aqueles que simplesmente entendem que não , né? que o trabalho do pedagogo é um trabalho pra orientação educacional dos estudantes. e que pre, e que preferem que não haja essa interferência, que não haja essa, é... essa, esse contato mesmo, né? Mais próximo de construção coletiva.
Antonieta de Barros	Era bem tranquilo o trânsito da, da, da equipe pedagógica, né? com os estudantes, é, com os docentes [...] Tem um as normativas aí na instituição que mais atrapalham do que ajudam, principalmente essas dos coordenadores de curso, do NAP, por exemplo do NDE, por exemplo [...] se você olhar lá as atribuições, muitas coisas lá, é, são do pedagogo, então o pedagogo foi esvaziado completamente dentro da instituição e o que a gente deveria estar fazendo foi pulverizado entre coordenadores de curso... Mas, veja bem, um coordenador de curso é importantíssimo, só que um coordenador de curso que é um engenheiro agrônomo, ele não entende, é, sobre qual é o, qual pode ser, é... sei lá, uma avaliação mais adequada praquele estudante ali que não atendeu bem aquela avaliação que ele aplicou.

QUADRO 14 – AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTADAS SOBRE AS RELAÇÕES DO PEDAGOGO COM O CORPO DISCENTE, COM O CORPO DOCENTE E COM OS COORDENADORES DOS CURSOS NO IF BAIANO (CONCLUSÃO)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Sonia Guimarães	<p>Bom com os estudantes existe, né? Normal aquele primeiro impacto que eles. Se afastam, né? porque a proximidade deles é com os professores, então eles são muito próximos dos professores pelo convívio da sala de aula. Então o primeiro contato é sempre mais. De estranhamento até eles nos conhecerem, depois eles viram nossos amigos, amicíssimos e tudo flui. Com os estudantes é muito tranquilo [...] Com os docentes, é como eu te falei, a gente tem o, o grupo que tem um pouco mais de resistência. Que, que quer é impor sempre a sua vontade, que quer impor sempre a forma como eles vêem as coisas, a forma deles fazerem as coisas. Que tem resistência quando a gente leva alguma proposta diferente [...] de 2019 para cá, a gente tem visto muita coisa boa, então os professores são muito, muito interessantes. Eles são muito envolvidos com o trabalho, eles querem fazer dar certo, querem, isso aparece também quando eles viram coordenadores, eles procuram muito o setor pedagógico pra, pra tirar dúvida, pra, pra pedir opinião, pra pedir sugestões pra determinada atividade que eles querem fazer. Então eu não vejo assim um trabalho deslocado, não, a gente trabalha muito em cooperação. [...] E uma, uma coisa que eu percebi lá no <i>campus</i> é que quando você tem um docente ocupando a coordenação de ensino e a direção acadêmica, os professores reagem de uma forma e quando você tem um técnico ocupando essas mesmas funções, eles reagem de uma forma diferente. Eles acabam respeitando mais quando tem um docente lá. [...] no IF a gente não tem esse movimento, porque o coordenador de curso, ele continua no lugar de professor, porque ele continua dando aula nas turmas, então a gente não percebe esse movimento. Mas com relação ao pedagogo, a gente vai perceber que o pedagogo, ele, o máximo que ele pode chegar é um, um cargo de chefia. Mas ele não vai ocupar nunca o lugar de um professor, então ele sempre já vai estar num lugar diferente.</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

A relação com os discentes foi avaliada como bem tranquila, já com os docentes, algumas vezes, tumultuada, conforme explicitado nos fatos históricos, em que o pedagogo era visto como um auxiliar, um secretário do professor. Também foi constatado que esta relação vem amadurecendo e a maioria dos docentes já respeitam e valorizam o pedagogo. Com os coordenadores de curso, a relação é amistosa, pois o docente ocupando o cargo de gestão estaria mais próximo do pedagogo e exercendo atividades em cooperação com o profissional aqui estudado. Vale salientar um trecho na fala de Sonia Guimarães quando sinaliza que o docente que ocupa o cargo de chefia é mais respeitado do que o pedagogo quando ocupa o mesmo cargo de chefia e acrescenta que o pedagogo sempre estará em um lugar diferente do professor, possivelmente, em um lugar aquém. Outro trecho que merece destaque é na fala de Antonieta de Barros ao referir-se sobre o trabalho desenvolvido pelos coordenadores de curso quando deveriam ser desenvolvidos pelos pedagogos devido a sua competência técnica. Entretanto, as normativas internas designaram tal atribuição aos coordenadores de curso.

Vila e Santos (2007, p. 13) apontam que é “preciso definir papéis na escola, a partir de referencial teórico consistente, situando a importância da função de cada um, de forma articulada coletivamente” (VILA; SANTOS, 2007, p. 13). Além de definir as atribuições dos profissionais que trabalham com educação, é necessário o cumprimento do que está previsto, para não gerar sobrecarga de trabalho ou atividades incompatíveis com o cargo.

A última questão do roteiro de entrevista diz respeito à avaliação do produto educacional a ser elaborado e apresentado ao final desta pesquisa. As respostas deste questionamento serão relatadas no Quadro 15.

QUADRO 15 – OPINIÃO DAS ENTREVISTADAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTO ORIENTADOR CONTENDO ESTRATÉGIAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO (CONTINUA)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Nísia Floresta	Acho bacana , viu Maíra? ter essa referência . É, talvez até organizar, assim como você organizou aqui a entrevista, em organizar em eixos de atuação. E acho que se for nesse como é, nesse sentido, de guia, de orientação, acho muito bacana.
Anália Franco	Eu, eu só tenho que parabenizar essa sua iniciativa porque assim eu acho que fortalecerá o trabalho do pedagogo, vai dar uma orientação pra esse pedagogo que, que acaba de passar em concurso e adentra uma instituição e enfim, ele bate por todo tipo de realidade e que tá envolvido em várias instâncias acadêmicas e vários trabalhos. Então assim, eu acho bastante importante e eu ainda tenho uma sugestão, se você me permitir... é que você apresente esse trabalho , é... junto, em algum evento, né? Com pedagogo ou visite, os, os campi e apresente esse produto da sua pesquisa [...] ter algum documento que dê essa, que venha de cima, né? que dê essa orientação e que de certa forma uniformize o trabalho do pedagogo, não passando por cima das particularidades de cada <i>campus</i> .
Maria Firmina dos Reis	Muito importante , muito importante, até porque o que é que a gente precisa? de um documento orientador mesmo, sabe? E essa ausência a gente já percebeu, essa falta, né? E que foi o que nos levou enquanto equipe [...] a parar várias vezes o nosso trabalho para questionar essa, essa ausência mesmo do que que é, o que que a gente deve fazer. Então buscávamos em outros campi, em outros materiais, a própria legislação, né? [...] Apresente esse produto , que ele sirva, de fato, que é para isso que ele vai servir pra orientar o nosso trabalho. Isso não vai ser bom só pro IF Baiano, né? [...] mas tam., os outros IFs talvez.
Dorina Nowill	Eu acho que vai ser um marco assim, sabe, Maíra? [...] Com relação a esse aspecto da profissionalização do pedagogo do IF Baiano, não tem caminhos. Ele tá perdido. Então eu acho que e quando eu falo o IF Baiano, entenda, quando eu falo que o IF Baiano está perdido, eu me incluo, né? porque eu sou parte desses pedagogos. [...] se há uma organização institucional pra é, é, olhar com cuidado pra esse profissional, a gente, a gente, a gente segue um caminho mais seguro, né? Então eu penso que esse produto aí talvez seja, é, o início desse caminho, né? O início dessa sinalização, olha. Existe um problema é, esses profissionais apontaram esses problemas e apontaram também algumas soluções. E isso tá aqui, organizado nesse documento . Eu acho que. Acho que pode ser um, pode ser e será um passo importante .

QUADRO 15 – OPINIÃO DAS ENTREVISTADAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTO ORIENTADOR CONTENDO ESTRATÉGIAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO (CONCLUSÃO)

ENTREVISTADA	TRECHO DE DISCURSOS DA ENTREVISTADA
Antonieta de Barros	<p>Importantíssima, muito fundamental, fundamental. O que a gente precisa é, de fato, é, são desses projetos de, que esses projetos de intervenção, que são produzidos pelos próprios servidores, que de certo modo, nós somos financiados pra estudar e vamos ganhar por estudar, né? [...] a gente precisa, é, descobrir onde é que tá essa força aí, pra que projetos como o seu, que vai sair tão interessante, tão importante, né? Pra consolidação da nossa, é, da nossa atuação, do nosso cargo principalmente, que é de suma importância pra instituição, possa ser aplicado.</p>
Sonia Guimarães	<p>É uma boa ideia [...] ter um, um, uma regulamentação das atribuições. É, eu espero que, que ajude até essa nova comissão aí que vai dar andamento aos trabalhos, no sentido de entender o que é que o, que o pedagogo deve fazer dentro da instituição, o que é que a nossa contribuição e até pra ajudar também, é, a gente entender o que não é a nossa atribuição, porque muitas vezes, como a gente não tem uma regulamentação, a gente acaba abraçando o mundo e se sobrecarregando e às vezes, deixando algumas ações sem fazer, porque a gente não tem tempo hábil pra dar conta de tudo [...] eu acho que a gente deveria apresentar que tem um, um trabalho de pesquisa em movimento e que pode dialogar com o que eles estão construindo porque antes de, de entrar no mestrado, e, e, e, e fazer um trabalho de pesquisa, isso surge no nosso contexto de trabalho enquanto servidoras. [...] são questões institucionais que precisam ser pensadas [...]</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

A proposta apresentada para o produto educacional foi bem aceita e elogiada, enfatizando a necessidade de um documento orientador que contribua para o processo de profissionalização do pedagogo e o trabalho pedagógico realizado por ele. E, por fim, sugeriram que seja apresentada esta proposta em eventos institucionais para que a comunidade acadêmica tome conhecimento do teor desta pesquisa.

Após investigação, produção, análise, sistematização e apresentação dos dados que compõem esta pesquisa, a próxima seção tratará da proposta de intervenção.

6 ESTRATÉGIAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO E DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PEDAGOGOS DO IF BAIANO

Esta proposta de intervenção foi elaborada a partir dos resultados da pesquisa intitulada **O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO**. A revisão bibliográfica e a investigação documental possibilitaram aprofundar a compreensão das categorias analíticas escolhidas para o estudo: trabalho pedagógico, profissionalização do pedagogo e instituto federal. A pesquisa de campo permitiu um olhar mais apurado do objeto considerando a realidade vivenciada pelos participantes desta pesquisa. Questionários, entrevistas semiestruturadas e grupo de interlocução foram os instrumentos escolhidos para a produção de conhecimento nesta etapa. A análise dos dados evidenciou aspectos extremamente relevantes que ora se aproximava, ora se distanciava do material encontrado no arcabouço teórico. O viés dialético adotado em confluência com elementos da totalidade, da historicidade, da práxis, das contradições e das mediações contribuiu para sistematização e inferência apresentadas após o tratamento dos dados.

A seguir serão apresentadas propostas emergidas e reiteradas nos discursos oriundos dos participantes deste estudo. Os tópicos foram categorizados pelos mesmos eixos utilizados no roteiro de entrevista.

EIXO I – TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Proposta 1 – Investir em formação continuada durante a trajetória profissional através de atividades formativas (especialmente aquelas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica), cursos de curta duração, eventos e outras ações que estejam relacionadas às atividades desenvolvidas pelos pedagogos.

Proposta 2 – Incentivar e propiciar a participação destes profissionais em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) através de licença ou afastamento para capacitação (conforme previsto em Lei) e se possível, com auxílio financeiro, a fim de custear as despesas necessárias.

Proposta 3 – Promover encontros anuais com o coletivo e manter um canal de comunicação permanente para sanar dúvidas, expor sugestões e dialogar sobre temas pertinentes ao processo de profissionalização e ao trabalho pedagógico realizado pelos pedagogos.

EIXO II – TRABALHO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Proposta 1 – Elaborar e encaminhar aos órgãos colegiados um documento oficial contendo diretrizes para o trabalho do pedagogo a fim de esclarecer e definir as atividades que serão realizadas por este profissional no âmbito do IF Baiano.

Proposta 2 – Reconhecer e considerar o posicionamento do pedagogo enquanto profissional habilitado com uma visão ampliada do processo educativo.

EIXO III – PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO

Proposta 1 – Destinar um momento durante as jornadas pedagógicas e os programas de nivelamento realizados nos *campi* para apresentação do pedagogo e do trabalho realizado por ele no intuito de facilitar as relações com a comunidade acadêmica.

Proposta 2 – Patrocinar a apresentação de pesquisas e produtos educacionais desenvolvidos pelos pedagogos em eventos institucionais a fim de dar visibilidade aos problemas e efetivar as soluções apresentadas.

Destaca-se que estas estratégias foram propostas a partir das manifestações possíveis em determinado tempo-espaço no qual a pesquisa foi realizada. Assim, faz-se necessário proporcionar outros encontros e outras escutas no intuito de ampliar a discussão sobre os anseios individuais e coletivos dos pedagogos do IF Baiano, a fim de melhor aprofundar as propostas apresentadas neste estudo. De toda maneira, espera-se que o teor deste documento seja apreciado e implementado pelas diferentes instâncias do IF Baiano, objetivando contribuir com a organização do processo de profissionalização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico dos pedagogos do Instituto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção se faz necessária para a finalização formal deste trabalho no período estipulado para uma pesquisa de Mestrado, porém não se pode considerar como encerrado este estudo. Outras questões foram surgindo (a relação do professor com o pedagogo; o trabalho pedagógico realizado pelas equipes pedagógicas; o trabalho realizado pelo pedagogo sob a ótica dos discentes e suas famílias) e permitindo desdobramentos impossíveis de caber aqui devido ao tempo-espço disponibilizado ser insuficiente para suprir lacunas encontradas ao longo do processo. Entretanto, o caminho percorrido do início até aqui foi de muito aprendizado em todas as etapas vivenciadas.

O objetivo geral desta pesquisa foi alcançado ao analisar o processo de profissionalização e o trabalho pedagógico do pedagogo do IF Baiano com o auxílio das categorias analíticas escolhidas para condução deste trabalho.

A produção de conhecimento na área da Educação Profissional Técnica e Tecnológica - EPT é bastante escassa quando comparada ao material publicado referente à Educação Básica ou à Educação Superior. Essa situação se evidencia com maior frequência ao se tratar especificamente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica, considerando o período recente de criação destes em 2008. Em se tratando dos Técnicos Administrativos em Educação (Pedagogo-Área), as publicações relacionadas ao tema são ainda muito recentes e datam, com mais frequência, a partir de 2019. Ao analisar o material estudado e associar com a pesquisa de campo foi possível identificar que outros pedagogos-TAE, lotados em diferentes Institutos Federais, possuem as mesmas limitações, dificuldades e reivindicações. Esta circunstância provocou um sentimento de pertencimento de classe e impulsionou ainda mais a disposição para buscar melhorias frente ao processo de profissionalização e ao trabalho pedagógico realizado pelos profissionais desta carreira.

Adotou-se uma perspectiva dialética, realizando o exercício de ir e vir, comparando os elementos presentes nos documentos e textos teóricos estudados com a realidade concreta dos sujeitos pesquisados. Conforme as categorias do método, baseadas na obra de Marx, recorreu-se à totalidade a fim de compreender o contexto em que o objeto está inserido, fatores políticos, econômicos, sociais e as peculiaridades que determinaram a construção do lócus da pesquisa e dos seus participantes. Ao acatar a

historicidade como suporte para análise, foi possível mergulhar nos principais fatos que marcaram a evolução da EPT, do IF Baiano, do processo de profissionalização do pedagogo e do trabalho pedagógico realizado por este profissional. Os textos e documentos utilizados possibilitaram ampliar o entendimento sobre o tema, alcançando respostas para os questionamentos levantados no início e ao longo deste estudo. Destarte, ao se apropriar do conceito de práxis e utilizá-lo nesta pesquisa, foi preciso considerar aspectos condizentes com o sentido mais complexo do termo como reflexão, diálogo e movimento. Após investigações, foi possível conceber e apresentar a práxis pedagógica dos pedagogos, que é diferente daquela realizada pelos docentes e desvinculada de uma prática pedagógica atrelada à execução de tarefas. Situações contraditórias permearam este estudo ao comparar aspectos legais e o material encontrado nas fontes bibliográficas com a realidade vivenciada pelos participantes, bem como nos discursos e nos dados produzidos pelos instrumentos desta pesquisa. Esta condição propiciou uma análise mais aprofundada, considerando, muitas vezes, o que estava implícito, visto que no sistema capitalista vigente, a classe trabalhadora não tem poder de fala. Ao conduzir o estudo com base na mediação, identificou-se e analisou-se as relações dos sujeitos com o meio (lócus da pesquisa e o trabalho pedagógico realizado) e dos sujeitos entre si e enquanto categoria profissional (profissionalização do pedagogo).

A partir da realização da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, pode-se inferir que a Educação Profissional e Tecnológica esteve associada ao trabalho manual desde o início de sua oferta no Brasil, cujo marco histórico se deu com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (1909), posteriormente transformadas em Liceus (1937) e depois alteradas para Escolas Industriais e Técnicas (1942), antecessoras dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2008). Em comparação com o trabalho intelectual, presente na formação propedêutica ofertada na escola básica, o trabalho manual, uma constante dos cursos técnicos, se manteve reservado aos filhos das classes trabalhadoras, conforme interesses da elite dominante. Isto reforça a histórica dualidade da “relação entre a educação básica e profissional no Brasil” (MOURA, 2007, p. 5). Enquanto as elites investem na formação dos seus filhos para avançarem ao ensino superior e assumirem os postos de comando da nação, a oferta da educação profissional, mais técnica e menos propedêutica, mais apressada e voltada para os interesses do mercado capitalista, é destinada aos filhos dos trabalhadores. Dessa maneira, percebeu-se a influência do modo de produção capitalista sobre a Educação ofertada no Brasil.

Durante a pesquisa, na seção que trata dos aspectos históricos, conceituais organizativos da Educação Profissional e Tecnológica brasileira no âmbito da Rede Federal de Ensino foi possível revisitar as origens da primeira escola técnica federal, a Fazenda Modelo, onde hoje funciona o *campus* Catu, que integra o IF Baiano. Os achados da pesquisa bibliográfica e documental permitiram concatenar os fatos e descrevê-los a fim de caracterizar a Educação Profissional, a Rede Federal de Ensino e o Instituto Federal Baiano.

Em relação à profissionalização do pedagogo, compreendeu-se que a profissionalização abrange um conjunto de características inerentes à sua atividade profissional e se define de acordo com os saberes e conhecimentos indispensáveis para o desenvolvimento do seu trabalho. O processo de profissionalização permite, também, que um profissional seja reconhecido pelo seu trabalho e por fazer parte de uma categoria, um coletivo, que, como ele, desenvolve o mesmo tipo de tarefa no âmbito da organização e busca alcançar os mesmos fins. Esse é um processo que vem avançando, com base nas discussões e reivindicações dos profissionais, por meio de entidades sindicais e associações acadêmicas.

Os movimentos dos pedagogos no âmbito das Instituições Federais vêm se consolidando em forma de reivindicações por melhores condições de trabalho e pela formação contextualizada e em convergência com as demandas sociais e específicas do lócus e da profissão. O conceito de profissionalização está associado às políticas públicas educacionais, ao contexto histórico e à valorização da profissão. A profissionalização se refere aos processos educacionais (formação inicial, continuada e permanente), às condições profissionais, à remuneração e à carreira.

No que concerne ao trabalho pedagógico, foi possível compreender que esta atividade, quando exercida pelo pedagogo, difere daquela inerente aos fazeres dos demais profissionais, com outras formações, que atuam como Técnicos Administrativos em Educação no IF Baiano. Como cientista da educação, o pedagogo possui uma visão macro, visto que a Pedagogia interage com outras áreas do conhecimento e ultrapassa as fronteiras da Educação ofertada no ambiente escolar.

A despeito disso, o trabalho pedagógico realizado pelos pedagogos, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, ainda é pouco compreendido pela comunidade acadêmica, entretanto, tem evoluído no sentido de acolhimento e valorização. A realização de um trabalho pedagógico por ocupantes de um cargo eminentemente administrativo (Pedagogo-Área), em que as atribuições não estão claramente definidas,

traz implicações que envolvem o discernimento e as limitações relacionadas às competências deste profissional.

Ressalta-se a oportunidade dos encontros, da escuta e do diálogo entre os participantes da pesquisa. Estas ações foram essenciais para o desenvolvimento deste estudo. Como resultado, provocou-se neles, percepções e concepções acerca do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico do pedagogo do IF Baiano. Reconhecer a necessidade de promover momentos de reflexão, de análise e discussão coletiva, de forma frequente e organizada, constitui-se um anseio externado por estes profissionais, referindo-se à responsabilidade da instituição.

O tema desta pesquisa revela-se de grande importância e merece visibilidade. A partir dos resultados explicitados, espera-se contribuir com o fortalecimento do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico realizado pelos participantes da pesquisa lotados no IF Baiano e em outras instituições similares. Almeja-se também colaborar com o alcance do objetivo final do Instituto que é ofertar Educação Profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Thaiana Machado dos. **Experiências Profissionais das pedagogas e pedagogos técnico-administrativos em Educação no IFRS**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARATO, Jarbas. N. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a educação profissional. **Boletim Técnico do Senac**: a R. Educa. Prof, Rio de Janeiro, v. 34, n.3, set/dez. 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDT, A. G. *et al.* O trabalho do pedagogo nos IFs: uma busca pela qualidade da educação profissional tecnológica. **Revista Eixo**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 67-74, jan-jun. 2014.
- BRASIL. A história das instituições federais de educação profissional começa em 1909 com a criação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices. **Portal MEC**, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico#:~:text=Tida%20no%20seu%20in%C3%Adcio%20como,%C3%A0s%20conquistas%20cient%C3%Adficas%20e%20tecnol%C3%B3gicas>. Acesso em 20 jan. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei de nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. In: **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 26/09/1909. p. 6975. (Publicação Original). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 13.127, de agosto de 1918. Crêa uma Fazenda-Modelo de Criação no Município de Catú, no Estado da Bahia. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/167412-crua-uma-fazenda-modelo-de-cria-u-o-no-municipio-de-catu-no-estado-da-bahia.html> Acesso em: 10 de jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950**. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2021

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm#:~:text=LEI%20No%203.552%2C%20DE%2016%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201959.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20nova%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20escolar,Cultura%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 20 de jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 53.666, de 05 de março de 1964.** Transfere a sede da Fazenda Federal de Criação de Catu, no Estado da Bahia, no Departamento de Promoção Agropecuária, para a área ocupada pelo Pôsto Agropecuário de Entre-Rios e cria o Colégio Agrícola de Catu. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53666-5-marco-1964-393685-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 58.340, de 03 de maio de 1966.** Dá a denominação de Colégio Agrícola Alvaro Navarro Ramos, ao Colégio Agrícola de Catu Estado da Bahia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58340-3-maio-1966-398844-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967.** Transfere para o Ministério de Educação e Cultura os órgãos de ensino Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Estabelece Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 83.935, de 04 de setembro 1979.** Revogado pelo Decreto nº. 9.917, de 2019. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D83935.html. Acesso em: 20 de jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 7.044, de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas

federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Acesso em: 16 de ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18670.htm. Acesso em: 20 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993**. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8731.htm. Acesso em: 20 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm. Acesso em: 20 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 2.208, de 1997**. Revogado pelo Decreto nº. 5.154, de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154, de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 5.826, de 2006**. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5824.htm. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.952, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre a vinculação das Escolas Médias de Agropecuária Regional ao Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D7952.htm. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 15, de 28 de novembro de 2005**. Descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº:2, de 9 de junho de 2015a**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17625-parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015b**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 set. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016**. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/38501-portaria-de-modelos-de-cargos-e-funcoes-pdf/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional: Identidade e Gestão para a Construção da Excelência – 2015-2019**. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano. **Relatório de Gestão (2019)**. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/09/RG-2019-27.08.2020-TCU.pdf>. Acesso em 25 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da

Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 08 de set. 2021.

BEZERRA, Italan. C. O ensino técnico-profissionalizante no Brasil: das escolas de aprendizes artífices (EAAs) aos institutos federais (IFs). **Anais III CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/21579>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CEZAR, Taise Tadielo. **Um estudo sobre o trabalho dos pedagogos no Instituto Federal Farroupilha**: historicidades, institucionalidades e movimentos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.). **O ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

CIAVATTA, Maria et al. **A historiografia em trabalho-educação**: como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019

COURA, Helena. L. O. **A possível integração curricular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**: análise do curso técnico em agropecuária. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, 2012.

FERREIRA, Liliana Soares. Gestão do pedagógico, trabalho e profissionalidade de professoras e professores. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 45, p. 217-228, 2007.

FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho pedagógico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/trabalho-pedag-gico/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FERREIRA, Liliana Soares; FIORIN, Bruna. P. A.; AMARAL, Cláudia. L. C.; MARASCHIN, Mariglei. S. Grupos de interlocução como técnica de produção e sistematização na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, PUC-PR, vol. 14, p. 190-209, 2014.

FERREIRA, Liliana Soares. Pedagogia nos cursos de pedagogia? da ausência e dos impactos no trabalho pedagógico. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 174-190, 2017.

FERREIRA, Liliana Soares. **Trabalho pedagógico na escola**: sujeitos, tempo e conhecimentos. Curitiba: CRV, 2017.

FERREIRA, Liliana Soares; CEZAR, Taise Tadielo; MACHADO, Célia Tanajura. Grupo de interlocução na pesquisa em educação: produção, análise e sistematização dos

dados. **Pro-Posições**, Campinas, v. 31, e20190025, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072020000100531&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2021.

FIORIN, Bruna P. A. **Trabalho e pedagogia**: considerações a partir dos discursos de pedagogas na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed., Tradução J. E. Costa. São Paulo: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia: por entre resistências e insistências. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 161-173, 2017.

FUENTES, Rodrigo Cardozo; FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 722-737, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n3p722> Acesso em: 18 abr. 2021.

FURLAN, C. M. A. História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005. In: **Congresso Nacional de Educação** – Educere, n. 8, 2008, Curitiba, Anais. Curitiba: PUC-PR, 2008. Disponível em: https://historiapt.info/pars_docs/refs/8/7861/7861.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KIMURA, Patrícia Rodrigues de Oliveira *et al.* Caminhos da formação e profissionalização docente no Brasil: desafios e perspectivas na contemporaneidade. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul. V.20, n.1, p.09-23, jan/jun.2012. Disponível em: <http://https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2547/2040>. Acesso em: 18 abr. 2021.

LIBÂNEO, J. C. Diretrizes curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.27 n.96, p.843-876, out. 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, pra quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Alice C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 109-118, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000200009>. Acesso em: 07 jun. 2020.

LORENZET, D.; ZITKOSKI, J. J. Contribuições Pedagógicas em Institutos Federais: o supervisor escolar, o orientador e o pedagogo técnico-administrativo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 459-468. set-dez. 2017.

- LOWY, Michael, DUMÉNIL, Gérard, RENAULT, Emmanuel. **100 palavras do marxismo**. Tradução de Juliana Caetano da Cunha. — São Paulo: Cortez, 2015.
- LÜDKE, M.; BOING, L.A. **Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159- 1180, 2004
- MACIEL, Maria José Camelo. A atuação do Pedagogo na escola de educação profissional: a tarefa da Pedagogia e as identidades emergentes. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antônio Marcone de (orgs). *In: Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. Disponível em: <http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Pedagogia%20do%20trabalho%20a%20atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20pedagogo%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MOTA, C. M. A. *et al.* Profissão docente em questão: a formação continuada nos processos de profissionalização de professores na Bahia. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 16, e8487. 2021.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas e integração. **Holos**, Natal, RN, Ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007.
- OLIVEIRA, E.; ENS, R.; ANDRADE, D.; MUSSIS, C.R. Análise de Conteúdo e Pesquisa na área de educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118067002.pdf>. Acesso em: 25 de mai. 2021.
- OLIVEIRA, Marcelo. De Fazenda Modelo a IF Baiano: a trajetória do *campus* Catu. **O Blog de História do IF Baiano campus Catu**, Catu, 13 jun. 2008. Disponível em: <http://historia-ifbaiano.blogspot.com/2010/01/de-fazenda-modelo-ifbaiano-trajetoria.html>. Acesso em: 10 de jul. 2021.
- PACHECO, E. M. Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01 de mai. 2021.
- PAULA JÚNIOR, F. V. Profissionalidade, profissionalização, profissionalismo e formação docente. **Scientia**. v. 1, edição 1, p. 1 - 20, 2012.

PINHEIRO, D. S.; COSTA, W. C. L. da. Desafios da formação inicial do pedagogo na sociedade contemporânea. IFMT- campus Confresa. **Revista Prática Docente**. v. 1, n. 1, p. 116-126, jul/dez, 2016.

RABELO, Rodrigo; GÓES, Cássio. Escola Agrotécnica Federal de Catu-BA Histórico. **Blog Acervo Catuense**. Catu, 09 jul. 2020. Disponível em:

<http://acervocatuense.blogspot.com/> Acesso em: 10 de jul. 2021.

RAIMANN, Elizabeth Gottschalg. A Profissionalização Docente e seus desafios. In: **EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação: Formação de professores, complexidade e trabalho docente**. Curitiba: PUC-PR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22668_10962.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

RICUPERO, R. Profissionalização do servidor público: requisito para o desenvolvimento. **Revista do Serviço Público**, v. 45, n. 2, 149-153, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v45i2.804>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SAVIANI, Demerval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.

Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463/9500>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SHIROMA, E.; EVANGELISTA, O. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 525-545, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9665/8886>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Profissionalização docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M.C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/346-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SILVEIRA, Roziele Bovoli; MARASCHIN, Mariglei Severo. “Queremos ser sujeitos do sistema educacional”: as implicações do trabalho pedagógico na permanência e êxito de estudantes na educação profissional e tecnológica. **Educação por escrito**, Porto Alegre, ano 2019, v. 10, n. 2, jul-dez 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/30560>. Acesso em: 5 abr. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VILA, Meire de Fátima; SANTOS, Silvia Alves dos. O papel do pedagogo e a organização do trabalho na escola. **Portal Educacional do Estado do Paraná**, p. 1-25, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/641-4.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2, n. 3, p. 171-181-, 2001. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3541>. Acesso em: 14 jan. 2023.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Pesquisa Acadêmica: "O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) QUE ATUA NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO"

Prezado(a), Esse questionário é parte da estratégia de produção de dados da pesquisa acadêmica acima denominada de autoria e responsabilidade da mestrandia Maíra Oliveira Dourado Silva, aluna do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), tendo como orientadora Profa. Dra. Célia Tanajura Machado, professora e pesquisadora da UNEB. O intuito desse formulário é obter informações que possam traçar o perfil das(os) pedagogas(os) que atuam como técnicos-administrativos em educação no IF Baiano, levando em consideração a análise de informações pessoais, acadêmicas e profissionais. Contamos com sua colaboração respondendo as questões a seguir, uma vez que sua contribuição é fundamental para a realização dessa pesquisa.

1. Você concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)?

Marcar apenas uma oval.

() Concordo

() Não concordo

2. E-mail

Dados Pessoais

3. Nome

4. Sexo

Marcar apenas uma oval.

() Masculino

() Feminino

5. Faixa Etária

Marcar apenas uma oval.

- até 29 anos
- De 30 a 39 anos
- De 40 a 49 anos
- De 50 a 59 anos
- Mais de 60 anos

Formação Acadêmica

6. Curso/habilitação realizado na graduação

7. Ano de Conclusão

8. Especialização

Marcar apenas uma oval.

- Sim, em andamento
- Sim, concluída
- Não

9. Ano de Conclusão

10. Mestrado

Marcar apenas uma oval.

- Sim, em andamento
- Sim, concluído
- Não

11. Ano de Conclusão

12. Doutorado

Marcar apenas uma oval.

- Sim, em andamento
- Sim, concluído

() Não

13. Ano de Conclusão

Experiências Profissionais

14. Tempo de atuação na área de Educação, antes do ingresso no IF Baiano

15. Experiências profissionais na área de Educação, antes do ingresso no IF Baiano

16. Trabalhou em alguma instituição que foi integrada para tornar um campus do IF Baiano?

Marcar apenas uma oval.

() Não

() Sim, Escola Técnica Federal de Catu

() Sim, Escola Técnica Federal de Guanambi Escola Média de Agropecuária Regional - Itapetinga

() Sim, Escola Técnica Federal de Santa Inês

() Sim, Escola Técnica Federal de Senhor do Bonfim Escola Média de Agropecuária Regional - Teixeira de Freitas

() Sim, Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - Uruçuca Escola Média de Agropecuária Regional - Valença

17. Ano de ingresso no cargo de Pedagogo no IF Baiano (caso tenha sido antes da Lei 11.892/08 - criação do Instituto - informar o ano de ingresso na instituição que foi integrada ao IF Baiano)

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA**(público alvo: Pedagogos(as) do IF Baiano)**

Título da Pesquisa: O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

Pesquisadora: Maíra Oliveira Dourado Silva**Orientadora:** Profa. Dra. Célia Tanajura Machado**ENTREVISTA**

Prezado (a) Colaborador (a),

Esta entrevista é parte da estratégia de produção de dados da pesquisa acadêmica acima denominada. Tem como finalidade obter informações que possam traçar o perfil das(os) pedagogas(os), técnicos-administrativos em educação do IF Baiano, levando em consideração a análise de informações sobre a trajetória acadêmica e profissional, concepções sobre a Educação Profissional e Tecnológica, Trabalho Pedagógico e o Processo de Profissionalização do Pedagogo.

Sua opinião é indispensável para o desenvolvimento do trabalho.

Obrigada pela sua valiosa participação e colaboração!

Dados do Participante

Nome: _____

Formação Acadêmica: _____ Ano: _____

Campus: _____ Tempo atuação no Instituto _____

Eixo I – TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

01. Por que você escolheu o curso de Pedagogia?

02. De que forma ocorreu o seu ingresso no IF Baiano?

03. Como relaciona sua formação de pedagogo com o trabalho que realiza atualmente?

Eixo II – TRABALHO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

04. Você teve alguma(s) experiência(s) de trabalho como pedagogo(a) antes de ingressar no IF Baiano?

05. Quais as atividades que você realiza no IF Baiano atualmente?

06. Na sua concepção, quais são as principais atribuições do Pedagogo do IF Baiano?

07. Quais as dificuldades e limitações enfrentadas por este profissional em suas ações cotidianas?

Eixo III – PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO

08. Como você se sente trabalhando no IF Baiano?

09. Na sua concepção, a comunidade acadêmica compreende o papel do Pedagogo para os processos didático-pedagógico-formativos?

10. Como você avalia as relações do Pedagogo com o corpo discente, com o corpo docente e com os coordenadores dos Cursos no IF Baiano?

11. Você considera importante investir em formação continuada para atuar na Educação Profissional e Tecnológica?

12. A proposta de Produto Educacional desta pesquisa versa sobre a construção de um Documento Orientador contendo estratégias para a organização do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano. Como você avalia esta ação?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a),

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “**O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO**”, de autoria e responsabilidade da mestranda Maíra Oliveira Dourado Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), sob a orientação da Professora Dra. Célia Tanajura Machado, professora e pesquisadora da UNEB.

Nesta pesquisa pretendemos analisar o trabalho pedagógico e o processo de profissionalização do pedagogo do IF Baiano e propor estratégias que contribuam com a organização e o desenvolvimento destas ações. O motivo do presente estudo coaduna com os anseios dos(as) pedagogos(as) da Instituição e o dever da administração pública em promover a valorização do profissional da educação escolar.

Far-se-á o uso de cinco estratégias de produção de dados (análise bibliográfica e documental, questionário, entrevista semi-estruturada e grupo de interlocução) para que se possibilite uma visão mais contextualizada do objeto de estudo. Inicialmente, foi realizada uma investigação com base nos documentos legais, artigos científicos, dissertações, teses e livros que sustentaram o arcabouço teórico relacionado com a questão problema e os objetivos desta pesquisa.

Ultrapassada essa primeira etapa é que se dará a participação do(a) senhor(a) durante a pesquisa, de forma voluntária e por meio de respostas a um questionário, de forma online (via internet, não presencial), dado o contexto da pandemia por Sars-Cov-2. O convite que lhe foi dirigido para participar de tal pesquisa justifica-se pelo(a) senhor(a) ocupar o cargo de Pedagogo-Área no Instituto Federal Baiano.

Caso aceite participar, o(a) senhor(a) poderá ser solicitado(a) a participar da segunda e terceira etapas que se constituem na realização de entrevista individual e na composição de um Grupo de Interlocução com outros participantes da pesquisa. A entrevista semiestruturada e o Grupo de Interlocução serão gravados em áudio e vídeo, respectivamente. Estes procedimentos serão realizados também de forma online (via internet, não presencial) e serão desenvolvidos por mim, Maíra Oliveira Dourado Silva, com a orientação da Professora Dra. Célia Tanajura Machado.

A pesquisadora reitera que manterá o sigilo do(a) participante, assegurando sua privacidade quanto à identificação, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde). As informações serão confidenciais e utilizadas somente com finalidade de pesquisa, sendo os dados armazenados em arquivo digital por um período de 5 (cinco) anos pela pesquisadora responsável e após este período serão destruídos. É importante o(a) senhor(a) guardar em seus arquivos uma cópia deste termo onde consta o contato da pesquisadora e, caso seja necessário, poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

A pesquisa proposta observará os requisitos éticos previstos na legislação atual (incluindo a Resolução nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e Ofício

Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS), seguindo os preceitos de anonimato, participação voluntária e confiabilidade no intuito de resguardar os dados pessoais e profissionais dos participantes. Caso venha a participar do grupo de interlocução, o(a) Sr.(a), ao momento que concordar com este termo de consentimento livre e esclarecido, anuindo sua participação na presente pesquisa, também se comprometerá com o dever de confidencialidade e privacidade quanto aos dados debatidos entre os participantes durante a realização do grupo de interlocução, como forma de buscar assegurar tais aspectos éticos para todos os participantes.

A realização desta pesquisa trará benefícios para o Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da UNEB, para o processo de análise sobre o cumprimento dos objetivos propostos pelo IF Baiano e para o desenvolvimento da profissionalização e valorização dos(as) pedagogos(as) que atuam neste Instituto e em outras unidades da Rede Federal de Ensino. O benefício direto para os(as) participantes está relacionado à escuta e ao aproveitamento de suas experiências durante o momento de discussão que servirá de base para a construção colaborativa do produto educacional. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela.

Durante a aplicação dos instrumentos da pesquisa, poderá haver algum tipo de constrangimento advindo de uma possível exposição/publicação de informações por algum dos seus participantes. Outros riscos, relacionados à segurança e à privacidade, provenientes do ambiente virtual, poderão surgir, tais como: invasão de equipamentos eletrônicos por terceiros, roubo de dados e disseminação de vírus. Sua identidade será tratada com sigilo, entretanto não podemos assegurar total confidencialidade, visto que os dados serão tratados por meio virtual. Caso queira, o (a) Sr. (a) poderá, a qualquer momento, deixar de responder a qualquer questão sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo quanto a sua relação com esta pesquisadora, sua orientadora ou com a instituição. Embora uma das pesquisadoras trabalhe na mesma instituição em que a pesquisa será realizada, a mesma não exerce nenhum grau de subordinação sobre os(as) participantes.

Caso o (a) Sr.(a) tenha alguma dúvida ou para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável no endereço Rua Sérgio de Carvalho, nº 801 - Federação, Salvador - BA, CEP 40230-680; ou pelo e-mail: maira.pedagoga@gmail.com; ou pelo telefone (71) 99304-0533.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos, benefícios e riscos de minha participação na pesquisa “O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar, sob livre e espontânea vontade, como voluntário e consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada.

1. Você concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)?

Concordo

Não concordo

APÊNDICE D – TRECHOS SELECIONADOS DAS TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1 - De que forma aconteceu o seu ingresso no IF Baiano?

Nísia Floresta	[...] apareceu esse edital do IF Baiano [...] ai fiz o concurso [...] inclusive quando eu cheguei no IF Baiano eu cheguei no momento, recém, onde os institutos federais tinham sido recém-criados, né? Então estavam bem assim naquela fase embrionária mesmo inicial, estavam tendo muitas discussões, né? A reitoria tinha acabado de ser, é... instalada, né? [...] saiu da, do formato de uma escola técnica e chegou ao formato do instituto federal. Então eu já cheguei nesse contexto.
Anália Franco	[...] a ideia de passar no concurso , essa já tava sendo alimentada desde o ensino médio, né? [...] eu fui tentando até chegar aqui no IF Baiano. Eu na verdade eu não passei não IF baiano, né? Eu passei em [...] e fui redistribuída para cá .
Maria Firmina dos Reis	ocorreu a possibilidade de fazer um concurso público e aí tinha vagas para o pedagogo e pedagogo orientador. Porque era assim, né? Eu então me inscrevi pra o pedagogo orientador educacional e assim fui contemplada. Só que a época interessante também, não, gostaria de ressaltar, é, eu não fui chamada imediatamente. [...] alguém acabou fazendo, né? Entrando na justiça, entrou com uma ação e aí por isso acabou chamando todo mundo que estava ainda, é... que estava na fila.
Dorina Nowill	O IF Baiano abriu um concurso, né? com muitas vagas. Quer dizer, con, considerando, né? O, o concurso que a gente tinha para pedagogo, que era só 1, 2 vagas (risos) E aí eu entendi que era uma oportunidade . De... né? Fazer e passar. Enfim, aí me preparei pra isso. Entrei em 2016, né? através de, de concurso público .
Antonieta de Barros	[...] foi quando 2008 surgiu a rede federal, final de 2008. 2009 começou a pipocar de concurso, né? E eu entrei numa destas escolas de concurso na época e comecei a fazer cursinho pra concurso, focada. Só que eu tinha um objetivo, eu dizia não, eu vou fazer carreira, é, que eu exerça a minha profissão. Eu não queria mudar de profissão, eu queria melhores condições de trabalho . E quando apareceu universidade, instituto federal, a carreira, aí eu foquei só nisso e saí fazendo por aí, tudo [...] o IF Baiano foi um dos que eu passei , né? Assim, que eu fiquei melhor colocada e fui chamada. Foi assim.
Sonia Guimarães	[...] foi mais uma, uma coincidência [...] minha prima [...] me perguntou se eu não ia fazer o concurso do IFBA. Ai eu falei do IFBA? Eu nem sabia direito o que era IFBA [...] Aí eu falei, vou olhar. Aí abri o, o site e olhei o edital rápido. Vi as vagas. Vi tudo. Vi que eu podia fazer. E eu fiz a inscrição assim, meio que vamos fazer [...] e aí no final de tudo confluíu pra que desse certo e eu estou no campus que eu queria, né?

2 - Por que você escolheu o curso de Pedagogia?

Nísia Floresta	[...] Eu queria ter o curso superior. Na época, eu pensava em fazer administração , mas não tinha condição de sair da cidade para estudar, então, é, abracei, né? A oportunidade de fazer, mas não foi exatamente uma opção, foi uma, é, necessidade .
Anália Franco	Bom, é, eu não posso dizer que foi uma escolha assim, aquele projeto de vida que você faz a vida toda, né? [...] eu escolhi pedagogia mais por uma questão de não me sentir preparada pra encontrar outro, pra encarar outra formação [...] eu fui dentro daquilo que eu tinha é... capacidade de fazer naquele momento. Foi como eu me sentia. É... mais, mais próxima pra conseguir entrar no ensino superior e aí eu escolhi pedagogia.
Maria Firmina	Eu sou de uma geração, vou dizer assim, uma geração que a gente tinha poucas escolhas,

dos Reis	né? [...] eu então, tentei fazer serviço social [...] eu não escolhi porque a princípio foi algo que eu, sabe? Que eu quisesse , mas eu fui depois, então, digamos que eu fui tomando gosto, né?
Dorina Nowill	Inicialmente, é... muito influenciada pela, pela, pelos exemplos de casa , né? [...] na minha família, quem não é pedagogo, é licenciado [...] Muito movida por essa influência, e depois que eu comecei o curso, é... aí a coisa deixou de ser somente por influência e passou de fato a ser por identificação, né? Por compreender que estudar a educação, os processos educativos de fato me interessavam, né? Mais do que a prática que eu via em casa, na minha família, comecei a me interessar por estudar educação.
Antonieta de Barros	Como uma menina de classe popular, de classe trabalhadora, filha de pobres, eu pensei que deveria fazer um curso técnico, que na época era muito propagada essa ideia, né? De quem fazia curso técnico conseguia logo emprego pra poder se virar na vida, né? Porque de família pobre não tinha como ficar dependente dos pais e tal [...] eu fiz magistério [...] Foi um caminho natural ir pra pedagogia . Bem natural [...] aí eu passei em pedagogia, né? E fui cursar e foi, foi muito bacana, muito mesmo.
Sonia Guimarães	[...] na verdade eu nunca quis fazer pedagogia [...] Fiz o curso de magistério . A gente tinha 2 opções aqui. Quando a gente chegava na oitava série, a gente fazia uma prova, e aí quem passava nessa prova, ia fazer o integrado com o magistério [...] E aí eu vi alguma coisa de, vi, de educação, né? A gente tem as matérias pedagógicas no, no, no ensino médio, mas não era uma coisa que, que eu pensava em seguir, eu queria fazer letras [...] e eu fui ficando, e aí não, não optei por depois de tentar o curso de letras diurno e acabei concluindo o curso de pedagogia .

3 - Como relaciona sua formação de pedagogo com o trabalho que realiza atualmente?

Nísia Floresta	[...] seria mais no âmbito mesmo da fundamentação teórica . Sabe aquelas concepções teóricas básicas da área de educação, os pensadores clássicos, isso estava muito presente na formação. A parte mesmo, né? dos detalhes ali do dia a dia do trabalho pedagógico, isso a gente vai construindo, né? Então isso foi muito fruto da prática, da experiência, da troca de é... do convívio, né, com outros colegas pedagogos e de outras áreas. [...] toda essa minha formação, tanto a formação da faculdade como a formação de especialização, que foi depois, e também o mestrado, é... eu vínculo muito mais a essa concepção teórica, essa fundamentação teórica, que na minha visão é super importante para a nossa atuação como pedagogos.
Anália Franco	[...] de qualquer forma, a gente tá sempre resgatando os nossos estudos , né? Toda aquela teoria que a gente aprendeu na faculdade, de certa forma, a gente sempre busca lá nas, nas nossas bibliotecas mentais (risos) alguma coisa que você aprendeu. Mas assim, eu, eu hoje, a minha avaliação é que necessitava mais dessa prática de escola, né? Eu senti muita falta disso, né? a prática da vivência na escola [...]
Maria Firmina dos Reis	[...] essa foi a primeira dificuldade que eu senti porque minha formação [...] era muito mais assim de formação para o professor de magistério das séries iniciais [...] então tanto é que eu fiz estágios em escolas é... inclusive, como orientadora por conta da minha habilitação [...] você chegar numa instituição de educação profissional e você não conhecer ou conhecer muito pouco , porque o que você estuda é... você estuda para fins mesmo de fazer um concurso [...] então você vai ter que aprender naturalmente, vai aprendendo de acordo com as necessidades [...]
Dorina Nowill	No curso de pedagogia. É... ele, prepara muito pouco pra o trabalho que a gente exerce numa instituição de educação profissional e tecnológica . [...] A gente traz assim uma bagagem que é uma bagagem comum, uma bagagem que é básica e quando a gente entra no instituto a gente precisa sim buscar essas especificidades da educação

	profissional e tecnológica pra, é... assim, exercer melhor a atividade.
Antonieta de Barros	A ausência de competências do que é, de fato o trabalho do pedagogo dentro do IF Baiano impacta diretamente na atuação profissional da gente, né? [...] Nós tivemos uma formação muito boa , uma formação muito sólida em boas universidades aqui na Bahia, sabe? uma, uma carreira, é, anterior, inclusive ao IF Baiano, né? De, no meu caso, mesmo de professora, de coordenadora pedagógica, então quando a gente chega no if baiano, né? [...] a gente fica procurando um pouco ainda qual é esse lugar do pedagogo [...] Então eu acho que a instituição limita um pouco a atuação do pedagogo.
Sonia Guimarães	Essencial. Tudo o que eu faço hoje exceto a parte histórica, né? Que a gente tem que buscar com os servidores mais antigos e tentar entender o IF Baiano a partir da documentação, de todo o material que é, que é próprio é, da, da autarquia. Tudo o que eu sei fazer hoje eu aprendi no curso de pedagogia. O curso de pedagogia me preparou pra fazer o que eu faço hoje. A gente sabe que tem lacunas que o curso de pedagogia não abordou, por exemplo, a educação profissional e tecnológica que a gente passa de relance, uma disciplina de história da educação menciona ali. Mas assim, didática, as duas didáticas que eu fiz me ajudaram muito pra o, pra o que a gente faz aqui hoje, a estrutura de funcionamento do ensino, as disciplinas de educação, de administração voltada à educação, então, muita coisa do curso de pedagogia me ajuda hoje no meu trabalho, a parte do, de lidar com legislação, projeto político pedagógico, muita coisa, então o curso de, de, de pedagogia é um curso muito completo , né? As pessoas têm um certo, um certo preconceito com o curso de pedagogia, parece que é uma coisa mais, mais boba, mais simples e, e não é, é um curso muito pesado. É um curso muito amplo. E que realmente prepara a gente pra esse trabalho técnico que, que o instituto exige todos os dias.

4 - Você teve alguma(s) experiência(s) de trabalho como pedagogo(a) antes de ingressar no IF Baiano?

Nísia Floresta	Na Universidade Federal de Sergipe , apenas. [...] eu vinha de uma universidade em que o trabalho pedagógico, ele tem uma concepção mais diferente, o trabalho do pedagogo, aliás, né? Tem uma percepção mais diferente. A gente atuava, é, mais assim, junto com as coordenações dos cursos superiores na universidade, é, na análise dos projetos pedagógicos dos cursos, então a gente não tinha um atendimento pro aluno, né? Do curso superior, era mais esse trabalho no âmbito acadêmico.
Anália Franco	O SESI foi uma outra escola pra mim e eu participei do programa de educação do trabalhador da indústria e lá nós tínhamos capacitação. [...] antes do IF Baiano eu trabalhei no Pró Jovem é... urbano. Eu ministrava uma disciplina chamada... [...] participação cidadã. O Pró Jovem, era um programa de, era tipo de educação profissional, do governo do do estado. além do Pró Jovem , antes do pró jovem urbano, eu tive uma boa experiência como educadora ,é, social , é, eu trabalhei em duas instituições: uma de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei e a outra de adolescentes que já estavam em regime de liberdade. E a gente fazia um trabalho junto aos internos, né? Nós visitávamos os alunos, alojamentos, fazíamos dinâmicas, conversavam com eles. Tinha música, é... participávamos de várias formações nesse sentido, né? Até pra, pra saber lidar mais com aquele público e depois desse período que foi quase dois anos, eu fui pra uma instituição de semiliberdade que foram adolescentes que tinham passado pela privação, estavam em regime de semiliberdade e lá eu atuei como pedagoga mesmo. Às vezes eu tentava alfabetizar os estudantes. Eu conversava, chamava com ele, fazia o diagnóstico de letramento, essas coisas assim.
Maria Firmina dos Reis	Então, é... a minha experiência foi como professora , não como pedagoga.
Dorina Nowill	como pedagoga, é minha, minha experiência foi com o Pronatec , né? É... tanto como

	coordenadora de cursos do Pronatec como, como, assim como docente do Pronatec, com a educação de jovens e adultos, né? E, é, na formação de professores, é, no município de Mata de São João. Então, eles tinham um programa de formação continuada de professores, do fundamental 1 e do fundamental 2 e eu trabalhei nesse programa durante 2 anos, mais ou menos, com a formação desses professores, né? formação pedagógica desses professores.
Antonieta de Barros	[...] eu atuei em prefeituras, é, como professora mesmo, de educação básica. 2009, eu tive uma experiência como técnica na UEFS , mas eu atuava como professora de creche , né? Eles contratam como técnica, é, só que, com aquele cargo específico, né? Chama educadora de creche .
Sonia Guimarães	[...] abriu concurso em 2008, eu passei pra professor, então era 20 horas pra professor e aí surgiu. 2000 e... 8 mesmo, surgiu a oportunidade de trabalhar na mesma Secretaria como coordenação, então um turno eu era docente e o outro turno eu ficava na Secretaria como coordenadora . [...] Depois eu trabalhei 2013 com Prova Brasil, preparação de professores , depois eu trabalhei com o pacto Todos pela Educação, na coordenação também , visitando as escolas e aplicando ali o, o material com os professores, fazendo formação, né?

5 - Como você se sente trabalhando no IF Baiano?

Nísia Floresta	Eu sinto muito satisfeita porque o serviço público foi algo que eu sonhei mesmo, né? algo que eu quis, que eu me organizei. É Claro que minha primeira experiência não foi o IF Baiano mas eu acabei aprendendo mesmo. E, a gostar, né? Desse ambiente e dessa minha atuação como pedagoga e eu também dou o crédito a isso ao fato de trabalhar com a educação profissional, que foi um tema de estudo que eu consegui me aproximar, que eu consegui criar até um vínculo afetivo, né? Com esse tema. [...] Então, eu gosto da instituição, eu acho que a instituição tem trilhado um caminho de, de avanços, claro que com algumas dificuldades, mas eu me sinto pertencida a esse ambiente e assim, e pretendo contribuir da melhor forma possível com a minha capacitação, com a minha qualificação, é... com o que eu puder oferecer pra que a instituição se fortaleça cada vez mais. Eu gosto bastante, é... desse universo que estou inserida.
Anália Franco	eu gosto muito de trabalhar aqui , gosto muito mesmo, né? Às vezes eu me sinto um pouco, é... exigida demais, né? Como se se tivessem exigindo muito da gente, é, e a gente não fosse dar conta do tem..., das demandas de trabalho. [...] Eu acho que eu fiz uma boa escolha pra minha vida profissional, é... sempre sonhei com, em ser aprovada em servidora, como servidora pública federal. Era um sonho que eu tive. Então, assim pode que eu hoje cheguei onde eu queria estar (risos)
Maria Firmina dos Reis	E então, assim, hoje, no meu caso muito específico, né? Eu diria que é a palavra que me define hoje é a exaustão. Me sinto muito exausta , mas assim, bem, é um lugar que é um lugar que eu cresci muito, sabe? Que eu cresci na vida, como pessoa, como ser humano, cresci muito. [...] foi um ambiente que me fez crescer muito enquanto pessoa e enquanto profissional .
Dorina Nowill	É um trabalho que me dá muito prazer pelo serviço que ele presta , né? O meu desejo sempre foi trabalhar com educação pública. É... e dentro da, dentro da educação pública eu acho que eu, eu consegui, estou assim no melhor lugar, né? Pela estrutura que a gente tem pra trabalhar que, que ainda precisa melhorar, mas é uma estrutura ainda muito boa , é... pelos, pelo alcance, né? Que a educação profissional e tecnológica tem no nível federal, é, um alcance muito grande. E especialmente porque eu penso que, apesar de todos esses problemas que eu coloquei aqui, Maíra, eu posso ser parte da solução desses problemas, sabe?
Antonieta de Barros	Olha, eu me sinto hoje, eu me sinto, em paz , não no IF Baiano, eu não tô falando do IF Baiano, eu tô falando da carreira . Talvez hoje eu preze mais a carreira do que o IF

	<p>Baiano, mesmo a nossa carreira estando completamente sucateada, né? É, nos últimos anos principalmente, mas ainda assim é uma carreira boa, né? [...] A parte, é, assim que eu, é, como é que eu, que eu me recinto um pouco (risos) é em relação ao meu trabalho, a minha atuação enquanto pedagoga, mesmo. Às vezes eu sinto que é... aquilo que eu fiquei dentro da universidade nesses anos todos, porque eu nunca parei de estudar, né? Nunca parei de, de me formar, é, e nunca saí na verdade, né? Desse processo formativo aí, é, é pouco valorizado, né? Institucionalmente e ao mesmo tempo é pouco entendido, então isso acaba comprometendo até a motivação, é, auto estima profissional da gente, né? É... várias vezes assim. É horrível, né? É, se sentir completamente indispensável. Quando muitas vezes eu já me senti assim, né? Como pedagoga, eu trabalho numa instituição de educação que eu seria dispensável, pedagoga (risos).</p>
Sonia Guimarães	<p>O IF Baiano é uma instituição que eu gosto muito. Eu vejo muito potencial, eu vejo. [...] Eu acho que a estrutura da do, do, do IF mesmo com todos os cortes, com todos esses contingenciamentos que a gente viveu. É muuito grande comparado, por exemplo, ao município de onde eu vim, a escola onde eu trabalhei. [...] Tem uma estrutura com documentação. A gente sabe que muita, muita coisa precisa de revisão. Muita coisa ainda não existe. Mas, tem uma legislação muito boa [...] A gente está tendo esse movimento aí do, do, das equipes pedagógicas pra, pra organizar nossa atividade. Tem os editais, então é uma, é uma instituição muito organizada no sentido de quando você compara com outras, outras redes. E eu gosto muito, eu, eu vejo as, a questão da pesquisa ser muito forte. Muito pujante no, no instituto, a extensão, esse trabalho com a comunidade, a comunidade tá dentro do instituto e o instituto sair pras comunidades, é muito, é muito forte esse laço.[...] Eu já vejo o campus que eu trabalho mudar muito a realidade de muita gente que não teria oportunidade se não fosse o campus ali na, na região.</p>

6 - Você considera importante investir em formação continuada para atuar na Educação Profissional e Tecnológica?

Nísia Floresta	<p>[...] eu acho que a formação continuada é importante para que a gente continue sempre é... antenadas, né? Com essa fundamentação teórica também e principalmente para a gente estar discutindo os rumos que a nossa educação profissional e tecnológica pretende seguir no nosso país. Acho que é de fundamental importância.</p>
Anália Franco	<p>Ai, eu considero sim. [...] eu saí de um trabalho essencialmente burocrático e vim prum trabalho prático que é dentro de uma escola, convivendo com alunos. E... eu senti muita falta, né? Desse momento inicial de apresentar a gestão, de falar como é que... de ter um plano de trabalho, né? [...] eu acho que precisava assim, desse momento de formação e, principalmente, dizer qual é o trabalho do pedagogo dentro da instituição e, e preparar para exercer esse trabalho. Imagine uma pessoa que, recém formada, sai de uma faculdade e chega aqui e ter que se deparar com essa realidade, é bem complicado.</p>
Maria Firmina dos Reis	<p>Com certeza! Inclusive essa era uma demanda que nós, enquanto equipe pedagógica, identificávamos nos professores, porque eles chegam também sem essa condição e eles nos buscavam e aí buscavam, tinham as dúvidas e aí, o quê que nós fazíamos? Trazíamos, levávamos como proposta para as jornadas pedagógicas que é hoje o momento que nós temos pra discutir também questões relacionadas à educação profissional técnica e aí nesse momento a gente estuda aí os decretos, as legislações específicas, mas seria muito importante se a gente tivesse já momentos mesmos já organizados durante o ano letivo, pra que a gente pudesse, né? Como forma de uma, uma formação continuada que isso realmente acontecesse no campus pra docentes, pra técnicos, pra todo mundo.</p>

Dorina Nowill	Eu acho que a gente tinha que passar por uma formação, tinha que ser assim ó, formação em educação profissional e tecnológica, formação em EPT por conta daquilo que eu falei lá no início, né? São muitas especificidades, a gente não estuda educação profissional e tecnológica na faculdade. E... a educação profissional e tecnológica, ela difere de todas as outras que a gente estudou [...] então eu acho que a formação ela não é só necessária, não, ela é imprescindível.
Antonieta de Barros	Com certeza, com certeza! [...] Eu tive acesso a muita formação, né? É, cursos na Enap, claro que foi uma outra época que se tinha mais recursos pra capacitação [...] Nesses anos, eu tive muitíssimo pouco acesso, é, assim, as formações que eu fiz foram formações que eu mesma procurei, eu procurei, eu fui atrás, né? [...] Técnicos discutindo educação profissional e tal, nas discussões de corredor, de roda, de contribuição de pesquisa, foi essa rádio aí, como a galera chama, essa rádio peão aí (risos), essas trocas, né? Que eu acho que aprendi um pouco, inclusive referências que eu não conhecia. Não conhecia mesmo. [...] Eu escolhi os cursos que eu ia fazer, mas é, a instituição, poderia, o meu setor poderia ter indicado cursos, é. interessantes prali, pro próprio desenvolvimento da gente ali, internamente. Temas que a gente tivesse precisando discutir e tal. Mas, é solto. Então eu escolhi o que eu quis assim, sem, sabe?
Sonia Guimarães	Muito. A gente precisa entender a, a EPT primeiro pra trabalhar, que a gente, como eu falei, a gente chega muito verde. A gente não tem ideia do que é EPT.[...] a gente teve a jornada e a nossa preocupação foi justamente trazer pessoas que falassem sobre o Proeja porque os professores não sabiam. Que falassem sobre o subsequente, que falassem sobre a pedagogia da alternância que o campus adota [...] Eu tive que buscar também. É, então eu sinto falta de formação continuada para as, as equipes e para os professores e até pra gente responder algumas, algumas dúvidas. Algumas perguntas dos professores. É importante que, que a instituição pare pra discutir esse, esses movimentos que o IF Baiano fez agora no, na pandemia, de ter os seminários [...] precisa trazer essas discussões pra, pras equipes se sentirem mais seguras pra fazer esse trabalho que a gente faz.

7 - Quais as atividades que você realiza no IF Baiano atualmente?

Nísia Floresta	Hoje a gente se direciona bastante pro atendimento pedagógico aos estudantes , dando as orientações sobre os processos de aprendizagem [...] E também atuamos com a formação docente , só que aí de uma forma mais em parceria com a coordenação do, de ensino e com a direção acadêmica. Quando tem assim as demandas de participação em momentos formativos, que é o caso da jornada pedagógica, ou outros momentos que acontecem assim de encontros coletivos. [...] Participamos dos conselhos de classe, dos conselhos de curso, dos núcleos, do NAPSI, do NAPNE É da CLAE , né? Que é a comissão de auxílio estudantil, que organiza o auxílio estudantil. Do Pró Saúde, então vários desses núcleos e ações que compõem aquela política de assistência estudantil também estamos envolvidos.
Anália Franco	[...] além do atendimento aos estudantes , que ele é bem complexo, ele não se resume a um sentar e conversar com os estudantes, né? a gente faz levantamento de, de dados de desempenho, levantamento de evasão, levantamento do, do, dos estudantes que estão pra [...] integralizar, a gente entra em contato. É, a gente entra em contato com as famílias [...] faz o monitoramento do, da carga horária dos professores, faz monitoramento do lançamento no SUAPE, faz o registro do dos, dos atendimentos, participa da organização de eventos como jornada pedagógica, eventos, é, até eventos lúdicos.
Maria Firmina dos Reis	[...] a gente assessora cursos, faz atendimento e acompanhamento aos alunos e acompanha também os professores nessas demandas aí, né? As demandas que eles

	<p>trazem, né? Ou então aquelas que a gente encaminha pra eles, basicamente.[...] eu passei a ficar compondo o NAPSI. que é aquele núcleo de apoio pedagógico psicossocial que faz parte da assistência estudantil, né? da política. É um núcleo que assessora também os estudantes, estudantes assistidos pela política de assistência estudantil. [...] Estou na CAE, lotada agora na CAE e como pedagoga também continuo fazendo o assessoramento, acompanhamento, só que dois estudantes que são assistidos pela política de assistência estudantil.</p>
Dorina Nowill	<p>Então minhas atividades hoje são basicamente: orientação pedagógica a mediadores e professores formadores, né? Revisão dos materiais didáticos que são disponibilizados, produzidos pelos professores formadores, que são disponibilizados para os estudantes [...] quando as comissões, por exemplo, precisam de um, de um, é... de um representante da educação a distância pra construção de PPCs [...] é obrigatório ter um pedagogo do, da Educação a Distância nessas funções, então, eu também faço parte dessas comissões, porque eu sou a única pedagoga, é, técnica, na DEAD, né? a outra pedagoga é docente.</p>
Antonieta de Barros	<p>análise, é, e pareceres de processos de projeto pedagógico de curso, tanto alteração, criação, reformulação, é, elaboração de instrumentos normativos, de, é, revisão de resoluções, é, elaboração de referenciais pedagógicos... Enfim, mais ou menos por aí e assessoria também né? Assim, é, de assuntos pedagógicos e tal, dentro da própria, é, diretoria, né?</p>
Sonia Guimarães	<p>[...] a gente fazia um pouco de tudo, a gente fazia a parte burocrática, né? da coisa, lidar com planilha, com dados, com a legislação, é... o, estudar os PPCs e fazer reunião pedagógica com os professores, ter a parte de orientação, receber professor novo, explicar a instituição, explicar os cursos, explicar como é que é que o campus trabalha. [...] quais eram os cursos, é, os PPCs, o atendimento ao estudante, tudo o que, que, que envolve ali, RAD, essa coisa toda. A gente acabava passando pra familiarizar, né? esses professores que chegavam. É, tirar a dúvida de professor com relação a, a Organização Didática. Tirar dúvida de estudante, receber pais, fazer reunião pedagógica, auxiliar, né? A coordenação de ensino na preparação das reuniões, preparar material, slide, planilha, documento de texto. Com orientações, auxiliar as coordenações de curso, a gente acabava ficando meio que no meio, lidando com todo esse, esse mundo que é o <i>campus</i>, né? Ações de extensão, ações de pesquisa. A gente acabava colaborando também, é... fazendo muitas atividades com as turmas, é, fazendo intervenções, então o professor chegava a tal turma tá tendo, é, dificuldade de se concentrar, então a gente ia e levava alguma proposta voltada a trabalhar com a concentração. Ao se organizar pra estudar, a questão de convivência, a questão de, de, de disciplina, fazia parte do, do NAPNE, do NAPSI. Então fazia atividades tanto com os professores quanto com os discentes, quanto com as famílias. Fazia reunião de pais. Tudo isso porque é, a gente chama né? um núcleo de apoio, mas a gente acaba, acabava encabeçando muitas, muitas atividades. Orientação às coordenações de curso, muita pesquisa pra, pra ver as questões burocráticas, reformulação de cursos a gente participava das comissões, muita comissão (risos), muita comissão de, de muita coisa, evento. A gente participava muito de seminários [...] Então a gente acabava passando por vários movimentos dentro da instituição, então, acabava sendo um setor chave [...] E atendimento, né? que eu acabei não, não entrando muito mas, atendimento aos estudantes, a gente fazia muito atendimento. É, semanal, quinzenal. Tinha estudantes que a gente acompanhava assim do primeiro ano até o terceiro ano [...]</p>

8 - Na sua concepção, quais são as principais atribuições do Pedagogo do IF Baiano?

Nísia Floresta	<p>[...] esse direcionamento pro atendimento pedagógico do estudante [...] porque isso que foi construindo não era algo assim muito institucionalizado, porque tinha a figura do orientador educacional, mas estava vinculado na CAE. Então era apenas uma pessoa praticamente fazendo isso. E quando a gente conseguiu constituir um núcleo,</p>
----------------	--

	<p>eu creio que a gente tenha conseguido juntar mais esforços para fazer um trabalho, é, mais qualificado nesse sentido. Então eu acho que esse foi um caminho acertado e eu concordo que a nossa atuação tenha que ser nesse sentido. E acho também que esse aspecto da formação docente é, é complementar, não tem como a gente não fazer de forma dissociada, né? Porque tem que ter esse trabalho com o docente também. O que a gente encontra dificuldades é ter braço, ter fôlego para abraçar essas duas dimensões do atendimento pedagógico.</p>
Anália Franco	<p>(pausa) Principalmente atendimento ao docente, ao discente, ao discente, né? É... ouvir esse discente que tá com dificuldade, que tá com problema de desempenho, tá monitorando eles. Desde quando ele entra aqui até o momento que ele, finaliza. é... Todas as etapas, né? Incluindo o estágio. Também tá mediando esse diálogo entre discente e docente, mapeando as dificuldades para que a gente possa desenvolver programas de nivelamento mais eficazes [...] tudo o que for voltado ao discente, ao processo de... de êxito dele aqui, desde a entrada dele até saída com êxito, é o envolvimento, é o trabalho do pedagogo aqui na instituição. Certas vezes eu acho que a gente gasta muita energia com o professor enquanto deveria tá (risos) mais com o estudante.</p>
Maria Firmina dos Reis	<p>Então, é até considerando aquilo que a gente vem fazendo todo o sempre, né? É... especialmente o acompanhamento. ao estudante, assessoramento aos pais, aos estudantes e também aos coordenadores de curso, né? [...] a gente presta assessoramento. à equipe, no caso, aos professores, aos coordenadores, de modo específico, que a gente tem que ter aquele momento com os coordenadores de curso, o assessoramento aos estudantes e acompanhamento pedagógico aos estudantes. E o, aos pais também, né? [...] Mas especialmente assessoramento e acompanhamento mesmo.</p>
Dorina Nowill	<p>[...] o pedagogo que atua no campus, ele é um pedagogo que eu costumo dizer assim, que ele atua na linha de frente, né? O, o esse contato direto com os estudantes, o contato direto com os professores... então a gente faz um trabalho mais de planejamento, é, é do processo pedagógico do ano letivo, então a gente trabalha fortemente com o calendário, com os planos de ensino é... com as orientações tanto coletivas quanto individuais dos estudantes. É... dá orientação também, né? não como a gente gostaria ou como deveria dos professores a orientação pedagógica dos professores. [...] Já trabalho, é, na reitoria, ele é um trabalho mais de de gestão, gestão desse trabalho pedagógico, então, é, na reitoria a gente trabalha os documentos norteadores, na reitoria da gente trabalha os materiais didáticos, no caso da, da educação a distância, né? A gente, é, a gente pensa essa educação profissional e tecnológica. Que é, é, é, é oferecida pelo instituto pelo, pelo IF Baiano, né?</p>
Antonieta de Barros	<p>Olha, eu (risos), eu penso que a gente deveria fazer o nosso trabalho. Cuidar do processo de ensino aprendizagem. O processo pedagógico, como um todo dentro do IF Baiano.</p>
Sonia Guimarães	<p>Eu vejo muito a parceria com a coordenação de ensino, diretoria acadêmica. Eu vejo que o pedagogo é muito demandado pra, pra ajudar com as ideias. [...] Então a gente era sempre muito ouvido pra, pra sugerir as questões que envolviam o aspecto pedagógico, até porque a gente tem, hoje a gente tem pessoas com formação, né? Na área de educação [...] E hoje eu vejo muito a demanda do, do pedagogo no, no, nesse aspecto que eu falei agora do atendimento pedagógico de tá mais próximo do estudante, de auxiliar o estudante nessa, nessa travessia, né? desse itinerário formativo deles Hoje eu vejo muito essa necessidade[...]</p>

9 - Na sua concepção, a comunidade acadêmica compreende o papel do Pedagogo para os processos didático-pedagógico-formativos?

Nísia Floresta	[...] eu percebo, sim, uma certa apreciação ao trabalho que nós desenvolvemos. Pelo menos isso é, é nos dito, né? Em alguns momentos de encontros pelas coordenações. Pelos alunos [...] então acho que a gente ainda tem um caminho aí a trilhar nesse sentido de buscar esse reconhecimento. [...] É como se tivesse uma necessidade constante da gente tá sempre se, é, conquistando espaços, né? Se auto afirmando, mostrando nossa competência, mostrando nosso trabalho [...]
Anália Franco	Eu acho que eles, é, algumas, não vou dizer que são todos, eu acho que hoje a compreensão é maior. O que assim, a gente tem é recebido o reconhecimento de alguns grupos, principalmente de alguns docentes sobre a importância do nosso trabalho [...] mas ainda tem um grupo que, infelizmente, ele coloca naquele lugar de como se fosse o secretário de professor, né? Ainda tem algum grupo que ele não, não compreendeu ainda a dinâmica do nosso trabalho, mas se for falar de gestão, eu acho que hoje nós estamos bem acolhidos. Todas as nossas demandas têm sido ouvidas, é, e na medida do possível tem, tem procurado responder também. Tem dado apoio e procura nos ajudar também a, a solucionar.
Maria Firmina dos Reis	Então, compreende, compreende sim, como eu digo, aí a gente precisa marcar essa comunidade, né? Os docentes, eles compreendem e hoje, muito mais até, do que há um tempo, eles nos, eles achavam que o pedagogo era um assistente, então tinha que ser um assistente.
Dorina Nowill	Eu acho que não. Eu acho que não. Eu acho que a gente termina, é, tendo que explicar isso o tempo inteiro, né? porque é, cada categoria, não, eu penso que ela nos enxerga de uma forma. Com algumas, com alguns entendimentos do que é, de fato o que a gente faz, mas com algumas distorções, né? Então a gente tem alguns problemas do tipo de ser visto como fiscal, por exemplo, de professor, né? [...] o que a gente busca é um trabalho de parceria pra gente construir uma intervenção pedagógica de qualidade, né? [...] A gente não tá pra corrigir o trabalho de ninguém, mas construir um trabalho conjuntamente, né? [...] Mas eu acho que, eu acho que seria importante que o instituto, de uma maneira geral conhecesse o trabalho pedagógico para valorizar. [...] E aí eu penso que a desvalorização vem por conta disso, pela falta de conhecimento, então eu acho que não, que a comunidade acadêmica não conhece... Na verdade, eu acho que a comunidade acadêmica conhece superficialmente o trabalho do pedagogo.
Antonieta de Barros	Pouquíssimo, pouquíssimo, pouquíssimo mesmo. Talvez no campus, assim, é... Achem pedagogo importante pra poder fazer horário, dar horário pra professor, é... Sei lá, visitar estudante, mas em relação ao processo, é, pedagógico é, e no caso né? Aí do ensino aprendizagem, como você falou. Eu acho que pouco, pouquíssimos compreendem.
Sonia Guimarães	Pela minha experiência, compreende, assim, eu trabalho num campus que valoriza muito o trabalho que a gente faz. A gente sabe que tem as exceções, né? Um ou outro que vai tentar diminuir, desmerecer [...] É como se as pessoas colocassem que aquele não é o seu lugar, que você não tem aquele, pra usar um termo que tá na moda agora, nesse lugar de fala que é, é o espaço do docente que o pedagogo não tem que, que se meter ali. Mas assim, na minha realidade, na, na, na experiência que eu tenho lá no campus, eu vejo que a gente é muito requisitado e a nossa, a nossa opinião geralmente é respeitada. [...] O nosso trabalho é muito valorizado, as ideias que a gente leva as pessoas gostam e, e, e a gente consegue fazer um trabalho bem articulado. Eu me sinto bem fazendo esse trabalho.

10 - Como você avalia as relações do Pedagogo com o corpo discente, com o corpo docente e com os coordenadores dos Cursos no IF Baiano?

Nísia Floresta	<p>É, em relação ao corpo discente, é, é um trabalho sempre assim de conquista [...] ao longo da trajetória do aluno no ensino médio, ele vai se aproximando da gente, né? Do nosso trabalho e às vezes até percebendo a importância disso, né? [...] embora a relação de parceria, que eu acho que poderia existir entre o pedagogo e o professor possa ser melhorada, mas pelo menos no campo do respeito, ela está, ok, está funcionando bem, que eu acho super importante [...] Então acho que isso também ainda é um trabalho, é, de sensibilização, que a gente tem que fazer com o docente.[...] sempre teve uma relação muito tranquila também com os coordenadores de curso e acho que eles têm visto isso, né? como o trabalho do NUAPE é importante para a ação deles. Então é, também sempre nos buscam, né? Pra alguma orientação, alguma participação, nem sempre a gente tem condição de atender, mas aqui [...] está funcionando tranquilo.</p>
Anália Franco	<p>Eu hoje eu não tenho problema com os coordenadores. Infelizmente alguns ainda não absorveram, é, essa, essa... digamos assim, o que é de fato o trabalho de um coordenador de curso, né? Eles vão se escorando um pouco no trabalho que a gente faz, mas no geral eu acho que, que, que reitera o que eu disse que melhorou bastante. Ainda tem essa, é, criam um certo distanciamento do nosso trabalho. E com a, e, e, e de certa forma, quer colocar a gente no segundo plano.</p>
Maria Firmina dos Reis	<p>Então, a nossa relação eu posso dizer hoje, né? melhor do que antes, até aqui. Uma relação muito boa, embora, embora, por exemplo, com relação aos docentes houve, já houve muitas dificuldades dessa compreensão, deles compreenderem qual é o nosso papel, mas é uma relação muito boa [...] Normalmente assim, quando há demanda nos procura, né? E aí, claro, nós demos todo assessoramento, que é uma das atribuições que nos cabe esse assessoramento.[...] Com relação aos alunos, a relação é muito boa, muito boa mesmo. A turma sempre nos procura, sempre nos busca quando há também essa necessidade e é sempre (risos) e muitas vezes. Então eles entendem que nós podemos ajudá-los, não só mesmo, não somente com relação à questão pedagógica e didática, e até mesmo emocional [...] Com relação aos coordenadores também na assessoria, eles nos buscam muito, a relação é uma relação boa [...]</p>
Dorina Nowill	<p>A relação com os estudantes é sempre uma relação boa, né? A gente, obviamente, tem algumas questões, tem alguns problemas, mas eu acho que das 3 categorias que você colocou aí é a categoria com a qual a gente se relaciona melhor. Né? porque é, a, eu acho que a gente consegue estabelecer um diálogo mais próximo [...] quando o docente, ele assume uma coordenação de curso, ele tem algumas atribuições mais administrativas e aí termina, é, eles terminam frequentando mais assim, né? a sala do NUAPE, a sala dos pedagogos mas, é... como os, como todos os coordenadores de curso, eles são docentes, eu acho que essas relações, elas se assemelham muito. [...] Então eu acho que a gente pode é, grosso modo falando, dividir assim o grupo de docentes; são esses dois. nessas duas categorias, então aqueles que estão mesmo, de fato, ali caminhando lado a lado, em parceria, e aqueles que simplesmente entendem que não, né? que o trabalho do pedagogo é um trabalho pra orientação educacional dos estudantes. e que pre, e que preferem que não haja essa interferência, que não haja essa, é... essa, esse contato mesmo, né? Mais próximo de construção coletiva.</p>
Antonieta de Barros	<p>Era bem tranquilo o trânsito da, da, da equipe pedagógica, né? com os estudantes, é, com os docentes [...] Tem um as normativas aí na instituição que mais atrapalham do que ajudam, principalmente essas dos coordenadores de curso, do NAP, por exemplo do NDE, por exemplo [...] se você olhar lá as atribuições, muitas coisas lá, é, são do pedagogo, então o pedagogo foi esvaziado completamente dentro da instituição e o que a gente deveria estar fazendo foi pulverizado entre coordenadores de curso... Mas, veja bem, um coordenador de curso é importantíssimo, só que um coordenador de curso que</p>

	<p>é um engenheiro agrônomo, ele não entende, é, sobre qual é o, qual pode ser, é... sei lá, uma avaliação mais adequada praquele estudante ali que não atendeu bem aquela avaliação que ele aplicou.</p>
Sonia Guimarães	<p>Bom com os estudantes existe, né? Normal aquele primeiro impacto que eles. Se afastam, né? porque a proximidade deles é com os professores, então eles são muito próximos dos professores pelo convívio da sala de aula. Então o primeiro contato é sempre mais. De estranhamento até eles nos conhecerem, depois eles viram nossos amigos, amicíssimos e tudo flui. Com os estudantes é muito tranquilo [...] Com os docentes, é como eu te falei, a gente tem o, o grupo que tem um pouco mais de resistência. Que, que quer é impor sempre a sua vontade, que quer impor sempre a forma como eles vêem as coisas, a forma deles fazerem as coisas. Que tem resistência quando a gente leva alguma proposta diferente [...] de 2019 para cá, a gente tem visto muita coisa boa, então os professores são muito, muito interessantes. Eles são muito envolvidos com o trabalho, eles querem fazer dar certo, querem, isso aparece também quando eles viram coordenadores, eles procuram muito o setor pedagógico pra, pra tirar dúvida, pra, pra pedir opinião, pra pedir sugestões pra determinada atividade que eles querem fazer. Então eu não vejo assim um trabalho deslocado, não, a gente trabalha muito em cooperação. [...] E uma, uma coisa que eu percebi lá no campus é que quando você tem um docente ocupando a coordenação de ensino e a direção acadêmica, os professores reagem de uma forma e quando você tem um técnico ocupando essas mesmas funções, eles reagem de uma forma diferente. Eles acabam respeitando mais quando tem um docente lá. [...] no IF a gente não tem esse movimento, porque o coordenador de curso, ele continua no lugar de professor, porque ele continua dando aula nas turmas, então a gente não percebe esse movimento. Mas com relação ao pedagogo, a gente vai perceber que o pedagogo, ele, o máximo que ele pode chegar é um, um cargo de chefia. Mas ele não vai ocupar nunca o lugar de um professor, então ele sempre já vai estar num lugar diferente.</p>

11 - A proposta de Produto Educacional desta pesquisa versa sobre a construção de um Documento Orientador contendo estratégias para a organização do processo de profissionalização e do trabalho pedagógico dos pedagogos do IF Baiano. Como você avalia esta ação?

Nísia Floresta	<p>Acho bacana, viu Maíra? ter essa referência. É, talvez até organizar, assim como você organizou aqui a entrevista, em organizar em eixos de atuação. E acho que se for nesse como é, nesse sentido, de guia, de orientação, acho muito bacana.</p>
Anália Franco	<p>Eu, eu só tenho que parabenizar essa sua iniciativa porque assim eu acho que fortalecerá o trabalho do pedagogo, vai dar uma orientação pra esse pedagogo que, que acaba de passar em concurso e adentra uma instituição e enfim, ele bate por todo tipo de realidade e que tá envolvido em várias instâncias acadêmicas e vários trabalhos. Então assim, eu acho bastante importante e eu ainda tenho uma sugestão, se você me permitir... é que você apresente esse trabalho, é... junto, em algum evento, né? Com pedagogo ou visite, os, os campi e apresente esse produto da sua pesquisa [...] ter algum documento que dê essa, que venha de cima, né? que dê essa orientação e que de certa forma uniformize o trabalho do pedagogo, não passando por cima das particularidades de cada campus.</p>
Maria Firmina dos Reis	<p>Muito importante, muito importante, até porque o que é que a gente precisa? de um documento orientador mesmo, sabe? E essa ausência a gente já percebeu, essa falta, né? E que foi o que nos levou enquanto equipe [...] a parar várias vezes o nosso trabalho para questionar essa, essa ausência mesmo do que que é, o que que a gente deve fazer. Então buscávamos em outros campi, em outros materiais, a própria legislação, né? [...] Apresente esse produto, que ele sirva, de fato, que é para isso que ele vai servir pra orientar o nosso trabalho. Isso não vai ser bom só pro IF Baiano, né? [...] mas tam., os</p>

	outros IFs talvez.
Dorina Nowill	Eu acho que vai ser um marco assim, sabe, Maíra? [...] Com relação a esse aspecto da profissionalização do pedagogo do IF Baiano, não tem caminhos. Ele tá perdido. Então eu acho que e quando eu falo o IF Baiano, entenda, quando eu falo que o IF Baiano está perdido, eu me incluo, né? porque eu sou parte desses pedagogos. [...] Então, eu acho que se fosse, se há uma organização institucional pra é, é, olhar com cuidado pra esse profissional, a gente, a gente, a gente segue um caminho mais seguro, né? Então eu penso que esse produto aí talvez seja, é, o início desse caminho, né? O início dessa sinalização, olha. Existe um problema é, esses profissionais apontaram esses problemas e apontaram também algumas soluções. E isso tá aqui, organizado nesse documento. Eu acho que. Acho que pode ser um, pode ser e será um passo importante.
Antonieta de Barros	Importantíssima, muito fundamental , fundamental. O que a gente precisa é, de fato, é, são desses projetos de, que esses projetos de intervenção, que são produzidos pelos próprios servidores, que de certo modo, nós somos financiados pra estudar e vamos ganhar por estudar, né? [...] a gente precisa, é, descobrir onde é que tá essa força aí, pra que projetos como o seu, que vai sair tão interessante, tão importante, né? Pra consolidação da nossa, é, da nossa atuação, do nosso cargo principalmente, que é de suma importância pra instituição, possa ser aplicado.
Sonia Guimarães	É uma boa ideia [...] ter um, um, uma regulamentação das atribuições. É, eu espero que, que ajude até essa nova comissão aí que vai dar andamento aos trabalhos, no sentido de entender o que é que o, que o pedagogo deve fazer dentro da instituição, o que é que a nossa contribuição e até pra ajudar também, é, a gente entender o que não é a nossa atribuição, porque muitas vezes, como a gente não tem uma regulamentação, a gente acaba abraçando o mundo e se sobrecarregando e às vezes, deixando algumas ações sem fazer, porque a gente não tem tempo hábil pra dar conta de tudo [...] eu acho que a gente deveria apresentar que tem um, um trabalho de pesquisa em movimento e que pode dialogar com o que eles estão construindo porque antes de, de entrar no mestrado, e, e, e, e fazer um trabalho de pesquisa, isso surge no nosso contexto de trabalho enquanto servidoras. [...] são questões institucionais que precisam ser pensadas, inclusive a própria criação do núcleo pedagógico precisa ser realizada. [...] Eu acho que quando tem um documento regulamentador, não que ele vai engessar o trabalho, chegar a demanda e você diz não, isso aqui não é meu, deixa lá que não vou fazer, mas de determinar: ó, isso aqui você tem que fazer.

APÊNDICE E – PEQUENA BIOGRAFIA DAS EDUCADORAS HOMENAGEADAS

Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)

Escritora, educadora e feminista, natural de Papari (RN), cidade que hoje leva o seu nome. Intelectual de prestígio é considerada a pioneira do feminismo no Brasil. Publicou, em 1831, seus primeiros artigos, já abordando a condição feminina, no jornal Espelho das Brasileiras (PE) e traduziu, em 1832, Direitos das mulheres e injustiça dos homens. Fundou no Rio de Janeiro um colégio para moças, onde revolucionou a educação feminina. Sua trajetória é permeada de atitudes firmes e corajosas, enfrentando e vencendo preconceitos e contratempos do destino.

Anália Franco (1856-1919)

Escritora natural de Resende (RJ), dedicou-se, principalmente, à assistência, educação e profissionalização da população mais carente, criando asilos, creches e instituições de ensino. Por suas convicções religiosas ligadas ao espiritismo recebeu duras críticas da imprensa católica. Também usou o jornalismo e a literatura para divulgar suas idéias.

Maria Firmina dos Reis (1825-1917)

Educadora e escritora negra natural de São Luiz (MA), considerada a primeira romancista brasileira, foi autora da obra abolicionista Úrsula publicado em 1859 sob pseudônimo de "Uma Maranhense". Escreveu também 13 de Maio e o conto A Escrava, publicado na Revista Maranhense.

Dorina Nowill (1919-2010)

Nasceu em São Paulo em 1919. Aos 17 anos ficou cega e com muita perseverança e força de vontade decidiu continuar seus estudos. Nesta época, os portadores de deficiência visual encontravam muitos limites para a leitura, uma vez que eram escassas as publicações adequadas. Lutando contra essa realidade, no ano de 1946, Dorina e um grupo de amigas, criaram a Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Esta organização recebeu, em 1991, seu nome, pelo reconhecimento de seu trabalho. Com determinação e compreensão do papel da educação para a inclusão das pessoas na sociedade conseguiu, depois de muita insistência que, em 1945, a Escola Caetano de Campos, em São Paulo, implantasse o primeiro curso de formação de professores para o ensino de cegos. Fez curso de especialização na área de deficiência visual na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, com uma bolsa de estudos patrocinada pelo governo americano, pela Fundação Americana para Cegos e pelo Instituto Educacional de Educação. Após retornar para o Brasil dedicou-se a implantação da primeira imprensa braille de grande porte no país, sendo também responsável pela criação, na Secretaria da Educação de São Paulo, do Departamento de Educação Especial para Cegos. A educação sempre foi uma de suas bandeiras, enfrentou batalha ferrenha no sentido de conseguir que a educação para cegos fosse atribuição do Governo. O direito a educação dos cegos foi regulamentado em lei. Entre os anos de 1961 e 1973 dirigiu o primeiro órgão nacional de educação de cegos no Brasil. Sua luta também se estendia a implantação de serviços para cegos em diversos estados no Brasil assim como idealizou eventos e campanhas para prevenção da cegueira.

Dorina representou o Brasil internacionalmente ao participar de organizações mundiais voltadas aos direitos de os deficientes visuais e órgãos da ONU. Em 1979 foi eleita Presidente do Conselho Mundial dos Cegos. Trabalhou intensamente para a criação da União Latino América de Cegos – ULAC.

Antonieta de Barros (1901-1952)

Jornalista e educadora, fundou o curso Antonieta de Barros, participou da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), filiando-se, mais tarde, ao Partido Liberal Catarinense, elegendendo-se a primeira deputada negra do Brasil (1947-1951), foi também a primeira mulher a participar do Legislativo Catarinense, ocupou vários outros cargos ao longo de sua vida.

Fonte: <http://www.mulher500.org.br/biografia-de-mulheres/>

Sonia Guimarães (1957-)

Primeira mulher negra a se tornar doutora em Física no Brasil, Sonia Guimarães leciona no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) desde 1993. Quando começou seu trabalho na instituição, o local não aceitava mulheres como estudantes, e Sonia se tornou voz ativa contra as desigualdades raciais e de gênero nas ciências, especialmente as exatas. É mantenedora da Faculdade Zumbi dos Palmares, que conta com 84% de alunos negros e 54% de mulheres, atuando em projetos de educação para estudantes de áreas carentes e frentes feministas.

Fonte: <https://mentalidadesmatematicas.org.br/educadoras-brasileiras/>